



Revista *Tellus*
Câmara Municipal de Vila Real

O povo e a música

*Adérito Silveira **

No largo da aldeia dançava-se animadamente. Era dia de festa e de devoção ao Mártir S. Sebastião. Os foguetes, incessantemente, subiam para o céu de contentes fazendo-se ouvir em fortes estampidos e as girândolas, vaidosas, pareciam querer ficar nos ares por alguns instantes...

O povo estava no baile. Alguns pares, eufóricos, atropelavam-se em incontornáveis movimentos num misto de força e graciosidade. A festa havia de durar até que os galos cantassem pela manhã. A Banda de Mateus (Velha) tinha repertório para toda a noite. A dança, com o adiantar da noite ficava cada vez mais participada, e quem tinha par contemplava-se, demonstrando-o na alegria dos olhos e no sacudir célere do corpo. O largo cheirava agora a suor, a vinho e a salpicão arrotado, mas esses odores não diminuían a vontade de dançar.

A Esperança Alves Teixeira (Panchúlica), havia de lembrar essa noite para sempre, pelo sentir de uma dor esquisita, e pelo aperto de coração, isto porque a mulher tocou pela primeira vez as mãos de um homem que com ela quis dançar uma empolgante e sarcástica polka tocada ao som da banda com solo a cornetim do Jaquim do Pinto – garnizé na estatura mas valentão na arte de tocar. Porém, o desajeito da Panchúlica em acertar o passo no ritmo da música, fez com que ela não mais arranjasse par. No entanto, aquela dança marcou-a profundamente e produziu-lhe o efeito perene de um estranho comportamento. Nos dias seguintes, as suas mãos carnudas e gigantes tremiam e o olhar em jeito de ansiedade manifestava-se em inexprimíveis sintomas de desalento, espécie de mortalha

* *Maestro do Coro de Vila Real*

imensa dum ente que sentia diluir-se a concretização de sonhos maculados e desejos em voltar a tocar nas mãos daquele homem que com ela quis dançar.

E tão despedaçada ficou que durante tempos, invariavelmente perguntava a quem com ela se cruzava:

– *Num biram o Corisco!?*

Respondiam-lhe em modos de troça e de pena ao mesmo tempo: – Qual *Corisco* mulher, o magricelas... o trinca-espigas?

Um dia a Panchúlica com a mesma pergunta obteve uma resposta encorajadora, ouvindo da *ti* Genoveva que o *Corisco* tinha perguntado por ela e que gostava de lhe falar a sós. A mulher, de espírito cheio, ergue os olhos para o céu que aos poucos se vão incendiando de alegria...

Na verdade, aquele homem por quem ela tanto sonhara acabou por ser o pai dos seus filhos, que tiveram uma vida muito atribulada, pois a fome e as doenças, inesperadamente, caíram naquela casa dizimando quase tudo e todos. O *Corisco*, no chamamento breve da morte não teve argumentos nem saúde para dar de comer aos filhos – já o sogro Tomás morrera de tuberculose e era visto aos fins de tarde a apanhar *beatas* ou a pedir por caridade um cigarro para enganar a fome negra e esganada.

A Panchúlica, definhava-se a olhos vistos, cada vez mais doente e desanimada da vida pela morte prematura do seu “*home*”. Reza a todo o momento para ir ter com ele e, certamente pedir-lhe uma dança muito especial no seu imaginário admirável do paraíso... agora sem o risco de nunca mais o perder.

No desaconchegado do seu leito, a mulher rodeava-se já de pessoas vestidas de negro e de um silêncio carregado de mistério, enquanto os sinais de vida eram já ténues, denunciados na ansiedade fremente com que os olhos e o rosto lívido se apoderavam dela. A espada invencível da morte estava ali bem presente. Resoluta e sinistra entrara naquela casa. Todo aquele espaço era lúgubre e inundado de vozes apagadas e frias. As vacas do Alexandre Vadio ao passarem diante da casa, naquele momento, também elas, habitualmente caprichosas, detiveram-se por momentos silenciadas e estranhamente inquietas...

Estava consumada a partida. A Panchúlica partia feliz!

Hoje, enterrando a cabeça na mágica reconfortante da infância, deparo-me sentado no desconforto da solidão, no mesmo lugar onde outrora fora palco de vida, com brincadeiras e muita música à mistura. Enquanto recatadamente tomo o café, recuo no tempo...

– Foi nesse largo – dizia nostálgico o Chaleco apontando para o lugar. – Foi ali mesmo que eu conheci a minha Alzira... Dancei com ela embalado pelo toque dos músicos de Mateus. De voz embargada continuava: – Eles tocavam tão bem que era difícil sair da dança...

Foi assim, nestas bailações ao toque das bandas que a *ti* “Figa Seca”, sempre apertada pela fome, conheceu o seu “*Jaquim Mio*”, ainda mais esfaimado do que ela. No desempenho de uma das bandas, na chegada de uma festa, eles esperavam a oportunidade para se tocarem e se declararem apaixonados, empurrados pela força das modinhas rodopiantes e embriagadas... sentindo-se apertada, a rapariga protestava mas sem convicção, pois de repente fingia tropeçar para cair desamparada nos braços do Mio.

As músicas sucediam-se umas nas outras, sem sossego, ora frenéticas, ora sentimentais. Os pares dançavam mais afoitos, ou não, segundo as preferências pelos músicos da sua banda não dando parança aos corpos, que suavam em franco desassossego. Saracoteavam-se desautinadamente, levantando abundante pó, e dançavam trocando irreprimíveis emoções, por vezes, até, despudoradamente...

Na macieza consoladora desse tempo no largo da minha infância, revejo-me nos sonhos vagueantes sem limites nem obstáculos, mas possuído de fantasias de um tempo de menino, onde se era livre sem o perigo dos carros, e a música, era uma espécie de toque a clarim, onde se reuniam as pessoas saboreando o prazer de ouvirem tocar os instrumentos; a música constituía uma aprendizagem quase que obrigatória na terra, sempre muito apreciada pelas meninas que se gabavam de ter como namorado um músico da banda.

Para realçar a importância da aprendizagem musical, o alfaiate António Pinto discorria quando alguém passava e assobiava em frente do seu “baixo”:

– Este não é de Mateus – dizia categoricamente. Acertava em cheio, pois o homem desafinava no seu assobio ao mesmo tempo que se dirigia para o cimo da Raia. Não escolhendo a ocasião, o mesmo alfaiate atirava por vezes com o rifão: “de quem não canta nem assobia, desconfia”. Não admirava pois que para alguns clientes que não podiam pagar a obra a pronto, ele nunca duvidasse do freguês quando era músico...o contrário era o cabo dos trabalhos.

No largo, a canalha, sem pressa, recriava-se em jogos, porque o tempo corria devagar e seguro. Num fim de tarde a *ti* Olímpia Choicha, com pingo de voz esganado berrava para o largo enquanto o sino do Conde tocava a trindades:

– Ó Fernaaaando, anda comer o caldo!

Apressado, o Fernando (Palila), vai para casa adivinhando pelo tom de voz da mãe que há mais alguma coisa para além do estafado caldo de todos os dias. O Palila, a correr, lambia já a língua de satisfação, pois sabia que havia “pita” à ceia, o mesmo galináceo esganado por ele na noite anterior, dizendo lá em casa que tinha sido um cão o causador de tão assassino acto.

Os carros, esses conheciam-se pelo roncar: de tão devagar que andavam, chegavam sempre depois das brincadeiras e dos apetites devoradores com que se rilhavam as maçãs verdinhas, roubadas ao Conde de Mateus...

Deitados na estrada, em noites de Verão, ainda com o alcatrão a queimar do calor tórrido dos dias, brincava-se com o contar de histórias e aprendia-se ouvindo-as. Enquanto estas decorriam, o silêncio imperava e os olhos e os ouvidos quedavam-se. Depois...bem, depois vinha o tal jogo em que se punha à prova a memória dos rapazes: quem era capaz de trautear uma qualquer peça das bandas da terra sem perder qualquer fio de melodia? Havia sempre um herói que no seu cantar não esquecia pitada de nota, nem sequer a parte da “*pancadaria*”....

O Manel Bichandeia, esse em vez de cantar, assobiava, e nesse vaidoso gorjeio não lhe escapava nada, incluindo as partes de percussão, batucadas com o bater dos seus reforçados socos, decorados com ameaçadoras *tachas* nos lados e por baixo, o que conferiam estranhos e espetaculares sons. Quando acabava a sua prestação, em jeito de odisseia dizia a quem passava quase que invariavelmente: “faltam-me cinco tostões para o mata-bicho”. Continuava: “O *ti* Zé Cigano ainda não me pagou umas tardes da semana passada...” Insistia agora com olhar sofredor: “...Tenho aqui umas côdeas...com um copito era a minha ceia...!”

Hoje, como que envergonhado, lá está o largo, agora mais pequeno, num espaço estrangulado e dividido. Desse largo, resta um cantinho bem aconchegado na sua pequenez. Estrategicamente seguro e com um campo visual que faz lembrar o agitado burburinho de gente, que outrora era possuída de caprichos, sonhos e fantasias. A malha, o pião, a mosca, as caricatas, as bandeiras, a cabra cega, o echo, o cantar das modinhas das duas bandas de música, eram jogos que indiferentemente do sexo ou classe social todos participavam.

Em tempos havia uma rua que se via do largo. Essa rua desapareceu... As casas eram feitas de buracos de pobreza, e no Inverno, sentia-se o medo das ventanias. No entanto, esse medo era o diapasão que dava a conhecer cada ruído, cada vibração denunciando essas vetustas estruturas de construção. Esses silvos de vento e pingos de chuva eram sinais da natureza, inspirando as crianças que mais tarde se tornavam obrigatoriamente músicos. Os gemidos e os choros do vento, a linguagem da chuva, eram, ao mesmo tempo, sinais que protegiam o aconchego da roupa, que nos seus bocados, cobriam a nudez dos corpos. Respeitava-se a Natureza porque se vivia no meio dela. Outrora, o ribeiro, corria cheio e embriagado, perfumado com os ares dos Fundegos e a sua água era pura, abundante e fria – cantava, incessante, enquanto corria. Esse riacho, no seu fugir apressado, foi para alguns músicos filarmónicos a fonte corrente de inspiração...Meu Deus, como havia tanta sensibilidade e tanto coração!

Sentado na esplanada do café e recolhido na purpurina das ideias, sinto o emergir de episódios que espalham dentro de mim girândolas enormes de reflexões frescas, como se vividas hoje... Era Primavera, e a tepidez do ar

convidava a conversas e devaneios entre as pessoas.

Nos tanques de Mateus a *ti* Maria *Calçada*, naquele começo de noite tinha usado palavras cheias de sentido para o músico *Miguel* Martins e enquanto trocava com ele algumas ideias, olhava contemplativa a lua misteriosa. Surpreendido, Miguel Martins questiona-a:

– Tu que tens mulher, *tás* com um ar tão estranho? Pareces a Rainha Santa Isabel... só te faltam as flores no avental. – Responde-lhe a *Calçada* ainda meditativa: – O meu Acácio quando chegou a casa tocou para mim uma música no saxofone e pôs-me inquieta e pensativa...!

– Mas o teu Acácio não é lá grande músico – atacou Miguel Martins afileando-se na língua.

A *Calçada*, numa postura de levitação e num circuito de palavras, diz-lhe que o seu homem sabe tocar para ela e que isso é quanto basta, ao mesmo tempo que se declina perante o bom músico e o homem de carácter que tem pela frente. Na verdade Miguel Martins é uma referência maior no conjunto de todos os músicos que passaram por Mateus...

Em noites de Lua cheia, este cenário, farto de encanto, era abençoado pelo uivar cantante dos lobos, que virados para o redondo da Lua, delimitavam o seu território e faziam acordar a Santa Sofia que morava lá em cima na capela. Já de manhã, bem cedo, ouviam-se os primeiros sons marciais, em suaves deslizes, soltos e desafiadores, despertando a população do sono letárgico.

O clarinete estrídulo do Chico Sapateiro, a requinta irrequieta do *ti* Aníbal Martins, o bombardino aveludado do Furão, as trompinhas de “*Nossa Senhora*” do *ti* Eugénio e do Armando Zarelho, os insinuantes saxofones do Valter e do Jaquim do Raul, os roufenhos contrabaixos do *ti* António Miguéis e do Zé da Burra, os pratos e bombos do Zé Gago e do Chaleco, os assobios quentes e dobrados do Bichandeia, desafiavam-se, soltando-se sons animados em menu sempre apetitoso e contagiante.

Coabitando com a música, no largo da Freguesia de Mateus, as crianças brincavam distraídas e eram felizes nas surpreendentes cascatas de sons que se ouviam a cada momento. Por vezes das casas saíam sons de dor e sofrimento que traduziam carências nos estômagos normalmente vazios e que só a música fazia ultrapassar na sua terapia e no seu simbolismo.

Outras vezes, os sons desenhavam paixões explícitas, que as palavras não conseguiam traduzir...

A música, ainda é vista como a arte espiritual para a maioria dos habitantes de Mateus e, ela continua a ter uma importância maior no conjunto das várias aprendizagens. Muitos dos filarmónicos, estão hoje espalhados um pouco por todo o país, e, a maioria não renega as suas origens nem a importância que a música

tem no desenvolvimento das sociedades e na formação cívica e inalienável dos jovens.

Hoje, sentado na esplanada do café, no Largo de Mateus, olho para trás no tempo, e de repente consigo ouvir alguns gemidos de corneta tocada pelo *Manel Jeirinhas*. Esses estilhaços estrepitosos, para ele eram reveladores dos seus sentimentos atrofiados e das suas angústias e conflitos. Deliciado no aroma do segundo café, vejo ainda aquela corneta, e aquele jeito de tocar retorcido. Virado altivo para os lados de Tojais, onde estaria a sua “moira encantada”, o Jeirinhas insinuava-se no seu jeito de tocar, procurando levar os seus sentimentos aos ouvidos de uma moçoila a quem um dia antes tinha feito uma serenata, acompanhado pelo latir obstinado de um cão rafeiro, pequeno e irrequieto, que admirado pelo que estava a ouvir se lhe agarra afoito às pernas afincando-lhe os dentes sem contemplações.

O Jeirinhas, naquela dor física e sentimental, pela recusa da moça que não lhe abriu a janela, desliza rápido pelos montes, comentando ironicamente:

– Afinal o cão não gosta de música!

Já em Mateus, com a dor estampada no rosto, e num andar estropiado, desculpa-se perante uns amigos que o aguardavam a quererem saber o resultado da serenata. Muito a custo revela-se: – A casa dela estava a ser guardada por um cão que mais parecia um lobo!

Não perdendo tempo, o *Tonho Estriga* puxando pelo seu erudito vocabulário provoca-o exuberante: – Sabes que as meninas de agora não gostam nada de ruídos de fanfarra, o que elas querem é modinhas que as façam despertar para o insondável mundo do amor?...

O Jeirinhas, reflecte no fascínio das palavras escutadas e responde-lhe com o toque guinchado do seu instrumento, acalmando-se de uma inquietação estranha e doída.

No largo de Mateus, comodamente sentado, tomando mais um irresistível café, desperto-me para a descoberta de histórias, tendo como epicentro os músicos e todas as pessoas que com eles coabitaram ou influenciaram. Outras histórias surgirão no prazer solene e mágico da bebida de um café.

aderito.silveira@hotmail.com

Judeus originários de Trás-os-Montes na construção da França moderna (sécs. XVI-XIX)

António Cravo

Introdução

Em 1492, seguindo a informação de J. Z. Baruch encontravam-se no nosso país 235.000 judeus, vivendo até esta data «ao lado de cristãos e mouros na labuta pela vida, cada um entregue ao seu trabalho e às suas rezas», como diz Maria Helena Carvalho dos Santos (Catálogo da exposição ‘Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora’ – inaugurada em Lisboa em 21-06-94, Fundação Gulbenkian). Foram séculos de convivência entre altos e baixos da sua existência em Portugal.

Quando os Reis Católicos de Espanha expulsaram os judeus que viviam nos seus territórios ou os obrigaram a converter-se ao Cristianismo, reinava em Portugal D.João II.

O Príncipe Perfeito abriu-lhes as fronteiras portuguesas, estabelecendo que pagassem 8 cruzados por cabeça, em troca de um salvo-conduto e duma autorização de residência de 6 a 8 meses. Os insolventes seriam reduzidos à escravidão.

Teriam passado a fronteira Portuguesa entre 60.000 a 120.000 judeus espanhóis, depois daquelas medidas de D. Isabel e D. Fernando II.

Na zona da Beira Interior, as principais localidades de acolhimento foram, entre outras: Castelo Rodrigo, Vilar Formoso, Guarda, Gouveia, Celorico da Beira,

Trancoso, Pinhel, etc. Contudo, não devemos esquecer Belmonte. Em Belmonte, já antes se havia registado a presença de judeus, nos séculos XIII e XIV, vindos pelo trajecto de Lisboa. Esta comunidade resistiu a várias perseguições e conseguiu manter através dos tempos a maioria das suas tradições religiosas, por vezes, acompanhadas de alterações, introduzidas pela convivência constante com o Catolicismo. (Presença Portuguesa 06/1990); (filme de reportagem de Frédéric Brenner 11/1990).

Pela fronteira com Trás-os-Montes em direcção a Bragança e Miranda do Douro, calculam-se terem dado o 'salto' 3.000 vindos de Benavente e 30.000 vindos de Zamora, de acordo com os dados de Luís Bívar Guerra.

Entre aquela multidão, encontrava-se o célebre astrónomo Abraão Zacuto que chegara a ser conselheiro do Rei português e que muito ajudou os descobridores portugueses com os seus conhecimentos, que, por exemplo, foram fundamentais para a viagem de Vasco da Gama.

Quando D. Manuel I subiu ao trono, em 1495, mostrou-se no princípio clemente com os judeus. Até deu liberdade aos que D. João II escravizara.

Entretanto, preparava-se para casar com a filha dos Reis Católicos, também chamada Isabel, que desposou em 1497. Contudo, os pais da princesa espanhola só consentiriam naquele casamento, se o Rei de Portugal obrigasse também os judeus a converterem-se ao Cristianismo ou a expulsar os renitentes.

Então, D. Manuel I, invocando razões religiosas, decretou em 05-12-1496 que todos os judeus do seu reino que não quisessem converter-se ao Cristianismo saíssem do país, sob pena de morte e de confisco de bens. Repetia-se aproximadamente a mesma cena de Espanha.

Assim, só a poder de «empurrões, de golpes e de espancamentos é que o Baptismo os transformou em Cristãos-Novos». Nascia a divisão da sociedade portuguesa em cristãos-novos e cristãos-velhos.

Contudo, mais tarde começou com a política da assimilação de uns com outros, por meio dos casamentos, mas o seu filho D. João III põe termo a esta política, quando lhe sucedeu em 1521. A divisão entre as duas classes acentuou-se fortemente depois que o novo rei preparou a instauração da Inquisição em Portugal, autorizada pela bula papal de 22-10-1536.

A humilhação, a escravatura e a repressão que já vinham do tempo dos dois monarcas precedentes e agora com as penas de morte pela fogueira, setenciadas pela Inquisição, obrigaram muitos cristãos-novos a praticarem o Judaísmo às escondidas ou então sentiram-se coagidos a abandonar o País, por vias terrestres ou marítimas, para o Norte de África até ao Egipto, Próximo Oriente e Mar Egeu; ou para a Itália, França e daqui para a Flandres, a Holanda, a Inglaterra, etc.

Aqueles sefarades vindos da Península Ibérica em geral, e do nosso País em

particular, eram também nomeados marranos por se dizerem cristãos de cara descoberta e praticarem o Judaísmo nas suas casas, clandestinamente.

Depois que a Inquisição começou o primeiro auto-de-fé em Lisboa, no dia 20-09-1540 e que ao longo de dois séculos foram queimadas na fogueira uma média de 10 pessoas por ano até 1684, muitos judeus ou cristãos-novos continuaram a fugir do nosso País, por ondas sucessivas, sentindo um bom refúgio no sudoeste francês e noutros pontos da França.

1 – O estabelecimento legal em França

Tanto os que vinham de Espanha como os que vinham de Portugal eram considerados oficialmente como católicos e só assim é que puderam entrar em França legalmente, por meio das Cartas Patentes do rei Henrique II, escritas em St. Germain-en-Laye, no dia 22-08-1550. Estas cartas legalizavam também os que já existiam naquele país, desde os fins do séc. XV e princípio do séc. XVI. Permitiam também instalarem-se os cristãos-novos que pela primeira vez chegassem a França.

Em 11 de Novembro de 1574, o rei Henrique III confirmou em Lyon as Cartas Patentes de 1550, que foram registadas no Parlamento de Bordéus em 15-08-1580. Em Dezembro de 1656, o rei Luís XIV confirma em Paris as de Henrique II e Henrique III a favor dos judeus “Comerciantes Portugueses” de Baiona.

Outras Cartas Patentes continuaram a ser promulgadas, como as de 1671 e 1717. Em Meudon, no mês de Junho de 1723, o rei francês promulgou mais outra “Lettre Patente” para os judeus portugueses ainda de Bordéus e desta vez abrangia também os de Auch, confirmando os privilégios de todas as precedentes. Assim, continuaram as Cartas Patentes, escritas em Versalhes de 15 de Julho de 1728 e as escritas em datas posteriores como as de 1743, 1759, de 1763 e as de 14-07-1769.

De novo, as Cartas de Junho de 1776 voltaram a confirmar em Versalhes os privilégios acordados aos judeus portugueses, ainda com referência de 1550.

Finalmente, pelo decreto da Assembleia Nacional de Janeiro de 1790, foi reconhecida a qualidade e o direito de “cidadãos activos” aos judeus portugueses, espanhóis e avinhenses, isto é, foram-lhes reconhecidos os direitos civis e políticos.

Ao longo daqueles períodos, estes judeus vindos da Península Ibérica já se haviam espalhado em diversas zonas de França e criado importantes

Comunidades, especialmente em Baiona, Bordéus, Ruão e Paris.

Cada uma destas Comunidades tomou o nome de “Nation Portugaise”, sendo a mais importante a de Bordéus, onde em 1609 se registaram 60 famílias.

2 – A rejeudaização

Recebidos em França sob a aparência de bons cristãos, este judeus peninsulares continuaram, contudo, a praticar o Judaísmo, clandestinamente, nos lares e nas assembleias de oração. Mais uma vez se colocaram em situação de Marranos. Preparavam os alimentos à sexta-feira e não comiam carne de porco. Um agente diplomático do rei de França escrevia em 1560 que eles eram «propriamente falando marranos e sob o nome de cristãos praticavam várias cerimónias e observações judaicas».

Em 1609, num outro documento afirmava-se que todos os portugueses de Bordéus não trabalhavam ao Sábado. E o magistrado Pierre de Lance dizia que «os portugueses são verdadeiros pseudo-cristãos e judeus».

Todavia os filhos eram baptizados e os casamentos entre judeus faziam-se na igreja católica. Os contratos começavam com a mesma fórmula dos casamentos católicos e da seguinte maneira: «Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo»; verificou-se no contrato de 25-06-1610.

Em Bordéus, os baptizados e os casamentos na Igreja Católica ainda se verificaram, por volta de 1658. Porém, pouco a pouco foram saindo da sua clandestinidade ou marranismo, começando afirmar-se e a assumir a sua verdadeira identidade religiosa, por volta dos finais do séc. XVII. Em 22-01-1698, no tempo ainda do rei Luís XIV, deram entrada no grande Armorial de França as “armoiries” (o brasão) da Comunidade da Nação Judaica do Porto St. Espírito de Baiona.

Foi o seu primeiro reconhecimento público.

Em 1705, abandonaram o costume de celebrar os casamentos na Igreja e foram, desde então, substituídos por uma declaração em presença do pároco. A partir de 1710, os marranos portugueses de Bordéus declararam a «Nação Judia Portuguesa», no Registo daquela cidade e nas Cartas Patentes de 1723, figuravam já simplesmente como judeus.

A afirmação pública do seu Judaísmo ia crescendo. No séc. XVIII, a «Nação Portuguesa de Bordéus» regista hábitos antigos e cessam de enterrar os mortos no cemitério da Igreja. No inventário da cidade de Bordéus de 1733, descrevendo os seus domicílios e as actividades dos negociantes, salienta-se a existência já de

sete sinagogas, onde começaram a exercer o culto em toda a liberdade. Os Rabinos celebram os casamentos em público. O último casamento celebrado primeiro pelo pároco, antes de ser repetido pela autoridade religiosa judaica, foi contraído em 1753. Os enterros nesta altura, fazem-se já, durante o dia, na maior parte das vezes.

A Comunidade de Bordéus, no séc. XVIII possuía então, uma boa organização e especificamente judia. Os estatutos da «Nação» são escritos em espanhol e as deliberações redigidas em francês. Os judeus de Bordéus em geral foram-se integrando de tal maneira que já podiam estar ausentes em certos trabalhos, durante o “Sabbat” e as festas judaicas.

A tolerância pela prática da religião judaica foi crescendo até que por edito real de 1776, o culto mosaico fora autorizado a praticar-se livremente, em toda a França.

3 – As comunidades dos cripto-judeus portugueses em França

Ao longo daquele processo de instalação dos judeus vindos da Península Ibérica pelas razões atrás expostas, os cripto-judeus portugueses espalharam-se por diversas zonas de França, criando comunidades ou “Nações”. Contudo, as mais célebres foram a de Baiona, a de Bordéus, a de Ruão e a de Paris.

O que mais caracterizava estas “Nações” era o seu poder económico, a sua intelectualidade e uma boa capacidade de organização comunitária.

Várias famílias se destacaram nas diversas Nações Portuguesas:

- Na de Paris destacou-se a família dos Gouveias – uma família de intelectuais, como foi André Gouveia, originários de Beja. (Três deles foram reitores da Universidade de Paris; 1.^a metade do séc. XVI.);
- Na de Ruão salientou-se a dos Delgados – uma família de comerciantes e intelectuais, como João Pinto Delgado (II), célebre na poesia, 1627, originários de Portimão;
- Na de Bordéus a família dos Pereiras; a dos FONSECAS; a dos Gradis; a dos Rabas, etc.
- Na de Baiona a Família dos FONSECAS e outras.

Entre as comunidades de Paris e de Bordéus, destacaram-se, entre outras, especialmente as famílias dos Pereiras e a dos Rabas, ambas originárias de Trás-os-Montes.

É nosso propósito neste breve apontamento, mostrar, a título de ilustração, as acções importantes que realizaram aquelas duas famílias, tendo contribuído enormemente para a causa dos judeus neste país e no mundo; para a causa dos direitos do cidadão e do homem; e para o desenvolvimento económico, financeiro e moderno de França, sobretudo até à época de Napoleão III.

3 – 1. A família dos Pereiras

Quando D. Pedro II reinava em Portugal (1683 a 1706), operaram-se novas perseguições no nosso País, contra os judeus de cara encoberta. Foi nesta altura que se refugiou em Espanha uma parte da família dos Pereiras que viviam em Trás-os-Montes, desde o séc. XV, concretamente em Chacim, concelho de Macedo de Cavaleiros, e em Bragança.

Entre aqueles Pereiras contava-se o Abraham Rodrigues Pereira, o segundo do nome e pertencendo à 4.^a geração dum seu antepassado, Rodryguez Perera, que seria de origem espanhola.

Abraham Rodrigues Pereira (II) era casado com Abigail Ribca Henriques, também natural de Chacim como o seu marido, embora se diga que ele nasceu em Mirandela.

No caminho do refúgio em Espanha, desceram de Chacim para Lisboa, daqui para Cádiz, e depois para Lierena e Berlenga, na Estremadura espanhola.

Uma vez em Espanha, o marido em lugar de Abraão passou a usar o nome de Juan (João) e a esposa em vez de Abigail usava o nome de Leonor. Em consequência daquelas precauções, baptizaram os filhos que nasceram em Espanha e deles destacamos que, ao sétimo filho que ali também nasceu, puseram-lhe o nome cristão de Francisco António Rodrigues Pereira. Mais tarde, viria a chamar-se somente Jacob Rodrigues Pereira, o segundo com este nome, naquela família alargada. Segundo o Abade de Baçal, este Francisco António Rodrigues Pereira teria tomado a nacionalidade dos pais, apesar de ter nascido em Espanha, Berlenga, perto de Badajoz, em 11-04-1715.

O pai de Francisco falecera em Fevereiro de 1735, na Moita, no distrito de Setúbal, em Portugal. Supõe-se que, pouco tempo depois da morte do marido, a viúva Leonor ou Abigail tenha voltado para Trás-os-Montes com os filhos. Pois de acordo com a «tradição familiar», como diz Jean Autin, ela fora condenada

pelo Tribunal do Santo Ofício de Bragança «à faire pendant un an amend honorable à la porte de la cathédrale» (que consistia em pedir perdão à porta da igreja durante um ano, reconhecendo as suas faltas ou crimes). Então, para escapar àquela situação humilhante, fugiu de Portugal e foi estabelecer-se em Bordéus, juntando-se a outros familiares que o filho Jacob Rodrigues Pereira (II) havia já visitado desde 1734, ainda em vida do pai.

Depois da morte do pai e da condenação da mãe, com cerca de vinte anos, Jacob Rodrigues Pereira acompanhou a mãe e os irmãos que se dispuseram a vir para Bordéus. A irmã Beatriz Rodrigues, a quarta na ordem da irmandade, converteu-se ao Catolicismo, casou com Baltazar de Castro e ficou em Bragança; e o mais novo, Luís David Rodrigues Pereira, emigrou para os Estados Unidos da América. Porém em 21-06-1786, já se encontrava em Bordéus.

Os que emigraram para Bordéus, só muito mais tarde é que prosperaram economicamente, avaliando também pelas ajudas consideráveis que todos os anos, por volta de Setembro, enviavam aos familiares que ficaram em Bragança.

Em 1877 existiam ainda em Portugal membros da Família Rodrigues Pereira tal como em Bragança, no Porto, em Águeda e em Lisboa, ocupando boas posições na magistratura, na advocacia e na função pública. Foi junto destes familiares que o francês Ernest de la Rochelle recolheu parte das informações que nos transmitiu na biografia de Jacob Rodrigues Pereira (II), como declarou nesta obra.

3 – 1. a) Jacob Rodrigues Pereira (II)

Uma vez em França, Jacob Rodrigues Pereira começou muito cedo a conquistar as simpatias da Nação Portuguesa e a estima pessoal do intendente geral, o conde de St. Florentin, Luís Phéliepeaux . Numa idade ainda jovem, conciliava uma pequena actividade comercial, para fazer face às necessidades da família (mãe e irmãos) e a preparação dos estudos médicos. Porém, onde se tornou célebre foi na criação dum método pedagógico para surdos-mudos, tendo despertado esta vocação junto duma irmã incapacitada de ouvir e falar. Educava fisiologicamente o ouvido dos surdos-mudos de forma a distinguirem algumas vogais e «articular sons e palavras, segundo as impressões obtidas pela vista, o ouvido e o tacto e com a ajuda de um alfabeto com mais de 30 sinais gráficos».

Depois foi aperfeiçoando o método e aplicou-o a muitos pacientes que o procuravam. Depressa se tornou conhecido e reconhecido: ainda como aluno da Academia de Caen em 1746; e em 08-07-1749 foi apresentado por Buffon na Academia Real das Ciências, onde foi aprovado aquele seu método. O Rei Luís

XV concedeu-lhe uma audiência no Castelo de Choisy, onde lhe atribuiu o título de «Portugais de Nation». Mais tarde, em Outubro de 1751, conferiu-lhe uma pensão anual de 800 libras, da época.

Os seus princípios foram consagrados, em 1880, no congresso internacional da especialidade, de Milão.

Pouco tempo depois de ter chegado a Bordéus, passou a viver em Paris, onde se demorou cerca de 10 anos, sem descer àquela cidade. Por volta de 1759 é credenciado na capital, como «agente da Nação Portuguesa» de Bordéus, numa época que não era fácil ser-se judeu naquela cidade. Conhecedor de várias línguas, o rei Luís XV concedeu-lhe em 1765 também um diploma de intérprete do rei.

No âmbito da sua militância pelos direitos dos judeus, obteve da parte do rei Luís XVI, as Cartas Patentes de Junho de 1776 que confirmavam os privilégios das Cartas de Henrique II, Henrique III e de outras que lhes sucederam como já evocámos atrás.

Obteve também em 18-11-1777 para os judeus portugueses o direito de poderem residir fora da Guiana e poderem entrar em Paris, sem a obrigação de apresentarem o passaporte à polícia, como acontecia com os outros judeus em França.

Continuando a sua militância judaica, Jacob Rodrigues Pereira (II), também contribuiu para a criação dum cemitério dos judeus portugueses em Paris, por autorização oficial de 07-03-1780, onde veio a ser enterrado meio ano depois, em 15 de Setembro de 1780. Esse cemitério ainda existe, mas deixaram de ali enterrar os mortos desde 1809, data em que todos os judeus de França passaram a ter o direito de serem sepultados nos cemitérios públicos.

Este aspecto da luta de Jacob Rodrigues Pereira (II) inseria-se no fenómeno da emancipação dos judeus em França, onde outros judeus portugueses se inscreveram, como David Gradis, Salomão Lopes, Dubec, Abraão Furtado e ainda outros de que falaremos adiante, aproveitando, também as ideias revolucionárias de 1789.

3 –1. b) Os netos de Jacob Rodrigues Pereira (II)

Dos quatro filhos que tivera (há quem diga que teve mais, como Guerra Salgueiro, que afirma ter tido seis filhos) depois de ter casado aos 52 anos de idade com Miriam Lopes Dias, à sua morte apenas lhe sobreviveu uma filha, com nove anos de idade e um filho chamado Isaac Rodrigues Pereira (I), nascido em 1771 e que incarnou a sexta geração daquela família. Em 10 de Janeiro de 1800, casou

com Rebecca Henriette Lopes Fonseca, natural de Baiona.

Isaac Rodrigues Pereira (I) lançou-se no comércio e nos seguros marítimos, mas o bloqueio continental imposto por Napoleão I à Inglaterra, começou a trazer dificuldades à sua vida comercial.

Em 1805, estava já impossibilitado de pagar aos seus credores e em 1806 faleceu prematuramente. Deixou os filhos, Jacob Emile Pereira, que nascera em 03-12-1800, e Mardochee-Télèphe, que morreu também muito cedo; e a mulher grávida que daria à luz no dia 25-11-1806 uma criança, à qual foi posto o nome de Isaac Pereira (II).

A viúva abriu depois uma mercearia, na rua de Bouhant, na cidade de Bordéus. Com esta forma de vida, colocou os filhos numa escola privada. Todavia, em 1813, foi obrigada a fechar o pequeno comércio, por razões mal esclarecidas, mas às quais estava ligada a morte prematura do segundo filho.

Vivia esta família uma situação a tocar na miséria e por essa razão a «Nação Portuguesa» daquela cidade despendeu-lhe alguns subsídios, durante um certo tempo.

Entretanto, os outros filhos interromperam os estudos e Jacob Emile Pereira passara a trabalhar na firma Nunes et Hardel, entre 1815-1818. Em 1820, com 14 anos, foi a vez de Isaac ir também trabalhar. O seu primeiro emprego foi nos escritórios de outro descendente judeo-português chamado David Gradis, em Bordéus.

Em 1822, Jacob Emile Pereira, veio para Paris, à procura da vida e, com o apoio do seu tio Isaac Rodrigues, professor de contabilidade, nesta cidade, arranjou no estabelecimento bancário FOULD um lugar equivalente ao actual caixa de Banco. Isaac Pereira (II) veio juntar-se ao irmão em 10-11-1823. Uma vez em Paris, ambos voltaram a estudar contabilidade e economia.

Em 1829 faleceu a mãe, na cidade de Bordéus.

No convívio familiar com o primo Olinde Rodrigues, os dois irmãos «Pereire» tiveram a ocasião de conhecer o conde de St. Simon (1760-1825), que em 1821 publicara «Le système industriel». Deste filósofo e economista francês, receberam eles uma influência no aspecto religioso, social e económico-financeiro. Pouco tempo depois afastaram-se do aspecto global simoniano, para se concentrarem apenas sobre o aspecto económico-financeiro da sua doutrina.

Neste campo e num contexto francês que lhes era favorável, os irmãos «Pereire» exerceram uma acção múltipla, ao longo duma brilhante carreira de empresários.

Os irmãos Pereiras construíram-se a si próprios, entre a experiência vivida e a teoria dos mestres do mundo económico-financeiro que souberam ler e escutar.

Ambos possuíam dotes de grande capacidade e organização e assentaram nos princípios duma gestão rigorosa.

Foram também pessoas generosas ao longo da vida, contudo, seguiram o princípio de que nada se pode dar, se não se souber criar.

Foi o que eles souberam fazer. Souberam criar companhias e sociedades de exploração ferroviária; criar bancos; sociedades imobiliárias; companhias de seguros, frotas marítimas; transportes urbanos e aquisição de propriedades com Castelos. Financiaram Napoleão III na Guerra da Crimeia, entre 1854-56, e na Guerra da Unificação Italiana.

Do seu trabalho e inteligência nasceu uma grande fortuna espalhada pelo território francês e por países como a Espanha, a Itália, o Império Otomano, a Rússia, a Áustria, a Suíça e a Holanda.

No auge daquela fortuna, possuíam 19 sociedades e companhias em França e tinham também interesses em outras 14, nos países acima citados.

Jacob tomava assento em 19 conselhos administrativos e Isaac em 12.

Na planície de Monceau, hoje conhecida por Paris XVII, as ruas que atravessavam os seus territórios, propriedade de Jacob, faziam um total de 13,514 km. Como todos os novos ricos da época, tiveram de culminar o prestígio social, construindo um «château». Por essa razão compraram ao duque de Mompensier um domínio, no cantão de Tournan, em Seine-et-Marne (Dep. 77). Este domínio era composto pelas florestas de Crécy e de Armainvilliers que faziam um total de mais de 4.000 ha.

Em 1862, mandaram ali construir um imenso castelo residencial, o que nós diríamos um grande solar. No domínio, organizaram grandes caçadas; e no solar convívios sociais numa atmosfera da alta burguesia da época imperial, onde os homens se vestiam de fraque e as senhoras de grandes «toilettes».

Este castelo ainda foi propriedade dos seus descendentes até 1938, data em que um dos netos de Isaac Pereira (II) o vendera.

Além do castelo de Armainvilliers, possuíam também outro castelo conhecido pelo «Château Palmer» num domínio vinícola, em Cantenac, na Gironda.

Num inventário de 01-07-1870 foram contados ainda 21 hotéis em Paris; 42 «boutiques»; 293 apartamentos; 19 estrebarias, estando tudo alugado; e por alugar, no momento do inventário, tinham ainda 21 apartamentos; 13 «boutiques» e 7 estrebarias.

Com tal fortuna, tiveram o privilégio de poder emprestar ao Estado Francês um financiamento, durante a participação de Napoleão III na Guerra da Crimeia 1854-56 e na guerra da unificação italiana em 1859-60.

Os seus negócios contribuíram para a prosperidade da França, reconhecido

pelo Imperador, que em 08-04-1857 condecorou Jacob Emile Pereira com o grau de oficial da «Légion d'Honneur» e em 13-08-1864 o promoveu a Comendador da mesma Ordem Honorífica.

Jacob ainda chegou a ser eleito deputado pela Gironda em 1863, mas desistiu da carreira política em 1869; e Isaac também representara os Pirinéus Orientais, no Corpo Legislativo Francês, nos mesmos anos que o irmão. Ambos escreveram também artigos nalguns jornais especialmente na publicação «O Globo». Entretanto, a Roda da Fortuna começou a desandar pelos fins do 2.º Império, devido à concorrência que lhe fizera o poder económico do barão Rothschild e também ao envelhecimento dos ideais que movimentaram o período deste Império de Napoleão III.

Jacob Emile Pereira morreu em 1875, em Paris, numa situação menos favorecida, mas não pobre e Isaac morreria cinco anos mais tarde, em 1880, no Castelo de Armainvilliers.

Hoje a descendência dos Irmãos Pereiras representa mais de 400 membros, distribuídos pelo mundo dos negócios, em bancos, companhias de seguros e empresas imobiliárias. Tivemos a oportunidade de contactar em 05-11-1990 com um bisneto de Jacob Emile Pereira, o Sr. Henry-Anthony Pereire, nascido em 1928, que pertence à 10.ª geração daquela prestigiosa família dos Pereiras originários de Chacim e Bragança.

3 – 2. A família dos Henriques Nunes ou dos «Rabas»

Desejo também, nesta minha intervenção, evocar outra família de judeus originários de Bragança que se instalaram em França: Bordéus, S. Domingos (ex-colónia francesa) e Paris.

A existência das famílias «Raba» e Pereira, ambas originárias de Bragança e Chacim, segundo as informações do Coronel Albino dos Santos Pereira Lopo e os esclarecimentos do Abade de Baçal, deram-nos o ponto de partida na investigação deste trabalho e tem-nos obrigado a diversas tentativas para descobrir as relações de parentesco entre aquelas duas famílias judaicas de origem transmontana, e confessamos que não tem sido possível encontrar elos sérios de ligação entre elas.

O Abade de Baçal pretende uma ligação, através dum apelido «Nunes», que era o apelido oficial da família «Raba»; através do apelido Pereira, o sempre verdadeiro apelido da segunda família deste nosso propósito; através duma judia chamada Violante Nunes Pereira, de 31 anos, processada no Auto de 1718 e

casada com Baltazar Lopes Franco; e também, sobretudo, através de Luís Nunes.

Este Luís Nunes, rendeiro, fora também condenado a 3 anos, no Auto de 1704, com 68 anos de idade. Tinha-se mudado de Bragança para Chacim e foi desterrado para fora do Reino por aquele Auto. Seria irmão de José Henriques Nunes (I) natural de Bragança e pai ou talvez avô de Jacob Rodrigues Pereira (II) dentro daquele raciocínio?

Assim, José Henriques Nunes (I), Luís Nunes e Violante Nunes Pereira seriam todos irmãos? Não cremos. Inclina-mo-nos mais em acordo com o francês Gérard Nahon na sua análise à «Note Didactique de Benjamim Raba», que diz no número 16 do roda-pé da página 508 o seguinte: «F. M. Alves consacre un paragraphe à d'autres personnes portant le surnom de Raba, apparenté selon lui à Jacob Rodrigues Pereire... ses déductions quant au nom de Nunes nous paraissent peu sûres».

Vamos seguir principalmente o destino de José Henriques Nunes (I) do qual descende a família «Raba», tornando-a também como exemplo dessas vítimas da Inquisição que foram obrigadas a refugiar-se em França, muito para aquém do tempo de D.Manuel I.

Este judeu português nasceu por volta de 1656, na capital do Nordeste, onde exercia a actividade de merceeiro. Chamavam-lhe o «Raba» de alcunha. No dizer do Abade de Baçal, esta alcunha poderia ter vindo do «Rabanete», tubérculo bem conhecido em Trás-os-Montes. Deveria ser assim na época, pois que até o nome do tubérculo figura numa lenga-lenga do concelho de Vinhais e que apareceu publicada no «Mensagem de Bragança» de 01-02-1991, que fala assim: «Boa raba de Soeira; bom trigo de Paçó; bom vinho de Alvaredos; e boa castanha de Sobreiró».

Continuando a falar dos «Rabas», o mesmo José Henriques Nunes (I) foi condenado no Auto-de-fé realizado no Pátio de S. Miguel, em Coimbra, em 25-06-1706 e depois reconciliado. Ainda voltou a comparecer noutra Auto-de-fé, em 21-06-1711, e culpado por judaização, com 55 anos de idade.

Este bragançano era casado com Maria Antónia, originária de Monforte de Lemos, na Galiza. Também lhe levantaram um processo inquisitorial em 1711. O casal teve dois filhos e três filhas, todos julgados e condenados pela Inquisição. O segundo filho, João Henriques Nunes, faleceu provavelmente antes de 1713 e pensa-se que os seus restos mortais tenham sido queimados. Quanto às suas três filhas, depois do Auto-de-fé de 19-06-1718, desapareceram das listas inquisitoriais e ignora-se mesmo se elas continuaram solteiras ou casaram, e se levaram uma vida normal.

Assim, resta-nos seguir a vida do filho mais velho chamado Francisco Henriques Nunes (I) nascido por volta de 1684. Compareceu ao julgamento no

mesmo Auto-de-fé de seu pai, o merceeiro Raba em 27-06-1711. Francisco tinha 27 anos de idade. Era ainda solteiro naquela data e exercia também a profissão de merceeiro.

Num tempo indeterminado, Francisco Henriques Nunes (I) casou com Luísa Maria Bernarda, nascida em Outubro de 1712, mais nova que o seu marido 28 anos.

Deste casamento nasceram oito filhos, todos na cidade de Bragança, dois dos quais se formaram em Medicina na Universidade de Coimbra (André, o 3.º filho, e Caetano, o 6.º filho).

O filho mais novo fora concebido, alguns dias antes de Francisco Henriques Nunes (I) ter falecido em Bragança, no dia 13-08-1742.

A viúva Luísa Maria Bernarda tomou a orientação do lar, em substituição do marido, com cerca de 30 anos de idade.

Seis anos depois de ter dado à luz o filho mais novo, foi presa e encarcerada na prisão do Tribunal do Santo Ofício de Coimbra, onde ficara dois anos e meio com dois dos seus filhos. Comparaceram todos no Auto-de-fé de 22-08-1751. Mãe e filhos abjuraram do Judaísmo, com medo de serem queimados na fogueira.

Perante o olhar incrível da Inquisição, constantemente na perseguição da família, só lhe restou a solução de seguir outros correligionários, ao longo dos séculos anteriores, para Bordéus.

3 – 2. a) Os Rabas de Bordéus

A mãe, os oito filhos e uma sobrinha chegaram à cidade de Bordéus no dia 24-06-1763, depois de terem embarcado em Lisboa e passado por Londres.

Nos 15 dias imediatos à chegada a Bordéus, todos aderiram imediatamente ao Judaísmo, numa época em que os judeus portugueses do Sudoeste francês, já o praticavam livremente. Todos os rapazes foram circuncidados e adoptaram nomes tirados da Bíblia, bem como a mãe e a sobrinha, que passaram a chamar-se Sara e Ester, respectivamente.

Sara continuou o governo da casa, sob os conselhos dos três filhos mais velhos, José, Bernardo e André, que depois passaram a chamar-se Abraão, Isaac e Jacob.

O 4.º filho (António) Moisés e o sétimo (Gabriel) Salomão foram para S. Domingos, nas Antilhas, a ilha hoje dividida em Haiti e S. Domingos. Ali se lançaram na actividade comercial, em 1764. Pouco a pouco aquele comércio colonial prosperou e a fortuna foi aumentando progressivamente. Em 1767, o

sexto filho (Caetano) David e o mais novo (Francisco) Benjamim foram juntar-se aos dois primeiros naquela ilha do mar das Caraíbas. Entretanto, David morreu e os três irmãos restantes continuaram o seu comércio, especialmente com os Espanhóis de Cuba, Porto-Rico e da Venezuela. Abriram também outra casa comercial em Port-au-Prince, hoje capital de Haiti, até 1777.

Regressaram todos uns após outros, até mais ou menos a 16-03-1789.

Tiveram também sucesso económico, embora inferior ao dos Pereiras. Graças à fortuna que soube angariar, a família «Raba» edificou um magnífico Castelo em Talence, perto de Bordéus, à maneira do século XVIII que se designou por «Château-Raba». Ainda hoje, é habitado por descendentes dos «Rabas», agora conhecidos por «Antheville», apelido do marido da senhora que descende daquela família.

A promoção económica desta família conferiu-lhe no passado, um bom prestígio que a colocou entre os melhores negociantes de Bordéus. Tinham um prestígio que lhes dava um lugar, a seguir ao grande Armador Abraão Gradis.

A ilustrá-lo, o facto de Napoleão I os ter visitado quando passou por Bordéus, a caminho da invasão de Espanha. Os membros dos «Rabas» que estiveram em S. Domingos, travaram conhecimento com Josefina e a sua família, a um dado momento. Isto fez com que mais tarde, houvesse estreitas relações com o Imperador Napoleão I, o que podemos confirmar pela seguinte citação em francês: «Le samedi 9 avril... Napoleon I.^{er} accompagné par sa garde d'honneur à cheval, l'empereur fit une promenade à Pessac, puis à Talence. Il visita, là, le fameux domaine de Raba. Joséphine ayant rejoint Napoleon à Bordeaux, voulut aller voir la somptueuse résidence de Raba.» (Archives de Bibliothèque de Bordeaux, p. n.º 2879)

Este facto mostra-nos a importância social que os «Rabas» desfrutaram em França. Não teria sido esta família e não o «barão Pereira» a interceder junto do Imperador Bonaparte para que poupasse a cidade de Bragança, na 3.^a Invasão Francesa em 1810? Pois o Coronel Albino Pereira Lopo diz-nos o seguinte: «Reparável é o facto de que tendo os franceses estado na Puebla de Sanabria e passado por Terras de Miranda e outros pontos próximos de Bragança não tivessem nunca entrado nesta cidade que pela sua maior importância lhes devia chamar a atenção. Indagando a sua razão averigui que era tradição constante e sabida que ele se devia à protecção generosa de um filho de Bragança, conhecido pelo Rabas (que tem ainda parentes em Bragança e que na França os seus descendentes são titulares conhecidos pelos barões Pereira) que não querendo cumprir um castigo que lhes impôs a inquisição se expatriou indo para Bordéus aonde a fortuna lhe sorriu, de tal modo que, passados anos, foi residir para Paris como opulento banqueiro; e ao emprestar os seus milhões a Napoleão para a guerra Peninsular lhe solicitou a graça de poupar a sua terra natal aos horrores

de uma invasão.» (Albino Pereira Lopo – Bragança e Benquerença, reedição da I.N.C.M. Lisboa, 1983, p. 108)

No meio daquela «tradição constante e sabida» muitos elementos são verdadeiros, como a existência dum barão Pereira, o empréstimo financeiro a um Napoleão pelos Pereiras, e a existência de Pereira banqueiro em Paris, mas estes elementos são apresentados por uma informação confusa, e as nossas investigações provaram que os Pereiras e os Rabas pouco têm de comum, apenas a mesma proveniência transmontana.

Para além da opinião de Gérard Nahon, obtivemos também o testemunho directo do Eng.º Maurice Raba em Paris, informando-nos de que não encontrou nos seus pergaminhos o parentesco das duas famílias, consideradas unidas por um casamento, anterior a Jacob Rodrigues Pereira (II), pelo Abade de Baçal.

Aquela alcunha «Raba» que nascera em Bragança, no fim do séc. XVII, foi oficializada em apelido pelo Conselho do Estado Francês, a pedido de um descendente do merceiro Bragançano, Sr. Henry Elisée Henriques-Raba, falecido em Paris no dia 08-05-1925 e sepultado no Jazigo C.A.P. n.º 50, 7.ª divisão, do cemitério Père-Lachaise, onde se encontram outras famílias judias de origem portuguesa.

Conclusão

Estas duas Famílias que acabámos de apresentar, deram, cada uma à sua maneira, um excelente contributo na construção da França moderna até aos fins do 2.º Império francês nos seus aspectos social, político e económico.

No aspecto social, para além do seu contributo pedagógico, salientou-se profundamente Jacob Rodrigues Pereira, na luta que travou pela emancipação dos judeus em França e pelos Direitos do Homem até 1780.

No aspecto político, deveremos pôr em relevo, alguns membros da Família Raba. Destaca-se o irmão mais velho da irmandade, que veio com a mãe de Bragança para Bordéus, Abraão (José) Henriques Raba, na sua representatividade e luta pela igualdade política, em geral e em particular pelo direito ao título de cidadãos, a favor dos judeus. Teve papel de relevo também o irmão mais novo, Benjamim (Francisco) Henriques Raba, pois ambos foram incluídos na lista dos 25 laicos de Bordéus, para fazerem parte do «Grande Sinédrio» convocado por Napoleão I, a fim de ratificar as decisões da Assembleia dos Notáveis, decretada em 30-05-1806, pelo mesmo Imperador. Dos trabalhos daquele «Grand Sanhédrin», saíram os princípios de reforma da Comunidade Geral dos Judeus em

França, que são a base da estrutura que ainda hoje se observa.

Outras acções importantes ainda se lhes devem a favor da Nação Portuguesa de Bordéus, até 1827.

No campo económico, não há dúvida de que aqueles judeus que mais contribuíram para o desenvolvimento da França até fins do séc. XIX, foram os netos de Jacob Rodrigues Pereira (II), mais conhecidos por «Frères Pereire».

Desde a 2.^a República Francesa, 1848, que as actividades bancárias, as descobertas técnicas e a especulação financeira foram as causas dum desenvolvimento económico que vai permitir à França colocar-se ao nível das outras potências industriais, como por exemplo a Prússia e a Inglaterra. Em todo aquele desenvolvimento económico, participaram também elementos poderosos das «Nações Portuguesas» do Sudoeste e de Paris, mas os irmãos Jacob e Isaac Rodrigues Pereira foram os que mais participaram.

Nos caminhos de ferro, foram eles que deram o maior impulso em França, pois com as suas Companhias ajudaram, entre outros, a França a passar de 2.000 km de linhas em 1850 (quando a Inglaterra já possuía 10.500 km) para 18.000 km em 1870. No campo financeiro, criaram a «Sociedade Geral de Crédito Mobiliário» que, devido à sua contribuição e aos seus objectivos, foi uma inovação em França que apoiava a indústria, o comércio e as obras de interesse público.

Nas construções civis e em conjugação com o Barão Haussmann (1809-1891) foram os grandes promotores da cidade de Paris que, por meio da sua Companhia Imobiliária de Paris, participaram nos trabalhos da rua Rivoli; na renovação do bairro à volta da Ópera, onde se rasgaram ruas como a dos Capucines, de Halévy, de Scribe, Auber, etc. Prosseguiram nas ruas e avenidas à volta dos Campos Elísios como a rua Marbeuf, Francisco I e Montaigne. Destacaram-se os imóveis como o Hotel do Louvre e sobretudo o «Grand Hotel» na praça da Ópera.

Nos transportes marítimos, criando em 1855 a «Companhia Geral Marítima», depois transformada em «Companhia Geral Transatlântica», conseguiram cruzar os mares e os oceanos com 21 navios, chamados «Vapores». O «Vapor Pereire» fora um dos primeiros correios marítimos daquele tipo de barco.

Muito teríamos ainda que dizer sobre os transportes urbanos em Paris; sobre as empresas de serviços, etc. e como já o dissemos atrás, sobre o financiamento às guerras e ao Estado Francês.

Eis a bela lição que estes originários de Trás-os-Montes puderam dar a nós portugueses, franceses e a outros de outras nacionalidades!

Finalmente, desses judeus obrigados a fugir de Bragança, apraz-me salientar que o sétimo filho de Francisco Henriques Nunes e de Luísa Maria Bernarda, nascido em Bragança no dia 12-04-1741, chamado Gabriel e depois Salomão

Henriques Raba, foi nomeado Cônsul de Portugal em Bordéus, em 29-07-1807, depois do seu regresso de Port-au-Prince.

Não teria sido este Bragançano que pedira a Napoleão I, no «Château-Raba» de Talence ou noutro lugar qualquer, que poupasse a sua cidade natal, aquando da 3.^a invasão napoleónica de Portugal, como nos informa Albino Pereira Lopo com pouca clareza, na página 108 de *Bragança e Benquerença?*

Paris, 09-06-1994

Bairro de St.^a Margarida

— Fotografias de Duarte Carvalho

Um dos acessos mais importantes a Vila Real é a ligação entre as duas margens do Corgo, na entrada do lado nascente. Por aí seguia, desde tempos muito recuados, uma estrada municipal que ligava a vila com as propriedades, quintas e paróquias (S. João Baptista de Arroios, S. Tiago de Folhadela e S. Martinho de Mateus) da margem esquerda, e também com o Douro.

Este acesso e o agregado urbano que ali se estabeleceu acabaram por ganhar a designação de Bairro de Santa Margarida, devido à capela ali edificada (ou re-edificada?) em 1520 pelo Abade de Mouços e Protonotário Apostólico, D. Pedro de Castro. Antes da capela já ali havia uma ponte que veio substituir uma barca de passagem que atravessava o rio um pouco a montante do local onde a ponte foi construída. A ponte – cuja iniciativa de construção remonta a 1490 com uma derrama de 600 réis por morador mais 400.000 réis dados pelo Abade de Mouços – acabou por ganhar também o nome de Santa Margarida.

Já no séc. XVII, o Bairro de Santa Margarida conta quatro ruas, cujos nomes eram igualmente referidos a Santa Margarida. A actual Rua Sargento Pelotas (às vezes conhecida também por Rua dos Ferreiros e antes por Rua de São Lázaro) era então a Rua de Santa Margarida. A actual Rua do Corgo era a Rua de Baixo de Santa Margarida (ou Rua de Santa Margarida de Baixo, mais tarde Rua de Baixo). A actual Rua do Prado já foi Rua da Barroca e teria sido muito provavelmente Rua do Cano de Santa Margarida (ou de Santa Margarida do Cano ou simplesmente do Cano). A actual Rua de Santa Marta já foi Rua da Rosa e Rua dos Vazes (impropriamente também chamada ‘dos Vasos’), e em tempos mais recuados seria com grande probabilidade o primeiro troço da Rua de Santa Margarida, ganhando autonomia em meados do séc. XVII, sob a designação de Rua dos Vazes. Do lado

esquerdo do rio, a Rua da Guia era Rua de Além da Ponte [de Santa Margarida]. Havia, ainda a Fraga, mais tarde Rua da Fraga, que seria provavelmente a parte final da hoje chamada Rua Miguel Bombarda, que se sucedia à Rua do Cabo da Vila e teria o seu término junto à entrada para a Rua dos Vazes, hoje Rua de Santa Marta, e ao Beco da Fraga (que poderá ter funcionado em data anterior à construção da Capela de São João da Fraga, em 1685, como um atalho), sendo este muito provavelmente um arruamento dominado por uma escadaria que nos dirigia até ao final da Rua de Santa Margarida (Rua dos Ferreiros, hoje Rua Sargento Pelotas). Não podemos contudo descartar a hipótese, menos provável, de a Rua da Fraga ter continuação no dito arruamento dominado pela escadaria.

O Bairro é também conhecido por Bairro dos Ferreiros, a partir da Rua dos Ferreiros, designação que vai aparecendo esporadicamente, sobretudo entre a primeira metade do séc. XIX e a data de 30 de Dezembro de 1923, em que ganha a designação de Rua Américo Pelotas, hoje Rua Sargento Pelotas. Esta designação de Bairro dos Ferreiros corresponde, naturalmente, a uma actividade profissional que ali ganha dimensão significativa. Factores como a proximidade da estrada nacional, o movimento comercial, a especial adequação do local para a instalação de forjas e a ligação ao Douro, cuja lavoura era um dos clientes principais dos artefactos de ferro ali produzidos (ao podão chamava-se em certas zonas do Douro “vila real”, atestando a origem da sua produção), levam a que os ferreiros dominem, no passado recente, a actividade do bairro.

Com um desenho urbano que se mantém praticamente inalterado nos últimos 500 anos e já sujeito a obras de requalificação no âmbito do Programa Polis, manteve uma memória humana que este primeiro conjunto de imagens de Duarte Carvalho, captadas em 2002 (antes das referidas obras), revela pela primeira vez.

Texto distribuído por ocasião do “Passeio pela Cidade” realizado no dia 27 de Maio de 2006 e baseado nas fichas n.ºs 98 e 139, do Ciclo “História ao Café”, com alterações decorrentes de nova investigação entretanto efectuada e acréscimo do último parágrafo.

AMPC / EAN































Da Judiaria ao Rossio (segundo deste nome) e Rua do Açougue — Acheugas para a toponímia vila-realense

Elísio Amaral Neves

Vila Real de Panóias, construída entre muralhas, inicia uma expansão progressiva para nordeste e norte do seu núcleo urbano fora das mesmas logo que se verifica haver condições de segurança para o fazer.

Esta expansão terá lugar ainda durante o séc. XIV, altura em que a comunidade judaica vê finalmente criada a sua Judiaria por carta de Julho de 1392¹.

A Judiaria situava-se no Arrabalde, não muito longe do arruamento mais tarde conhecido por Praça Velha (onde se estabeleceu a primeira praça fora de muralhas), com as Portas da Vila a norte no horizonte, igualmente por motivos de segurança, e limitada a uma única rua “des onde mora Afomso Teixeira ataa cruz umde mora Domingos Marcos e outrossy des o canto das casas donde mora Joham Franco ataa cruz da rua da casa de Lourenço Antam”². Nela, na Judiaria, mais tarde Rua da Judiaria e hoje Rua Nova, viveu esta minoria que participou

¹ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. I, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982, p. 73.

² Ibid.

activamente no comércio local, quer com estabelecimentos permanentes, em que dominam as actividades de alfaiate, sapateiro, ourives e gibiteiro³, quer como almocreves e algibebe⁴ e, sobretudo, como frequentadores da feira de Vila Real com importante repercussão no cofre da Coroa, já que a sua presença correspondia a 3000 réis anuais⁵. Aqui ficaram até à sua expulsão, detectando-se em prazos dos sécs. XV e XVI muitos vestígios da sua presença, como por exemplo: num apazamento de 1480 faz-se referência a uma cavaliariça por trás da Judiaria, na *Viella que vay pera o Peno do Agurinho*⁶, que certamente será o poço [pego] ou a fraga [pena] do Agueirinho; ou, num outro prazo de 1456, uma referência ao “Jazigo velho dos judeus”⁷, que somos tentados a associar ao actual topónimo Jazigo (no documento “Caminho de Vale das Traves”), que já aparece referenciado pelo menos em 1516⁸ e que ainda em meados do séc. XVIII era um pedaço de terra de monte com fragas onde se localizava “hum Jogo de Bolla, que rende para a confraria das Almas sita em a Igreja Matriz de Sam Denis desta Villa Real”⁹.

Como em Lamego e noutras terras do país, a Judiaria vila-realense estendia-se até ao Rossio, ou melhor, a Judiaria promoveu o aparecimento de um novo Rossio (actual Largo de O Vilarealense, Rua Heitor Correia de Matos e parte das ruas adjacentes), o segundo arruamento que em Vila Real terá este nome, coexistindo durante alguns anos, enquanto o primeiro não ganhou definitivamente a denominação de Tabolado, o mesmo topónimo para os dois locais.

O primeiro (também no Arrabalde), a que chamavam, num prazo de 1521, antes da construção do Chafariz do Tabolado (1532) “as torneiras”¹⁰ (certamente por associação ao “chafariz rasteiro”¹¹ que antecedeu o do Tabolado), integrou

³ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 386.

⁴ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares (1982), ob. cit., p. 295.

⁵ Ibid.

⁶ Cf. Frei António do Rosário, “Nótulas a um prazo na Judiaria de Vila Real, 1480”, *Estudos Transmontanos*, n.º 5, Arquivo Distrital de Vila Real, Vila Real, 1993, p. 122.

⁷ Cf. *A Voz de Trás-os-Montes*, Vila Real, 1/8/1965, p. 5. Os manuscritos parcialmente reproduzidos, que acompanham o artigo do jornal, encontram-se hoje incorporados na Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal.

⁸ Cf., por exemplo, *Livro de Cobrança de Foros*, 1718-1824, p. 5, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental do Convento de São Domingos de Vila Real.

⁹ *Tombo dos Bens e Rendimentos pertencentes à Câmara de Villa Real*, 1745-1751, p. 16 v.

¹⁰ *Tombo de Propriedades*, 28/2/1480-19/4/1760, pp. 186-192 v., Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental do Convento de São Domingos de Vila Real.

¹¹ Cf. *Rellação de Villa Real e seo Termo* (1721), transcrita por Fernando de Sousa e Silva Gonçalves, *Memórias de Vila Real*, Arquivo Distrital de Vila Real / Câmara Municipal de Vila Real, Vila Real, 1987, p. 207.

o terreiro mais tarde conhecido por Campo do Tabolado e já existia aquando da construção do Convento de São Domingos, na década de 1420¹², e certamente algumas décadas antes, já que, nessa mesma época, conhecemos diversa actividade no local ou muito próximo dele, como o Hospital e Albergaria do Espírito Santo sob a designação de Hospital e Albergaria de São Brás de Vila Real de Panóias¹³, propriedade dos donos da Capela de São Brás, hoje adossada à Igreja de São Dinis, construída no séc. XIV.

Após a expulsão dos judeus, em 1496, aqueles que por cá ficaram e os que para cá se deslocaram (cristãos-novos) fixaram a sua actividade na Rua Direita (a segunda deste nome), cuja designação mais antiga é a de Rua dos Mercadores.

O antigo Largo do Rossio era, como já notava Chico Costa, numa crónica publicada em *O Vilarealense*¹⁴ e em parte confirmada pelos prazos dos sécs. XVI e XVII já consultados, muito mais amplo do que aquele que hoje conhecemos, e “chegava pelo poente, até à Rua da Portela”, pelo sul “seguia a linha que prolonga para poente a Travessa da Trindade” e pelo norte “entrava pela Rua do Caminho de Baixo”. Para nascente, isto é, a parte voltada para a “Rua do Agueirinho, e fonte de D. Pedro que desce da Rua Nova”¹⁵, constituía a área mais expressiva do logradouro público dos vila-realenses e tido como “o coração da sua vida social” até que a presença dos cortadores de carne que ali fixaram os seus açougues (no princípio do séc. XVIII em número de dez e contíguos, em épocas anteriores quinze, que constituíram “uma das grandezas da terra”¹⁶) se tornou insuportável e a vida social mudou para o largo da Rua do Poço, espaço este muito valorizado com a construção em 1639 da Igreja dos Santos Congregados (uma das muitas designações da Capela Nova), que obrigou à demolição de um número significativo de casas ali existentes; com a colocação do Relógio do Povo em 26 de Janeiro de 1709 na mesma igreja¹⁷; e com a demolição no final do séc. XVIII, e sobretudo durante os mandatos do Dr. António Roberto de Araújo, juiz-de-fora e presidente da Câmara de Vila Real entre 1809 e 1818, dos pátios das casas que obstruíam a rua¹⁸.

¹² Ibid., pp. 309-310.

¹³ Cf., por exemplo, Júlio A. Teixeira, *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo*, vol. IV, Lisboa, Reedição Fac-similada de J. A. Telles da Sylva, 1990, p. 257.

¹⁴ Chico Costa, “O Largo de ‘O Vilarealense’”, *O Vilarealense*, Vila Real, 15/2/1968, p. 2.

¹⁵ Cf. *Livro de Cobrança de Foros*, 1718-1824, p. 49, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental do Convento de São Domingos de Vila Real.

¹⁶ Cf. *Relação de Villa Real e seu Termo* (1721), ob. cit., p. 211.

¹⁷ *Memorial do Concelho de Villa Real*, 1840-1909, p. 267, Arquivo Municipal de Vila Real, Fundo Documental da Câmara Municipal de Vila Real; *O Relógio do Povo*, ficha n.º 29 do Ciclo “História ao Café”, 26/1/1999, p. 1. Comunicação de Elísio Amaral Neves no Museu de Vila Real.

¹⁸ Cf. Visconde de Cortegaça, *Um General contra um Juiz*, Porto, Tipografia Ideal, 1953, p. 33.

O Rossio (segundo deste nome) correspondia então, como já se disse, às actuais Rua Heitor Correia de Matos, Largo de O Vilarealense e parte das ruas adjacentes, sendo primitivamente conhecido por Rua Escura (assim referida num prazo de 1516¹⁹), condição que os moradores da rua ainda lhe reconheciam quando na década de 1890 requerem à Câmara Municipal de Vila Real arranjos no Largo do Rossio, a que se referem como travessa com “falta de luz e de sol”²⁰. De Escura evolui sucessivamente para as designações que lhe sucederam, conforme se poderá inferir da evolução toponímica adiante publicada.



Vista de Vila Real • Litografia publicada em *O Universo Ilustrado*, Rio de Janeiro, 30 de Dezembro de 1858

¹⁹ Cf., por exemplo, *Livro de Cobrança de Foros*, 1718-1824, p. 41, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental do Convento de São Domingos de Vila Real.

²⁰ Requerimento, [déc. 1890], Arquivo Municipal de Vila Real, Fundo Documental da Câmara Municipal de Vila Real.

Finalmente refira-se que a Carniçaria (lugar onde se abate, esarteja e vende carne) também não se deve ter situado muito longe deste local, já que num prazo de 1455²¹ se faz referência a uma ligação da Rua Direita para a Carniçaria e a um arruamento com este mesmo nome (naturalmente não é descartável a hipótese de a Rua Direita referida neste prazo ser a *Rua da Villa Velha que vai direita para a Igreja*²², que, na *Rellação de Villa Real e seo Termo*, de 1721, é designada por Rua Direita da Vila Velha ou Rua Direita, mas que já pelo menos em 1538²³ é conhecida por Vila Velha), e que, pelo menos, um dos primitivos matadouros se localizou próximo do sítio do Trem.

Evolução toponímica da Rua do Açougue, arruamentos adjacentes e outros de igual importância para este estudo:

– Rua da Piedade → Rua de Nossa Senhora do Desterro → Rua do Espírito Santo → Rua da Piedade → Integrou a Rua da Cadeia (9 de Fevereiro de 1867), à qual posteriormente se acrescentou parte da Rua do Arco # (21 de Outubro de 1881) → Por deliberação de 3 de Julho de 1890, a parte da Rua da Cadeia que compreendia a antiga Rua da Piedade juntamente com a primitiva Rua da Cadeia, tomaram a designação de **Rua Camilo Castelo Branco**, à qual posteriormente se acrescentou a Rua da Cadeia (12 de Julho de 1917).

– Rua do Aljube → Rua de Trás do Aljube → Integrou a Rua da Cadeia #.
– Beco do Padre Filipe (designação popular)
– Judiaria (limitada a uma única rua “*des onde mora Afonso Teixeira ataa cruz umde mora Domingos Marcos e outrossy des o canto das casas donde mora Joham Franco ataa cruz da rua da casa de Lourenço Antam*”) → Rua da Judiaria²⁴ → **Rua Nova #**

– **Pátio da Rua Nova** (30 de Maio de 2001)
– Azinhaga que mediava algumas das casas que se confrontavam pelas traseiras no primeiro quarteirão formado pelas Ruas Nova e da Misericórdia, e acesso(s) a esta (já não existe).

– Terreiro → **Travessa da Rua Nova** (23 de Fevereiro de 2000)

²¹ Cf. *A Voz de Trás-os-Montes*, Vila Real, 1/8/1965, p. 5. Os manuscritos, parcialmente reproduzidos, que acompanham o artigo do jornal, encontram-se hoje incorporados na Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal.

²² Cf., por exemplo, *Livro de Cobrança de Foros*, 1718-1824, p. 9, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental do Convento de São Domingos de Vila Real.

²³ Cf., por exemplo, Júlio A. Teixeira (1990), ob. cit., pp. 471-472.

²⁴ Cf., por exemplo, *Livro de Cobrança de Foros*, 1718-1824, p. 35, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental do Convento de São Domingos de Vila Real.

– *Viela* (que já se encontrava abusivamente incorporada noutra propriedade, na década de 1740) *que hia sahir ao oiteiro que servia de grande utelidade ao povo porquanto se podia por ella retirar qualquer criminoso, e dar volta por outra que taobem vai ter ao mesmo oiteiro, e alem disso era serventia para o Rio Corgo*²⁵, cuja localização precisa desconhecemos, embora admitamos tratar-se do arruamento que tinha início no actual Beco do Padre Filipe.

– *Viela ou Travessa que vai* [da Rua Nova] *para o cimo do Outeiro*, cuja localização precisa desconhecemos, embora admitamos tratar-se da Quelha do Matadouro.

– Outeiro (baldio secular a que corresponde hoje o terreno ocupado pelos edifícios Miracorgo e Quinta do Trem)

– *Travessa que vai para a Rua Nova* ou Travessa da Rua Nova → Rua da Vinagreira → Travessa da Rua Nova (9 de Fevereiro de 1867) → Integrou a Variante à E.N. 2 em Vila Real ou Avenida Marginal → Avenida Eng.º Eduardo de Arantes e Oliveira (16 de Dezembro de 1966) → Avenida Marginal (30 de Dezembro de 1974) → **Avenida 1.º de Maio** (27 de Abril de 1976 e 20 de Maio de 1991)

– Quelha do Matadouro (já não existe)

– Largo do Matadouro (já não existe)

– Largo do Trem → Largo do Conde de Ferreira (15 de Março de 1930) (já não existe)

– *Viella que vay pera o Peno do Aguirinho* – que certamente será o poço [pego] ou a fraga [pena] do Agueirinho –, (referida num emprazamento de 1480 respeitante a uma cavaliariça localizada por trás da Judiaria), cuja localização precisa desconhecemos, embora admitamos tratar-se da Quelha dos Agueirinhos.

– Rua do Agueirinho → **Quelha dos Agueirinhos**

– Rua da Escorregadia → Travessa da Escorregadia ou Travessa do Forno²⁶ → Rua da Escorregadia → **Travessa da Trindade** (9 de Fevereiro de 1867)

– Rua Escura → Rua do Açougue → Rossio (segundo deste nome²⁷) ou Rua do Rossio → Rua do Açougue → Rua do Rossio → Travessa do Rossio (9 de Fevereiro de 1867) → **Rua Heitor Correia de Matos** (7 de Fevereiro de 1980)

– Largo do Rossio → Largo dos Açougues → Largo do Rossio # → **Largo de O Vilarealense** (1 de Março de 1930)

– Rua de Trás da Misericórdia → **Rua da Misericórdia** (9 de Fevereiro de 1867)

– Caminho de Baixo → Rua do Caminho de Baixo → **Rua do Rossio** (9 de Fevereiro de 1867)

– *Quelha que da Rua do Rossio* (antigo Caminho de Baixo) *conduz aos Agueirinhos* → Atalho do Agueirinho (já não existe)

– Rua da Misericórdia e Rua da Portela → Rua da Portela (9 de Fevereiro de 1867) → **Rua de Teixeira de Sousa** (23 de Dezembro de 1926)

²⁵ *Tombo dos Bens e Rendimentos pertencentes à Câmara de Villa Real (1745-1751)*, ob. cit., p. 27 v.

²⁶ Encontrámos, ao longo da investigação, diversos arruamentos ou locais a que era dada a designação de Travessa do Forno, Rua da Travessa do Forno ou simplesmente Forno, na sua grande maioria impossíveis de localizar.

²⁷ O topónimo Rossio aparece igualmente associado a outros arruamentos de Vila Real, de que são exemplos o Rossio de São Paulo, o Rossio da Rua da Praça, o Rossio de São Pedro e o Rossio do Jazigo.

– Rua da Ferraria # → **Rua Serpa Pinto** (30 de Janeiro de 1890)
– Rua Larga²⁸ → Rua do Poço → Rua de São Paulo → Rua do Poço → Rua Central (9 de Fevereiro de 1867) → **Rua dos Combatentes da Grande Guerra** (16 de Outubro de 1926)

– Quelho que partindo da Rua do Poço vai para o Forno → Muito provavelmente será a antiga e actual **Travessa do Forno**.

– Rua dos Mercadores → Rua Direita # → Rua Barros Gomes (30 de Janeiro de 1890) → Rua Direita (20 de Outubro de 1892) → Rua Barros Gomes (5 de Janeiro de 1899) → Rua Direita → **Rua Dr. Roque da Silveira** (5 de Fevereiro de 1938)

– Rua da Carniçaria (referida num prazo de 1455 “... na Rua Direita vai para a carniçaria... e da outra parte entesta na dita Rua da Carniçaria...”), cuja localização desconhecemos.

– **Rua da Fontinha**

– Beco ou Quelha da Fontinha (já não existe)

– Vila Velha → *Rua da Villa Velha que vai direita para a Igreja* → Rua Direita da Vila Velha ou Rua Direita → Rua da Vila Velha → **Rua de São Dinis** (9 de Fevereiro de 1867)

– Largo do Espírito Santo → Integrou a Praça Velha, mais tarde Terreiro dos Paços do Concelho → Praça Velha → Travessa da Praça Velha (9 de Fevereiro de 1867) → Integrou o Largo do Hospital → Largo do Conde de Amarante (26 de Abril de 1917) → Largo do Hospital → **Largo dos Freitas**

– **Praça de Camilo Castelo Branco** (17 de Julho de 1957)

– Rua do Espírito Santo → Rua da Piedade → Rua da Amargura → Rua Municipal (9 de Fevereiro de 1867) → [Rua do Conde de Amarante (12 de Abril de 1888), deliberação sem efeito prático porque condicionada a outra deliberação que não foi aplicada] → Rua Municipal → Rua António de Azevedo Castelo Branco (25 de Agosto de 1892) → Integrou a Avenida Municipal (26 de Abril de 1917) → **Avenida Carvalho Araújo** (20 de Março de 1919)

– Travessa da Cadeia # → Integrou a Variante à E.N. 2 em Vila Real ou Avenida Marginal → Avenida Eng.º Eduardo de Arantes e Oliveira (16 de Dezembro de 1966) → Avenida Marginal (30 de Dezembro de 1974) → **Avenida 1.º de Maio** (27 de Abril de 1976 e 20 de Maio de 1991)

– Rossio (primeiro deste nome) — num prazo de 1521 (isto é, em data anterior à da construção do Chafariz do Tabolado, em 1532) refere-se que ao mesmo se chama “as torneiras” (certamente por associação ao “chafariz rasteiro” que antecedeu o do Tabolado) → Integrou o Tabolado → Rua do Tabolado → Campo do Tabolado → Largo do Tablado (9 de Fevereiro de 1867) ou, impropriamente, Campo do Tabolado → Largo de Luís de Camões (15 de Maio de 1880) → Praça Luís de Camões (5 de Junho de 1880) → Integrou a Avenida Municipal (26 de Abril de 1917) → **Avenida Carvalho Araújo** (20 de Março de 1919)

– Rua das Adegas → **Travessa da Portela** (9 de Fevereiro de 1867)

²⁸ Cf., por exemplo, *Livro de Cobrança de Foros*, 1718-1824, p. 78, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental do Convento de São Domingos de Vila Real.

– Rua das Pedrinhas → Rua de São Paulo (9 de Fevereiro de 1867) → **Rua 31 de Janeiro** (3 de Novembro de 1910)

– Rua da Travessa → Travessa de São Paulo (9 de Fevereiro de 1867) → Travessa 31 de Janeiro (3 de Novembro de 1910) → **Rua Avelino Patena** (1 de Outubro de 1932)²⁹

Notas finais:

- O sinal # respeita aos arruamentos que viram oficializadas pela Reforma Toponímica de 1867 as designações usadas em data anterior à mesma.
- Apresentamos a negro as designações actuais.
- A data de 9 de Fevereiro de 1867 respeita ao edital do Governo Civil que consagra a primeira grande reforma toponímica do Concelho.
- As datas entre parênteses correspondem às datas de deliberação do executivo camarário ou do edital referido na nota anterior.
- Até ao séc. XVII, a palavra “rua” era geralmente omitida nas designações toponímicas. Assim “Nova” em vez de “Rua Nova”.
- No capítulo relativo à evolução toponímica dos arruamentos vila-realenses assinalam-se igualmente aqueles cujas denominações são idênticas aos da área estudada.

²⁹ Ofício dirigido ao conservador do Registo Predial do Concelho de Vila Real, 6/10/1932, *Livro Copiador de Correspondência Expedida* (8/12/1930 - 9/2/1933), p. 160 v., Arquivo Municipal de Vila Real, Fundo Documental da Câmara Municipal de Vila Real. A deliberação não consta da acta da Comissão Administrativa Municipal do Concelho de Vila Real.

O vínculo de morgado de Arroios e a sua capela de St.º António: subsídios para o seu estudo

Joaquim C. Barreira Gonçalves

Embora durante muitos anos não fosse conhecida qualquer memória histórica sobre a Capela de Arroios, não demos tréguas à tarefa enquanto não conhecemos o que motivou a sua construção e o seu percurso até aos nossos dias. Infelizmente não encontramos o contrato com o pedreiro para a sua construção, porém, o trabalho para o tentar localizar causou efeito, pois, localizámos cerca de trezentos contratos de obras de arte religiosa e civil na região do Douro.

Em 1984 o Dr. Lourenço Camilo Costa, atento “em defesa do nosso património” dava o alerta sobre “o estado calamitoso e de abandono em que a referida capela se encontrava há muitos anos: – A porta escancarada, permitindo a entrada fácil (de dia e de noite) no seu interior; o altar lindíssimo, já sem a porta do sacrário, ... nos degraus do mesmo, pedras afastadas do seu lugar; a sacristia sem telhado e cheia de entulho; o púlpito e o coro, ameaçando desabarem a qualquer momento; o tecto, que já foi branco, aparece com uma cobertura esverdeada de musgo, por o telhado deixar entrar as águas pluviais por todos os lados; e, para cúmulo de tudo o que acabo de descrever, a sepultura do meio – das três que existem no pavimento da capela –, apresenta-se-nos com a laje partida, resultado evidente de um acto criminoso de quem satisfaz a reprovável ânsia de ver o que estava dentro dela.

No altar, bem lá no alto, estava a imagem de Nossa Senhora das Dores, um

pouco voltada para o lado, como que envergonhada de tanto desleixo da parte dos homens...”, que haveria de abandonar o local à espera de melhores dias.

Ora, dos factos então relatados, alguns, talvez os essenciais para que a capela não começasse a desabar foram alterados. Assim, a porta foi fechada, a sacristia recebeu um telhado, embora se mantenha entulhada, e até o espaço envolvente tem outra “cara”. Porém, o templo, como é sabido, merece uma intervenção de restauro, capaz de fazer frente à degradação que tomou conta do interior do edifício.

A Capela de Arroios encontra-se implantada em local hoje apazível, em pleno vale da Gregosa, no Caminho Municipal 1238, hoje designado por Rua do Fundo do Povo, junto da Estrada Nacional 322, na freguesia de Arroios.

Esta igreja, ainda que com distantes veios de recorte renascentista, com cornijamentos, pilastras e capitéis de armação coríntia ou compósita, completa a sua estruturação artístico-figurativa com um marcado e inconfundível acabamento barroco, que pode ter uma certa e relativa parecença com os apontamentos decorativos da Capela Nova, em Vila Real.



Planta de localização da Capela de Arroios,
no caminho Municipal n.º 1238, actual Rua do Fundo do Povo,
com acesso à Estrada Nacional 322

É rico de curvas e contra-curvas o alçar-se do frontão da Capela de Arroios, que se ergue destacado por quatro pináculos ricamente trabalhados e associados

ao implante de uma cruz central fronteira cuja base, em peanha decorada, parece com os seus relevos exaltar aquele elemento votivo como um meio de sublimação definidora da eternidade, tal e qual como se de um dedo de Deus se tratasse a apontar o destino da humanidade.



Capela Nova, em Vila Real



Capela de Arroios

Cada um daqueles pináculos serve a cúpula de remate às quatro pilastras que, vindas da base, e prosseguindo-se pelo frontão, de certa maneira tentam imitar a colunata do alçado principal da dita Capela Nova. Como aqui, também o frontão da Capela de Arroios se eleva com a espiritualidade de um ramalhete colocado para a formosear, com a riqueza de uma orla carinhosa, o desenvolvimento útil da sua própria cubicagem. Tendo em vista a funcionalidade quanto à protecção contra os ventos e chuvas dominantes, bem como quanto à defesa contra as humidades que do Sul podem ferir a estruturação da cobertura, o frontão é o escudo protector que garante a estabilidade estrutural do monumento. Ao mesmo tempo que a “janela”, quadriculada por gradeados de espírito violento, nos aparece repetitivamente exceptuada apenas pelas escalas entre um e outro monumento, a luz coa-se no interior como o simbolismo de uma interioridade arrependida.

Num e noutro monumento, são claros os pressupostos topográficos das fachadas. Analisadas as mesmas no sentido da vertical ou no sentido da horizontal sobrepõe-se à quadricula a queda do fio-de-prumo, avivando o espírito da verticalidade, para que a preponderância da altura sobre a largura transcorra em frontispícios esguios que quase levam à proposta da proporção jogada com a duplicação da largura para se conseguir a altura.



A sacristia da Capela de Arroios ainda unida à casa de família

É visível, em Arroios, o perfeito enquadramento da sacristia na globalidade do conjunto servindo a mesma como de elo de ligação do templo à casa de família, de que era propriedade, sem ferir o partido urbanístico que define o trânsito interno, pois permitia o acesso da família ao culto sem interferência com a intimidade dos pólos referidos, satisfazendo-se desta maneira o abraço da vivência interior familiar com a afluência do povo.

O interior da Capela de Arroios é enriquecido pela talha policromada que se desenvolve, num retábulo em aparente ascensão, desde o altar-mor, com vários sucedâneos, até ao fulcro cimeiro em abraços de colunas e pilastras intermediadas por dourados estilizados com exemplares de carácter exclusivamente vegetalista.

O púlpito, ainda que menos rico de movimento, sobressai de uma mísula de força, saliente da parede, em forma de transição para o coro onde o gradeamento

vazado, vedando o varandim que se sobrepõem ao arco abatido sobre a entrada principal, tem acesso disfarçado pelo miolo da parede com duplicada funcionalidade.

O tecto, aparentemente em gesso, ou calíça afagada, completa em abóbada de berço a estrutura da armação do telhado.

Não nos parece que ao longo dos anos o templo tenha sofrido quaisquer restauros e não obstante não existirem quaisquer painéis de azulejaria, é manifesta a autenticidade impressa pela traça do século XVIII em toda a extensão da sua indesmentível beleza.



Retábulo da Capela de Arroios



O coro e um aspecto do tecto

Mas, a Capela de Arroios, mandada construir em invocação de St.º António, possui, além do seu encanto arquitectónico a história que a liga à família que a mandou edificar.

A sua existência advém da constituição de um vínculo de morgadio, regime jurídico que se pode apressadamente definir como um património autónomo vinculado a determinados fins e com determinadas regras de administração.

Embora desumano no nosso tempo, o vínculo de morgadio foi uma forma institucional e jurídica destinada a defender a base económica e territorial da

nobreza. Os domínios do morgadio eram inalienáveis, indivisíveis e não susceptíveis de partilhas por morte do seu titular, transmitindo-se nas mesmas condições ao descendente varão primogénito. Na falta de filho do sexo masculino, os bens podiam ser administrados pela linha feminina, mas logo que houvesse descendente varão, o conjunto dos bens do morgadio pertenciam-lhe, tomando a sua posse aos 18 anos. Deste modo, evitava-se a desarticulação dos domínios senhoriais, já que o património se mantinha unido.

Mas embora mantivesse o património unido os morgadios traziam, muitas vezes, tragédias sociais e pessoais: os filhos segundos eram condenados a uma vida muito diferente da do morgado, ingressando, a maior parte das vezes, no exército ou na vida eclesiástica. As filhas, se não tinham dote que lhes permitisse o casamento dentro da mesma área social, iam para o convento. Em ambos os casos, muitas vezes, sem vocação.

Porém, esta regra de direito sucessório começou “a ter os dias contados” a partir do momento que o Marquês de Pombal impôs restrições à criação de novos e à manutenção de alguns vínculos e, posteriormente, a Carta de Lei de 19 de Maio de 1863, pôs definitivamente fim aos morgadios, com excepção para a Casa de Bragança.

O vínculo originário da Capela de Arroios, foi instituído pelo Dr. Cristóvão Alvares Coelho e seu irmão o Pe. António Alvares Coelho, filhos de Domingos Esteves de Carvalho e de sua mulher D. Cecília Alvares Coelho, netos de Cristóvão Alvares Coelho e de sua mulher D. Maria Gonçalves (Catálogo do Arquivo de Mateus)¹, D. Maria de Figueiredo da Veiga ou D. Maria Gonçalves de Figueiredo (na obra Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo, de Júlio Teixeira)². Este último casal era proprietário dos bens que originaram o morgadio da Casa de Mateus (1641), hoje sob a figura jurídica de Fundação da Casa de Mateus, instituída em 3 de Dezembro de 1970, que, de forma rigorosa, zela pelo património construído e pela memória que a Casa de Mateus corporiza e simboliza.

O Dr. Cristóvão Alvares Coelho, nascido em S. João de Arroios, Vila Real, estudou no Colégio de S. Paulo, em Coimbra, posteriormente Lente em leis, na Universidade da mesma cidade, depois Desembargador na Relação do Porto e na da Suplicação em Lisboa, exercendo, ainda, o cargo de Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, tribunal régio criado pelo rei D. João III, para tratar dos assuntos ligados à consciência dos monarcas e das matérias relacionadas com as ordens religiosas e militares, cujos membros tinham o título de Conselheiro. Casou

¹ Casa de Mateus – Catálogo do Arquivo: SICM/SSC 06.01/SR/GAVETA

² Júlio António Teixeira, Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo, Vol. I, fls. 91 e 596



Planta actual do piso térreo

com D. Brites de Barros Faria, filha de Miguel de Freitas Barros e Faria e de sua mulher D. Margarida Borges Monteiro. Deste casamento nasceram:

- António Alvares Coelho de Faria, de quem falaremos adiante;
- Luís de Freitas, que faleceu sem geração.
- Manuel de Freitas, que nasceu em 15 de Junho de 1682 e faleceu, solteiro, em 30 de Junho de 1740, com geração.
- D. Brites que faleceu solteira.
- D. Maria Coelho de Barros e Faria, que casou com Matias Alvares Mourão, o Morgado da Prata, filho de Domingos Botelho Alvares Ribeiro e de sua esposa D. Joana Alvares Mourão, herdeiro universal do casal dos Morgados de Mateus, o Doutor Matias Alvares Mourão de Aguiar e de D. Maria Coelho Alvares Mourão, esta conhecida na Casa de Mateus como *a Velha*, para a distinguirem da esposa do referido Morgado da Prata.

O outro interveniente que fortaleceu o morgadio de Arroios foi, como dissemos, o irmão do Dr. Cristóvão Álvares Coelho, o Padre António Alvares Coelho, tio dos anteriores, também natural de S. João de Arroios, que exerceu o mister de Reitor na freguesia de Vale de Nogueiras, Vila Real.

Ambos os irmãos registaram os seus testamentos no Cartório do tabelião João Pereira de Carvalho, em Vila Real, com normas muito rígidas a cumprir pelos seus herdeiros, como veremos à frente. Mas, para além destes dois irmãos (Cristóvão e António), houve, ainda, três irmãs: D. Paula, que casou com António Teixeira de Araújo Magalhães, com geração nos morgados de Paredes; D. Rosa

de Jesus, que foi freira no convento de Santa Clara, em Vila Real, e D. Helena que casou com António de Matos de Carvalho.

O primeiro a registar o seu testamento e destino do vínculo de morgado foi o Reitor de Vale de Nogueiras, Padre António Alvares Mourão, que o ditou no dia 13 de Junho de 1690. Depois do enunciado inicial refere:



Planta actual do piso superior

“– ...Deixo por meo testemanteiro a meu hirmão o Doutor Christóvão Alvares Coelho e em sua ausencia ao Senhor António de Mattos de Carvalho (casado com sua irmão Helena) e ao Senhor Mathias Alvares Mourão meo sobrinho para que cada hum delles me faça cumprir meo testamento e lhe peço o queiram ser;

– Deixo que o meu corpo seja sepultado dentro da Igreja de S. João Baptista de Arroios...

– Declaro que tudo o que devo e se me deve tenho posto em meus livros mas avendo algumas dívidas em contas que tenho com muitas pessoas achando-se por prova bastante que heu por esquecimento deixasse de assentar meo herdeiro abaterá ao devedor no que se achar que se deve...

– Deixo nomeados prazos que tenho de livre nomeação assim da Mitra como de Malta e da Comenda de Trez Minas nas vidas que me pertence nomear e no direito de pedir renovação a meo sobrinho António Alvares Coelho, filho de meo

hirmão Dr. Christovão Alvares Coelho e lhe peso os deixe nomeados por seu falecimento ou os dê em sua vida ao filho ou filha que ficar sucessor principalmente de sua casa.

– Declaro que entre mim e meo hirmão nunca devisão nas partilhas do que cada hum pertencia nos bens e fazendas de nossos pais por vivermos sempre conformes e nunca haver entre nós desavença alguma que acho por minhas contas que gastei mais com meos hurmãos mais do que lhe cabia de legitimas por coanto o acabei de satisfazer o dote prometido a minha hirmã Paula de Figueiredo que se lhe deo muito mais do que lhe cabia de legitimas que lhe podião pertencer; e fis dote a minha irmã Maria de Jesus religiosa no Convento de Santa Clara de Vila Real que Deos tem em gloria, e depois feito a minha hirmã D. Elena para haver de cazar com António de Mattos de Carvalho de mil cruzados que tenho satisfeito o que constará de meos livros de que meo herdeiro fará constar ao que faltar de que por Rezão ou Justiça. E nos estudos de Coimbra a meo irmão Christovão Alvarez Coelho aonde assistiu mais de vinte e quatro annos e comendo de todo o necessário hainda depois que foi Colegial do Colégio de S. Paulo e Lente de Leis e hainda em todo o tempo que foi Dezembargador na Relação do Porto e na Suplicação de Lisboa e somente deixei de dispensar com elle despois que entrou para Deputado da Meza da Consciência e hordens; todos estes gastos e despezas fis prosedidos de minhas fazendas e Igreja...

Que no dote que fis a minha sobrinha Dona Anna de Magalhães quando casou com o Sr. Luiz Pereira Pinto fiquei obrigado a satisfazer hum legado de sincoenta mil reis a Maria de Araújo que meo cunhado que Deos tem António Teixeira de Araújo lhe deixou, mando que meo herdeiro lhos pague coando lhe constar que heu os não tenha satisfeito. Com mais mil reis de entereses deste dinheiro e mais outro legado que o dito meo cunhado deixou a Maria do Vizo mando que meo herdeiro lhos pague com declaração quede ambos os legados dê quitação autentica que dos mais dotes tenho quitação...

Deixo por meo universal herdeiro a meo hirmão Dr. Christovão Alvares Coelho Deputado da Meza da Consciência e em caso que este seja falecido antes de mim instituo por meo herdeiro a seo filho Antonio Alvares Coelho meo sobrinho e na falta deste a seo filho Manuel e na falta deste a seo filho Luiz e na falta deste e todos faltarem a sua filha Biatris e quero que todos os meos bens andem sempre reunidos juntos e vinculados em Morgado com as clausulas de se não poderem alterar e debaixo das mais que se costumam declarar pelos instituidores de Morgados Regulares e debaixo de todas elas que aqui vão expressas e declaradas vinvulo estes meos bens para que andem no filho mais velho dos últimos possuidores prosedendo os machos às fêmeas do mesmo grau e so as fêmeas entram là coando faltar macho do mesmo grau e do mais próximo.

Com declaração que não susederá neste Vinculo pessoa que tenha Raça e Nação hebreá, de Mouro, Mulato, ou de outra qualquer Nação Infecta, nem filho bastardo ou que desenda de algũa bastardia ainda que legitimo seja, e só então poderá ser Bastardo no cazo que faça em cada hũa das quatro linhas nomeadas descendente legitimo o que Deos não permita.

Declaro que coando acontesa cazo que este Vincula fasa salto da primeira linha, a segunda, ou da segunda à terceira, ou da terceira à quarta que seja por falta de descendentes, ou por se misturarem com pessoas de nação infecta, ou por algum crime que tenha confiscação e perdimento de bens todo o possuidor que ouver de entrar tome apelido de Alvares Coelhos se athe ahi não tiver por ser a minha vontade que eles se conservem para sempre na minha família, e sobre tais apelidos não haverá outros alguns por mais illustres que sejam, e por que não servir tempo de fazer Rol dos Bens que são de Prazo, e dos Livres que a todo o sempre constar quais sejam vinculados...

Ordeno que ficando meo irmão de trás de mim ou aquele dos meos sobrinhos que ficar de trás de mim susedendo nos ditos meos bens o faço instituído por autoridade de justisa neste meo testamento...

Mando que meo herdeiro que suseder em meus bens me mande dizer em cada anno hũa missa cantada..."

Eram estas as obrigações fundamentais registadas no testamento do Pe. António Alvares Coelho, que haveria de ser sepultado na igreja de S. João Baptista, de Arroios, conforme sua vontade.

O testamento cerrado e vinculo de morgado do Dr. Cristóvão Alvares Coelho, registado em 1691, tal como o de seu irmão, iniciam com os termos do costume, descrevendo de seguida como deseja se faça o seu funeral, expondo, depois, as disposições de que deixa vontade. Assim:

"Traslado do testamento que fez o Doutor Christovão Alvares Coelho

Em nome de Deos amem. Saibam quantos este instrumento de testamento serrado e instituição de Vinculo e Morgado entre vivos de hoje para todo o sempre valledora virem que no anno do nassimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos e noventa e hum annos, aos vinte e tres dias do mes de setembro do dito anno, estando eu o Doutor Christovão Alvarez Coelho deputado da mesa da Conçiencia e hordens, do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde e Moço fidalgo de Sua casa Real, em meu juízo perfeito e entendimento, achacado porem de faltas de respiração, temendo me da morte e desejando pôr minha alma no caminho da salvação por não saber quando Deus será servido levar me desta vida, ordeno e faço meu testamento cerrado na forma seguinte: Primeiramente

emcomendo a minha alma há tres pessoas da Santíssima hum Só Deus verdadeiro...; Item instituo pro meus erdeiros a sinco filhos legitimos que tenho universalmente em que as suas legitimas que lhes cabem a saber: Donna Maria Coelho casada com Mathias Alvares Mourão de Mateus, António Alvarez Coelho, Luís de Freitas de Barros, Manoel Coelho de Freitas, e Donna Brites de Barros e como estes dois últimos sejao menores de doze e catorze annos os substituo recíprocamente ...aos mais não em cazo algum delles fallessa antes de exceder os annos da idade, e se acazo tiver algum filho ou filha posthumo, também o intituto por herdeiro na sua legitima, e deixo o meu terço a meu filho António em Vincullo de Morgado com a sua legitima como adiante declara rei; e deixo a Donna Constantina cazada com Diogo... da Cumieira quarenta mil reis e se lhe não deixo maior legado he por se achar abastada de bens e sem filhos, nem esperenssas de os ter, e por lhe fazer dote ... a minha prima Donna Maria Coelho de Mateus por minha comtemplação quando cazou com o dito seu marido; deixo a sua mãe Isabel Dinis o souto da Portella velho e novo com o monte que fica dentro das paredes para que o logre em sua vida, e por seu fallessimento hirá no terço a meu filho António Alvares Coelho: deixo...; Item ordeno que minha mulher Donna Brites de Barros alcance de Sua Magestade que Deus guarde provisão para ser tutora de nossos filhos e quando a não alcance deixo lhes por seus tutores o meu irmão o Padre António Alvares Coelho, Reitor na igreja de São Pedro de Valnogueiras e a meu cunhado António de Mattos de Carvalho, para que hum em falta de outro tenha a administração dos bens e das pessoas dos ditos meus filhos e pesso ao dito meu cunhado queira fazer-me mercê de aseitar a tuturia digo fazer-me mercê de aseitar essa tuturia, ... Item deixo por meus testamenteiros aos ditos meu irmão o Padre António Alvarez Coelho e António de Mattos de Carvalho...; Item por considerar que as famillias se con servam em melhor nobresa e tratamento se nellas há vinculo de morgado, quero que a legitima e tersso que deixo a meu filho António Alvarez Coelho ande sempre em Vincullo de morgado regular ... com clausulla de andar sempre unido no filho mais velho; debaixo das regras da representação assim na linha dos desçendentes como na dos transverssais, neste porem declaro que se o meu transverssal que morrer sem filhos nem descendentes legítimos vier irmão e sobrinho de irmão digo e sobrinho de outro irmão mais velho vá a susseção ao sobrinho no caso somente que elle transverssal deixar unido a este morgado bens que rendão cem mil reis; e não os unido vá a sussesão ao irmão mais que se achar ...digo por se achar mais chegado em grão; Item ordeno que nessa susseção, não entre pessoa que tenha raça de judeo, mulato, ou de outra qualquer infecta nação, nem clérigo, nem relligiozo, porem se entrar na admenistração, antes de ser claerigo ou reliegiozo poderá em sua vida admenistrar ...Item ordeno que se algum

admenistrador casar com mulher que tenha raça não poderá admenistração, antes por sua mor / te hirá ao legitimo por melhor a quem por estas clausulas tocar, o que se entende se não deixar descendentes livres de toda a raça prohibida, e se acazo ouver letigio sobre a ver raça ou não, ordeno que os rendimentos dos bens vinculados se depositem emquanto durar o letigio, e se lhes dará cura dor para os administrar e fazer render o procedido deles a juro licito e seguro; Item ordeno que todo aquelle adenistrador que chegar a possuir sinco novidades deste Vinculo seja obrigado a comprar cem mil reis de fazenda livre e unilla a este Vinculo, ...Item ordeno que os admemenistradores logo que chegarem a entrar na admenistração deste Vincullo tomarão os apellidos de Alvarez Coelhos logo ao dipois do nome da pia, se já de antes o não tiverem e se fará huma Cappella na Igreja ou em outra qualquer parte, e nella se porão as armas destes appellidos, e uzarao delas nos seus sinetes; Item ordeno que se algum dos admenistradores cometer crime para que meresa confiscação de bens, perca hua hora dantes que o cometer o crime, a admenistração, e logo isto facto se declarará ao mediato sucessor, ... Item ordeno que nenhum dos admenistradores possa vender, trocar, nem por modo algum alhear os bens deste Vincullo,...”



Heráldica da capela de Arroios

1. **Classificação:** heráldica de família
2. **Localização:** Capela de Arroios, Rua do Fundo do Povo
3. **Datação:** século XVIII

Descrição heráldica:

– **escudo:** de fantasia; elmo de grades voltado à dextra, paquife e timbre, o conjunto assente sobre uma cartela decorativa joanina, tudo em granito.

– **composição:** esquartelado

– **leitura:**

I – cinco coelhos postos em sautor

II – nove cunhas em 3,3,3

III – torre, acompanhada de cinco flores-de-lis, três em chefe e uma em cada flanco.

IV – fretado de seis peças

– **Identificação:** são as armas das famílias:

I – **Coelho:** elementos mal representados. As armas da família Coelho são: de ouro, leão de púrpura, armado e lampassado de vermelho e carregado de três faixas xadrezadas de azul e de ouro; bordadura de azul, carregada de de cinco coelhos de prata manchados de negro.

II – **Cunha:** de ouro, com nove cunhas de azul, postas 3, 3, 3.

III – **Faria:** e vermelho, com uma torre de prata, aberta e iluminada de negro, acompanhada de cinco flores-de-lis de prata, três em chefe e uma em cada flanco.

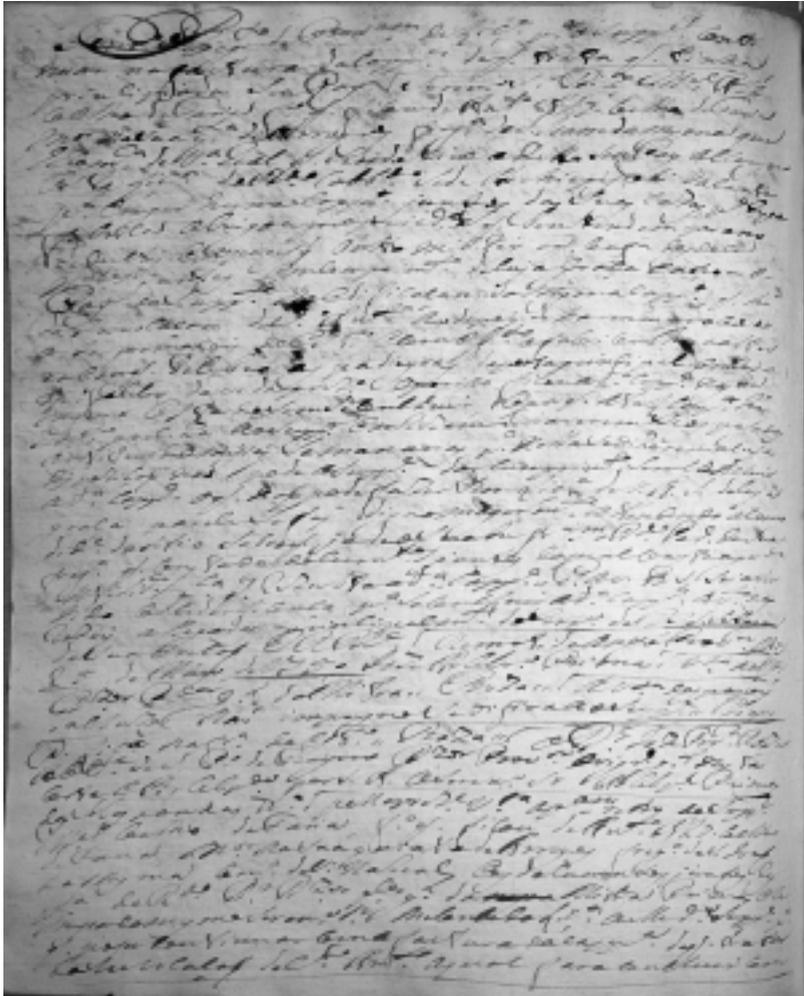
IV – **Correia:** de ouro, fretado de vermelho, de seis peças.

Timbre: o leão do escudo, sainte. Aqui armado com um Coelho nas garras.

Conforme vontade dos testamenteiros assumiu o lugar de 2º morgado de Arroios o Licenciado António Alvares Coelho de Faria, que era cunhado, como se viu, do 2º Morgado de Mateus, com quem haveria de travar enormes quezílias judiciais, apoiado por sua mãe, D. Brites de Barros Faria, que demandou ao Rei contra o Morgado de Mateus. Depreende-se que uma das primeiras decisões de vulto do 2º Morgado de Arroios, foi cumprir, como mandava o testamento se seu pai, “...e se fará Cappella na Igreja ou em outra qualquer parte, e nella se porão as armas destes appellidos e uzarao delas nos seus sinetes...” assim, no dia 19 de Julho de 1731 eram apresentados a D. José de Bragança, Arcebispo de Braga, os papéis para a fábrica da Capela que de novo quer erigir António Alvares Coelho de Faria morador na sua quinta de Arroios, freguesia de S. João termo de Vila Real, do qual obteve provisão no dia seguinte.

Registo de papéis para a fábrica da Capela de Santo António

Após o falecimento do 2º morgado de Arroios, coube a seu filho Manuel Alvares Coelho de Faria, terceiro morgado de Arroios, solicitar ao novo Arcebispo de Braga, D. Gaspar de Bragança, ... *para continuar na feitura da Capela...*, em 25 de Maio de 1750, onde já haveria de ser sepultado, bem como sua esposa D. Josefa Joaquina de Meneses e Silva, junto de sua casa, com a designação de Santo António, como nos dizem os registos paroquiais da Freguesia de Arroios.



Registo de provisão de licença para se continuar a feitura da Capela

O Lic. António Alvares Coelho de Faria, Morgado de Arroios, não casou mas deixou, da sua ligação com D. Maria José, os seguintes filhos legitimados:

- **Manuel**, que segue.
- D. Mariana Joaquina de Barros e Faria, que casou com, em Arroios, em 6 de Junho de 1746, com António da Cunha Correia do Amaral.
- **Manuel Alvares Coelho de Faria**, terceiro morgado de Arroios, senhor da Casa de Vale Nogueiras e da Casa do Paço de Abambres, de onde era originária sua avó paterna, casou com D. Josefa Joaquina e Silva, sua prima afastada.



Armas do Paço, em Abambres

No dia 5 de Fevereiro de 1767, trinta e seis anos após terem sido registados os papéis para a fábrica da capela de Santo António, em Arroios, é solicitada provisão para que se possa benzer, dando por concluída a obra, a qual é concedida no dia 13 seguinte.



Registro da provisão para benzer a Capela de Santo António

Passados três anos é apresentado pedido de provisão a D. Gaspar de Bragança para se poder colocar um confessorário na capela que, naturalmente, vai receber o necessário decreto.

geral por parte que se pede para se estabelecer a provisão
 para a capela e confessorio mencionado. Pede-se para
 o Sr. D. Gaspar de Bragança e para o Sr. D. João de
 Albuquerque.

João de Almeida

Pede-se a provisão para a capela e confessorio
 para o Sr. D. Gaspar de Bragança e para o Sr. D. João de
 Albuquerque.

Dom Gaspar de Bragança e Dom João de Albuquerque
 pedem a provisão para a capela e confessorio
 mencionado. Pede-se para o Sr. D. Gaspar de
 Bragança e para o Sr. D. João de Albuquerque.

Pede-se a provisão para a capela e confessorio
 mencionado. Pede-se para o Sr. D. Gaspar de
 Bragança e para o Sr. D. João de Albuquerque.

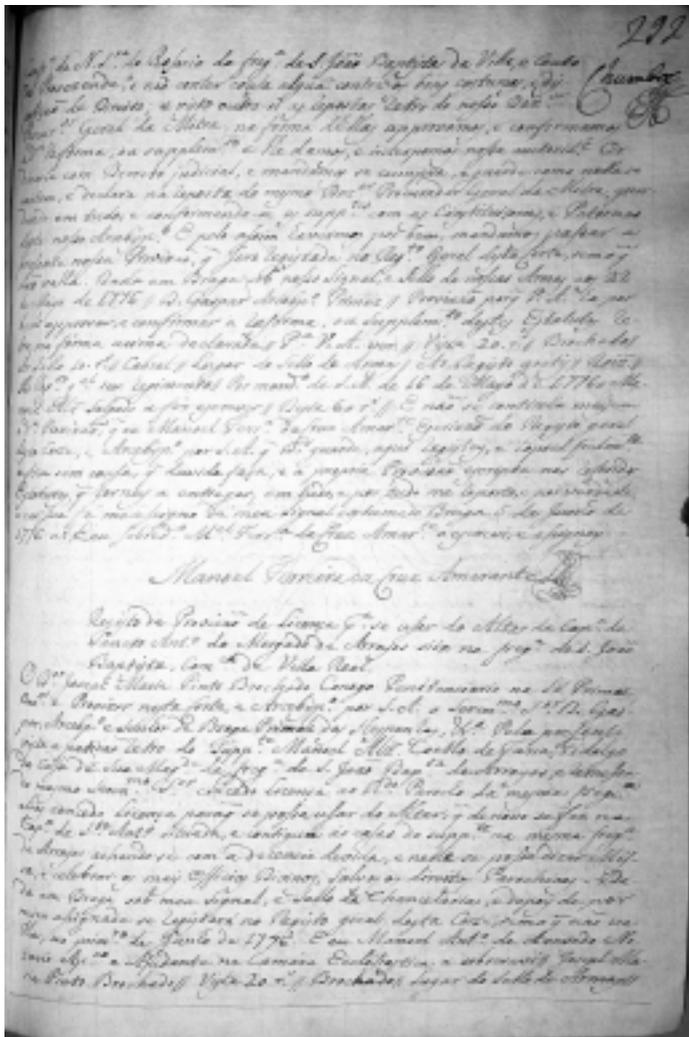
João de Almeida

Pede-se a provisão para a capela e confessorio
 mencionado. Pede-se para o Sr. D. Gaspar de
 Bragança e para o Sr. D. João de Albuquerque.

Dom Gaspar de Bragança e Dom João de Albuquerque

Registro de provisão para colocar um confessorário

Como fizemos referência, o interior da Capela de Arroios é enriquecido pela talha policromada que se desenvolve, num retábulo em aparente ascensão, desde o altar-mor, com vários sucedâneos, até ao fulcro cimeiro em abraços de colunas e pilastras intermediadas por dourados estilizados com exemplares de carácter exclusivamente vegetalista. Ora, salvo melhor opinião, essa obra de arte pode ser datada do ano de 1776, época em que foi pedida autorização para ser usado, conforme documento que segue.



Registo da provisão de licença para se usar o altar

Durante muitos anos a Capela de Santo António, em Arroios, bem como a casa que lhe estava contigua, da qual ainda existem muitas recordações, como por exemplo as pinturas que revestiam as paredes, preservadas por um dos descendentes da irmã dos instituidores do morgado de Arroios, o Eng. Luís José de Magalhães Cardoso de Macedo e Menezes, foi lugar de prósperas vivências.

Porém, passados vinte anos após a conclusão da obra da capela surgem os imprevistos da vida que vão alterar, de modo profundo a vida daquele morgadio. O casal Manuel Alvares Coelho de Faria e sua esposa D. Josefa Joaquina e Silva, morgados de Arroios, que aí habitavam, sem descendência, vê terminado, abruptamente, o matrimónio com o falecimento de Manuel Alvares Coelho de Faria, terceiro morgado de Arroios, logo seguido de sua esposa.



Pormenor de um dos painéis que descreve a história bíblica de José do Egipto, que revestiam as paredes interiores da casa do morgado de Arroios (pintura sobre linho), hoje propriedade do Eng. Luís José de Magalhães Cardoso de Menezes.

“Aos quatro de Julho de mil e setecentos e noventa e sette falleceo da vida presente Manoel Alvares Coelho de Faria, Morgado Arroyos desta freguesia de Sam João de Arroyos com todos os sacramentos e foi sepultado na sua Capella de Santo António no mesmo lugar de Arroyos pello assim determinar no seu testamento com que falleceo e foi sepultado no dia sinco do perdido mês e para constar fiz este termo que asignei dia mês era ut supra.

O Pároco Jerónimo de Carvalho Mourão.”

Ao falecer sem descendência, por testamento feito em 2 de Julho de 1797, deixa como universal herdeira sua mulher D. Josefa Joaquina de Meneses e Silva.

Passados dois anos:

“Aos cinco dias de Março de mil setesentos e noventa e nove faleceu da vida presente Dona Josefa de Meneses e Silva, viúva que ficou de Manoel Alves Coelho de Faria, Morgado de Arroyos, só com os sacramentos da extrema unção por se não poder confeçar; por morrer de repente, estando de pé lhe rebentou hum póstumo de sangue pella boca que não deu mais nem fala e foi absolvida sub condifione, não fez testamento e foi sepultada na sua Capella de Santo António pegada as suas casa aonde estava seu Marido por que assim o tinha determinado, muito antes de morrer no dia seis do perdido mês, e para constar fis este termo que asignei dia e mês era ut supra.

O Pároco Jerónimo de Carvalho Mourão.”



Matias Álvares Mourão, Morgado da Prata, herdeiro do morgado de Mateus, que em 1688 recebeu mercê de D. Pedro II no valor de 12 mil reis de tença, por estar casado com a filha do Dr. Cristóvão Álvares Coelho, morgado de Arroios – (coleccção da Casa de Mateus)

Não existindo, como dissemos geração, foi herdeiro dos bens do morgadio de Arroios, Manuel Cardoso Pereira Pinto de Menezes, Morgado de Paredes, pai de D. Josefa Joaquina, e bisneto de uma irmã do Dr. Cristóvão Alvares Coelho, um dos instituidores do morgadio.

Desconhecendo-se o motivo, pelo qual o herdeiro do morgadio de Arroios se desfez de imediato dos bens herdados da filha, vendendo a casa, capela e quinta de Arroios e outros bens em Gouvinhas, ao Dr. António Rebelo de Matos Rocha, Dr. José Rebelo de Matos Rocha, João Rebelo de Matos Rocha, Maria Eufrásia Rebelo de Matos Rocha e Ana Margarida Rebelo de Matos Rocha, conforme Escritura de compra que o Tabelião Manuel Correia da Mesquita outorgou.

“Escritura de compra que fazem o Doutor António Rebelo de Matos Rocha e seus irmãos desta Villa Real, a Manuel Cardoso Pereira de Meneses, da quinta do Bairro de Sam Martinho de Mouros Comarca de Lamego.

Em Nome de Deus amem saibam quantos este público instrumento de escritura de compra e venda ou como em direito... virem sendo Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e outocentos e seis annos aos vinte outto dias do mês de Maio do ditto anno nesta Villa Real e casas das moradas do Doutor António Rebelo de Mattos Rocha hando eu Tabaliam Manoel Correa da Mesquita vim e ahi apareceram persentes o Reverendo Manoel Fernandes Xavier assistente na sua casa de Bairro de Sima do Comselho de Sam Martinho de Mouros Comarqua de Lamego e pessoa reconhecida de mim Tabaliam e Testemunhas abaixo asegnadas de que Dou fé: Por elle foi dito na minha persença e das mesmas testemunhas como Procurador que mostrou ser pela Procuracam abaixo copiada de Manuel Cardoso Pereira Pinto de Meneses da quinta de Bairro de Sam Martinho de Mouros Comarqua de Lamego que seu constituinte por escrito ... de trinta de Outubro de mil e outocentos e sinco, abaixo também copiado avia vendido desde ontem para sempre ao Doutor António Rebelo de Mattos Rocha e a seus irmãos o Doutor José Rebelo de Mattos, Joam Rebelo de Mattos Rocha, Maria Eufrásia Rebelo e Anna Margarida Rebelo, desta Villa Real a sua quinta casa, capella e todos os mais bens de rais que tinha no lugar de Arroios, bem como a quinta casa capella e mais bens de rais que tinha no lugar de Gouvinhas, e todos os mais bens de rais terras, foros, prazos, e tudo o mais que tinha e podia dispor...a que elle houve de sua filha Donna Josefa Joaquina de Meneses...”

Ora, a partir deste acto a Capela de Arroios deixou de pertencer à família a que diz respeito o brasão ainda hoje existente no seu frontispício. Muitas contendas jurídicas geraram este morgadio, especialmente por parte dos

administradores da Casa de Mateus, por entenderem que aqueles bens deviam estar anexados ao seu morgadio. Porém, o nosso estudo não se debruça sobre essas questões, que ficam para os especialistas que as desejem tratar, tendo, para isso, documentação suficiente no Arquivo da Casa de Mateus, ao qual tivemos acesso, por deferência do actual administrador da Fundação da Casa de Mateus, Eng. Fernando Albuquerque.

Os novos proprietários desta capela foram então, a partir de 1806, os cinco irmãos Rocha, família vila-realense com muitos recursos financeiros.

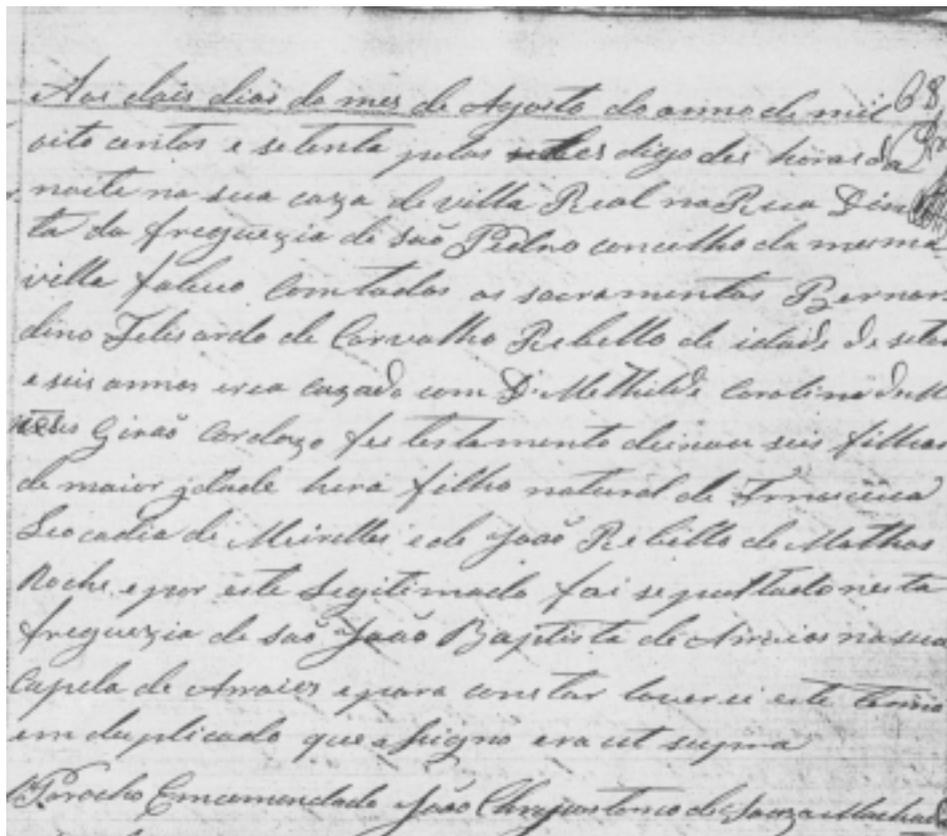
Destes o Dr. António Rebelo de Matos Rocha não teve geração. João Rebelo de Matos Rocha, foi Alferes em Cavalaria 2 e Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, vindo a casar com D. Antónia Casimira Cardoso de Menezes Girão também não tiveram geração, embora deixasse um filho, Bernardino Felizardo Rebelo de Carvalho, nascido em 1799, da sua ligação com D. Francisca Leocádia de Meireles.



Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo de Matos Rocha e s. m. D. Matilde Carolina de Menezes Girão Cardoso – (colecção da Casa do Carmo em Guimarães).

Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo de Matos Rocha, Alferes de Cavalaria, legitimado por alvará régio de 5 de Novembro de 1831, casou, em S. Pedro - Vila Real, no dia 16 de Outubro de 1831, com D. Matilde Carolina de

Este casal foi sepultado na Capela de Arroios, o marido em 2 de Agosto de 1870 e a esposa em 21 de Janeiro de 1880.



Assim depois de dois dias do mes de Agosto do anno de mil oitocentos e setenta e sete dias depois das horas da noite na sua casa de villa Real na Peca Districta da freguezia de S. Pedro concelho da mesma villa fahu. Comtados os sacramentos Bernardino Felizardo de Carvalho Rebello de idade de setenta e seis annos e sua mulher com D. Mathias Cordeiro de Mattos Ginas Cordazo fez testamento clinica suas filhas de maior idade heras filhas natural de Francisca Leopadia de Miralles e do Joao Rebello de Mathias Roche e por este segitimação foi sepultado nesta freguezia de S. Joao Baptista de Arroios na sua Capela de Arroios e para constar houve este testamento em duplicado que a seguir era ut supra

Párocho Emcomendado Joao Chryzostomo de Souza e Machado

Assento de óbito de Bernardino Felizardo Rebelo de Matos Rocha,
na freguesia de S. Pedro - Vila Real

Deste casamento nasceram, entre outros:

- João Rebelo Cardoso de Menezes, nascido em 29 de Outubro de 1832, futuro Bispo, de quem falaremos adiante:
- D. Ana Júlia Rebelo Cardoso de Menezes, de quem falamos abaixo:
- Bernardino Rebelo Cardoso de Menezes, nascido 24 de Abril de 1843 e casou com Emília Noronha Pinto Coelho Guedes de Simões, filha de José Pinto Coelho Guedes de Simões, FCR, Senhor da Casa de Simões, em Moure, Lamego e de Leonarda Rosas Branca Pereira de Miranda, s. g.



Família Cardoso de Menezes Girão: ao centro sentada D. Matilde Carolina Cardoso de Menezes Girão, ladeada da esquerda para a direita por Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, 1.º Conde de Margaride, D. Ana Júlia Rebelo Cardoso de Menezes, Bernardino Rebelo Cardoso de Menezes, D. Maria da Conceição Melo, D. Mariana de Melo, ?, e Padre João Rebelo Cardoso de Menezes, depois Bispo de Lamego.



Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, 1.º Conde de Margaride e s. m. D. Ana Júlia Rebelo Cardoso de Menezes, óleos sobre tela de Abel Cardoso (coleção do Dr. José Cardoso de Meneses Couceiro da Costa – Casa de Margaride)



Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, 1.º Conde de Margaride (1836-1919) e s. m. D. Ana Júlia Rebelo Cardoso de Menezes (1838-1911), recém casados em 1866 – (coleção da Dr.ª Helena Maria Corrêa de Barros Cardoso de Macedo Menezes).

D. Ana Júlia Rebelo Cardoso de Menezes, nascida em 3 de Agosto de 1838, em S. Pedro – Vila Real, viria a casar, em 5 de Julho de 1866 na capela da Casa da Portela, em Pevidem (Guimarães), com o Dr. Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, 1º Conde de Margaride, bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, que viria a exercer, entre outras funções, a de Governador Civil do distrito de Braga (1871-1878) e do Porto (1878-1879). Este casamento revela-nos a razão pela qual o povo repetia “a Capela de Arroios é dos Condes de Margaride”. De facto, assim foi, como proprietários, não como instituidores.

A última pessoa a ser ali sepultada foi D. João Rebelo Cardoso de Menezes, irmão da Condessa de Margaride, nascido na Rua Direita, em Vila Real, baptizado

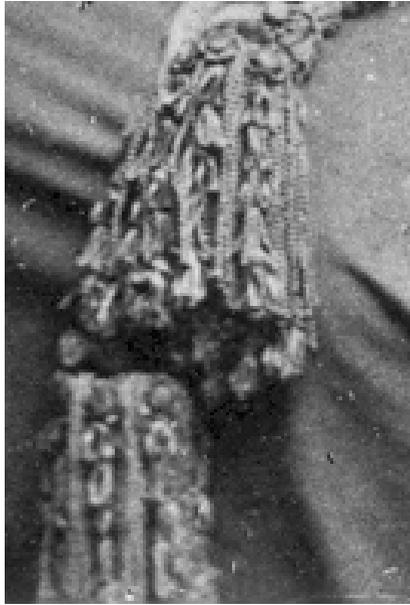


D. João Rebelo Cardoso de Menezes, Bispo de Lamego, Arcebispo de Mitilene e de Larissa
– (colecção da Casa do Carmo em Guimarães)

na igreja de S. Pedro no dia 4 de Novembro de 1832. Fez com distinção os preparatórios no Liceu de Vila Real e estudou Teologia no seminário de Braga, onde, pelo seu talento e aplicação, foi considerado o aluno mais notável do seu curso. Em 1 de Junho de 1855, concluído o curso, recebeu ordens menores em Barcelos das mãos do bispo de Leiria, D. Joaquim Pereira Ferraz. A 22 de Dezembro do mesmo ano teve ordens de sub diácono, conferidas pelo prelado de Lamego, D. José de Moura Coutinho. Em 20 de Dezembro de 1856 foi o arcebispo de Braga, D. José Joaquim de Azevedo e Moura, que lhe impôs ordens de diácono; em 19 de Setembro de 1857 era-lhe dada a dignidade de presbítero. Depois foi missionário apostólico durante doze anos nos Açores. Posteriormente foi chamado a Braga e ali lhe deram a direcção do seminário do arquipiscopado, cuja reforma se tornara urgente. O papa Leão XIII nomeou-o então seu capelão honorário *extra urbem*, dando-lhe, em Agosto de 1879, o título de monsenhor. Em Outubro de 1880 foi nomeado desembargador honorário da relação eclesiástica de Braga e em Fevereiro de 1881 protonotário apostólico e prelado doméstico de S.S. Foi examinador prosinodal e director do jornal *Semana Religiosa Bracarense*. Em 10 de Setembro de

1884 foi nomeado arcebispo e vigário geral do Patriarcado e logo confirmado com recomendação do papa para que lhe não fosse aceite qualquer escusa no elevado cargo. A 7 de Dezembro era sagrado arcebispo de Mitilene no seminário de Santarém pelas mãos do patriarca e tendo por assistentes o bispo do Algarve, D. António Mendes Belo, e o de Macau, D. António Joaquim Medeiros. A seguir o papa Leão XIII conferiu-lhe o grau de doutor em Teologia pelo diploma de 16 do mesmo mês e ano. Logo entrou no desempenho dos cargos de provisor e vigário geral do Patriarcado, não deixando, contudo de pregar e confessar, doutrinar laboriosamente, fazer ordenações, crismar, e até ajudar humildemente o pároco da igreja onde diariamente dizia missa. Distinguiu-se muito como orador sagrado, pronunciando em S. Vicente de Fora, na Quaresma dos anos 1884-85 e 86, conferências religiosas-filosóficas que foram muito apreciadas não só pelos fiéis como também pelos mais ilustres homens de letras do seu tempo, que foram ouvi-lo, atraídos pela fama da sua erudita e vernácula eloquência. Em 1887 foi nomeado arcebispo de Larissa, coadjutor e sucessor do bispo de Lamego. A 12 de Maio do mesmo ano fez a sua entrada solene naquela cidade. Escreveu este prelado três obras de importância: *O Código Penal da Igreja*, que é um comentário da instituição *Apostolicae Sedis*; *Os Seminários e um Cerimonial*.

D. João Rebelo Cardoso de Menezes faleceu, com 58 anos, no Paço Episcopal de Lamego, no dia 5 de Junho de 1890, foi sepultado na Capela de Arroios – Vila Real, de nome original de Santo António, doando todos os seus bens à Diocese de Lamego.



Borlas de arcebispo de Mitilene



Antigo Paço Episcopal de Lamego

Do casamento de D. Ana Júlia Rebelo Cardoso de Menezes com Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, Fidalgo da Casa Real, 1º Conde de Margaride, que nasceu na Casa da Veiga, em Guimarães, houve geração, todos herdeiros da Capela de Arroios:



Condessa de Margaride com os filhos, da esquerda para a direita: Luís Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1871-1945); D. Luísa da Conceição Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1867-1936); Alberto Cardoso Martins de Menezes de Macedo (1878-1947), ao colo; D. Ana Júlia Rebelo Cardoso de Menezes, Condessa de Margaride (1838-1911); José Cardoso de Menezes Martins (1873-1954); Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes, 2.º Conde de Margaride (1868-1933); e João Cardoso Martins de Menezes (1869-1941)
– (coleção de D. Filipe Folque de Mendóça, 4.º Conde de Rio Grande)

1 – D. Luísa da Conceição Cardoso de Macedo Martins de Menezes, baptizada em 4 de Abril de 1867, sem geração.

2 - Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes, 2º conde de Margaride, baptizado em 24 Fevereiro de 1868, que casou com Francisca de Paula Narbonne Lara de Melo Breyner, sem geração.



1 – D. Luísa da Conceição Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1867-1936), phot. da Casa Real União Pinho Henriques (Porto).



2 – Henrique Cardoso de Mecedo Martins de Menezes, 2.º Conde de Margaride (1868-1933).



3 – João Cardoso Martins de Menezes (1869-1941) – colecção da Dr.ª Helena Maria Corrêa de Barros Cardoso de Macedo e Menezes)



4 – Luís Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1871-1945), fotógrafo J. Monteiro no Porto – (colecção de D. Maria Amália Ana Júlia Cardoso de Macedo e Menezes)



5 – João Cardoso de Menezes Martins (1873-1954) – (coleção de D. Filipe Folque de Mendóca, 4.º Conde do Rio Grande).



6 – Alberto Cardoso Martins de Menezes Macedo (1878-1947) – (coleção de D. Maria Adelaide Pereira de Moraes).

3 - João Cardoso Martins de Menezes, baptizado em 14 de Agosto de 1869, que casou com D. Helena Madalena de Sottomayor Felgueiras, com geração.

4 - Luís Cardoso de Macedo Martins de Menezes, baptizado em 10 de Agosto de 1871, que casou com D. Júlia Leonor Pinheiro Lobo da Figueira Machado, com geração.

5 - José Cardoso de Menezes Martins, baptizado a 10 de Outubro de 1873, que casou com D. Margarida Maria José Braancamp de Melo Breyner, com geração.

6 - Alberto Cardoso Martins de Menezes Macedo, baptizado em 8 de Agosto de 1878, que casou com D. Arminda Adelaide Baptista de Sampaio, com geração. Avós maternos de D. Maria Adelaide Cardoso de Meneses Pereira de Moraes, residente na Casa de Caneiros – Guimarães, nossa confrade no Instituto Português de Heráldica.

Em 27 de Outubro de 1987, o Eng. Luís Vicente Maria Cardoso de Macedo e Menezes, filho de Luís Cardoso de Menezes Martins (4), neto do 1º conde de Margaride, dava notícia à Junta de Freguesia de Arroios:

Exma. Senhora
Dona Marília Ferreira
M. D. Presidente da Junta de Freguesia de Arroios
5000 Vila Real

Porto, 27 de Outubro de 1987

Exma. Senhora.

Só hoje me é possível responder formalmente á sua carta de 10 de Fevereiro do corrente ano sobre a Capela de Arroios, carta que li com muito gosto e lhe agradeço.

Peço compreenda que a demora de mais de oito meses resultou não de desinteresse meu mas das dificuldades que tive em falar com vários primos, quase todos a viver em Lisboa e com vidas muito ocupadas.

Num casamento de família, no princípio deste mês, tive oportunidade de falar com os que ainda não tinha conseguido contactar e o que posso agora dizer-lhe, o que faço com prazer, é que todos estão de acordo em fazer doação da Capela a essa Junta de Freguesia.

A única condição que os meus parentes e eu próprio fazemos é que a Capela seja mantida como local de culto, com conseqente resguardo da dignidade que esse fim implica, e de nela permanecerem os

túmulos dos pais de nossa Avó e Bisavó Condessa de Margaride e o de seu Irmão Dom João Rebello Cardoso de Meneses, que foi Arcebispo de Larissa e Bispo Auxiliar de Lamego.

No que respeita ao acto notarial que certamente irá ser necessário, queira V. Ex.^a mandar indagar quem devem ser os outorgantes por parte dos doadores; julgo que, do ponto de vista registral, podem surgir alguns problemas que espero a boa vontade do Conservador possa resolver.

Na expectativa de estas notícias virem ao encontro dos desejos de V. Ex.^a preveleço-me desta oportunidade para, em nome dos meus primos e no meu próprio, apresentar os melhores cumprimentos e subscrever-me

de V. Ex.^aa.
muito respeitosamente

Luís Cardoso e Menezes





Eng. Luís Vicente Maria Cardoso de Macedo e Menezes

Ao Eng. Luís Vicente Maria Cardoso de Macedo e Menezes, baptizado em 15 de Outubro de 1929 e falecido em 15 de Junho de 2002, casado com D. Maria da Conceição Dias de Magalhães Queirós, baptizada em 19 de Agosto de 1936, havendo um filho, Eng. Luís José de Magalhães Cardoso de Macedo e Menezes, nascido a 22 de Junho de 1963, se deve o trabalho ciclópico de contactar todos os herdeiros, mais de três dezenas, para ser conseguido o desiderato pretendido pela autarquia.

Ora, a partir da correspondência acima mencionada, e da doação formalizada em 9 de Março de 1998, a Junta de Freguesia de Arroios assumiu a imputação de zelar pela protecção pela Capela de Arroios. É, porém, conhecida a falta de meios financeiros das Juntas de Freguesias incapazes de assumirem responsabilidade em obras de reclassificação desta natureza, em detrimento das necessidades mais prementes dos seus fregueses. Assim, foi constituída a “Associação Liga de Amigos da Capela de Arroios”, com personalidade jurídica, tendo como objectivos o estudo, a valorização e a divulgação daquela obra de arte, classificada como imóvel de interesse público, desde 27 de Novembro de 1993.

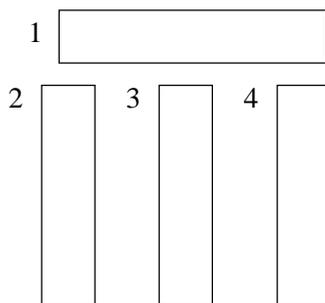
Cabendo agora à Direcção Regional de Cultura a missão de colaborar na reclassificação deste belo exemplar arte barroca, que terá, com certeza, excelente parceiro na Associação Liga de Amigos da Capela de Arroios.

Pessoas sepultadas na Capela de Arroios:

- Manuel Alves Coelho de Faria, falecido em 4 de Julho de 1797
 - D. Josefa de Menezes e Silva, falecida em 5 de Março de 1799
 - Bernardino Felizardo Rebelo de Carvalho, falecido em 2 de Agosto de 1870
 - D. Matilde Carolina Cardoso de Menezes Girão *, falecida em 21 de Agosto de 1880
- 3 – D. João Rebelo Cardoso de Menezes, Bispo de Lamego, falecido em 5 de Junho de 1890

Disposição dos sarcófagos

Altar-mor



- * D. Matilde Carolina Cardoso de Menezes Girão era filha de Luís Cardoso Pereira Pinto de Menezes e de s.m. D. Maria Rita de Melo e Almeida Sousa Barros Girão Cardoso, neta paterna de Manuel Cardoso Pereira Pinto de Menezes que herdou e vendeu os bens de sua filha D. Josefa Joaquina de Menezes e Silva, casada e depois viúva, sem geração, do morgado de Arroios, Manuel Alvares Coelho de Faria.

Para a cronologia da Freguesia de Arroios

- 1690 Jun. 13 – Testamento e vínculo de morgado do Reitor de Vale de Nogueiras, Pe. António Alvares Coelho.
- 1691 Set. 23 – Testamento e vínculo de morgado do Dr. Cristóvão Alvares Coelho e obrigação para a construção de capela
- 1731 Jul. 19 – Registo de papéis para a fábrica da Capela que de novo quer erigir António Alvares Coelho de Faria, morador na sua quinta em Arroios, freguesia de S. João do termo de Vila Real.
- 1746 Jun. 06 – Casamento de D. Mariana Joaquina de Barros e Faria com António da Cunha Correia de Amaral
- 1750 Mai. 25 – Registo de provisão de licença para o suplicante continuar na feitura da Capela de que trata que tinha principiado seu pai.
- 1767 Fev. 05 – Registo de provisão para benzer a Capela de Santo António
- 1770 Ago. 09 – Registo de provisão a favor de Manuel Alvares para colocar um confessionário na Capela
- 1776 Jun. 01 – Registo de provisão de licença para se usar o altar da Capela de Santo António, do morgado de Arroios.
- 1797 Jul. 02 – Testamento de Manuel Alvares Coelho de Faria, terceiro morgado de Arroios, a favor de sua esposa D. Josefa Joaquina de Meneses e Silva.
- 1797 Jul. 04 – Falecimento de Manuel Alvares Coelho de Faria, terceiro morgado de Arroios, sepultado na sua capela de Santo António, junto a sua casa, em Arroios
- 1799 Mar.05 – Óbito de D. Josefa Joaquina de Meneses e Silva, viúva do terceiro morgado de Arroios, sepultada na sua capela de Santo António, em Arroios
- 1803 Fev. 10 – Baptizado de D. Matilde Carolina Cardoso de Meneses Girão.
- 1806 Mai. 28 – Escritura de compra que fazem o Dr. António Rebelo de Matos Rocha e seus irmãos a Manuel Cardoso Pereira de Meneses, da quinta, capela, casa e mais bens de raiz que este tinha em Arroios, bem como a quinta, casa, capela e mais bens de raiz que tinha no lugar de Gouvinhas.
- 1831 Out. 16 – Casamento de Bernardino Felizardo Rebelo de Carvalho, descendente dos compradores dos bens em Arroios e Gouvinhas, que pertenceram a Manuel Cardoso Pereira de Meneses, com D. Matilde Carolina Cardoso de Meneses Girão, descendente de D. Paula de Figueiredo, irmã dos instituidores do morgado de Arroios.
- 1832 Out. 29 – Baptizado de João Rebelo Cardoso de Meneses, futuro Bispo de Mitilene e de Lamego.
- 1838 Ago.03 – Baptizado de D. Ana Júlia Rebelo Cardoso de Meneses, filha de

Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo e de D. Matilde Carolina Cardoso de Meneses Girão.

- 1841 Mai. 09 – Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo assume funções como vereador na Câmara Municipal de Vila Real.
- 1843 Abr. 24 – Baptizado de Bernardino Rebelo Cardoso de Meneses.
- 1851 Dez. 15 – São designados os membros da Junta de Paróquia de Arroios.
- 1866 Jul. 05 – Casamento de D. Ana Júlia Rebelo Cardoso de Meneses com o Dr. Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, 1º conde de Margaride.
- 1870 Ago. 02 – Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo é sepultado na capela de Santo António em Arroios.
- 1880 Jan. 21 – D. Matilde Carolina Cardoso de Meneses Girão é sepultada na capela de Santo António, em Arroios.
- 1880 Out. 30 – Foi proposto pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Real que se registasse no Plano Geral das Estradas deste Concelho, um lanço de estradas que partindo da Estrada Real nº 5, no Largo de S. Pedro, vá pela ponte de Santa Margarida, Torneiros e Arroios, entroncar no sítio da Gregosa, com a Estrada Real nº 39, que desta Vila conduz a Sabrosa, actual Est. Nac. Nº 322.
- 1890 Jun. 05 – D. João Rebelo Cardoso de Meneses, Bispo de Mitilene e de Lamego é sepultado na capela de Santo António, em Arroios.
- 1912 Mai. 01 – Escritura de venda de bens em Arroios que fizeram os irmãos a Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes, 2º Conde de Margaride.
- 1993 Nov. 27 – Classificação da Capela de Arroios como imóvel de interesse público.
- 1998 Mar. 09 – Doação da capela de Arroios à Junta de Freguesia de Arroios.

Reservados todos os direitos do autor, de acordo com a legislação em vigor, não sendo permitida, inclusive, a reprodução do todo ou parte ou publicação na Internet, sem prévia autorização do autor – Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

Ficha técnica:

- Investigação e texto de Joaquim Barreira Gonçalves
- Colaboração na investigação de Fernando M. Barreira Cardoso Silva

Fontes:

- ADB – Arquivo Distrital de Braga – Registo geral
- ADVRL – Registos paroquiais.
- ADVRL – Cartórios notariais
- Arquivo da Casa de Mateus
- Diálogo com D. Maria Adelaide Cardoso de Menezes Pereira de Moraes, descendente dos segundos proprietários da Capela de Arroios, distinta genealogista e nossa confrade do autor no Instituto Português de Heráldica.
- Diálogo com o Sr. António de Azevedo, membro da Comissão Fabriqueira da igreja paroquial de S. João Baptista de Arroios.
- Fotografia da Capela de Arroios – (coleção de D. Maria Amália Ana Júlia Cardoso de Macedo Menezes)

Agradecimentos:

- Dr.^a Paula Gonçalves, responsável pelo Arquivo da Casa de Mateus
- Eng. Luís José de Magalhães Cardoso de Macedo e Menezes
- Dr. Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes
- Memória ao Arquitecto António Teixeira Ferreira que nos auxiliou na descrição arquitectónica

Miguel Monteiro

— Homem de vários talentos

Maria de Lourdes Oliveira Monteiro

ESCLARECIMENTO

Não é fácil escrever sobre temas que nos apaixonam, quer pela quantidade de dados que queremos transmitir e que nos surgem em catadupa, quer pelo esforço que é necessário despender para nos contermos e conservarmos serenos e objectivos, tamanha e tão profunda é a ligação de carácter emocional que geralmente estabelecemos com os objectos dos nossos afectos.

O presente trabalho, além do resultado de pesquisas em jornais e revistas da época, na Biblioteca Nacional de Lisboa, é sobretudo a minha voz a relatar, singelamente embora, factos de que fui testemunha ou que me foram contados ao longo do tempo e que nunca esqueci, pelo muito que me marcaram, e a partilhá-los com outras pessoas. Trata-se, fundamentalmente, dum exercício intencional de reminiscências sobre o meu Pai, Miguel Monteiro, que na sua juventude foi parar a Vila Real de Trás-os-Montes, que ele muito honrou e que veio a ser o meu berço de embalar.

QUEM FOI MIGUEL MONTEIRO

Miguel Monteiro nasceu em 1894, na Penajóia, freguesia do concelho de Lamego, comarca e diocese do distrito de Viseu, situada na rede hidrográfica do Douro e cuja economia assentava na agricultura e na viticultura, sobretudo na

produção de vinho maduro e na de uvas de mesa, como moscatel, mourisco e malvasia.

Era uma região abundante em cerejeiras e ele costumava contar que os Penajoienses, de tão aguerridos e ciosos destes frutos, eram capazes de perseguir, a tiros de chumbos de caçadeira, qualquer pardal ou melro que lhes debicasse um só que fosse, ainda na árvore e a pintar; e também que, na estrada, a quem se metesse com algum deles e lhe perguntasse: – *Donde és?* – advertiam, arrogantes: – *Qu' é lá isso? Eu cá sou da Penajóia. A espada vai na burra. Se queres alguma coisa, salta cá p'rá rua!*

Foi aí que Miguel Monteiro passou a sua primeira infância e cedo a família, já numerosa, fez-se à vida, indo para a Régua, onde o Pai conseguiu emprego na Estação dos Caminhos de Ferro, na secção de Via e Obras, e a Mãe, muito dotada para as contas, inteligente e empreendedora, montou um negócio de compra e venda de melancias e melões, por grosso. Ela conseguia calcular o peso de grandes quantidades desses frutos, sopesando-os, sem precisar de balança, nem de lápis e papel. Era uma pessoa com pouca instrução mas com muita sabedoria, como eu própria, que cheguei a conhecê-la, pude testemunhar.

O Miguel era o mais velho de seis irmãos: a Luzia, que casou com um homem que se dedicava à tauromaquia e aos cavalos e que possuía uma empresa de táxis; a Maria, a quem chamávamos Micas, que tirou no Porto um curso de Alta Costura com uma modista de corte francês (*Ó Miquinhas, assenta lá o chiquíssimo!*) e, depois, casou-se e estabeleceu-se na Régua, com sucesso; a Rosalina e a Clara, que se casaram também e tiveram vários filhos; e o António, que mais tarde muito se distinguiu como proprietário de magníficas Quintas, em Covelinhas, terrenos sobranceiros ao Rio Douro, nos quais providenciou o plantio de videiras de castas tão preciosas que dão origem a um Vinho do Porto especial e magnífico, digno de Reis, e que hoje, depois da morte dele, continua a ser fabricado e comercializado pelo seu filho único, o Pôncio Monteiro, licenciado em Económicas e Financeiras e também conhecido comentador de futebol.

Já adolescente, o Miguel fez por conta própria os estudos equivalentes ao 5.º ano liceal, na Régua e, desde muito cedo, começou a dedicar-se à Fotografia, arte que então estava a entrar em Portugal e em que ele se meteu de alma e coração, apaixonadamente. Começou pela aquisição duma máquina fotográfica portátil, de boa marca alemã, e foi-se treinando a tirar poses sob os ângulos mais favoráveis, para o que tinha uma habilidade nata, um autêntico dom. Depois, contava ele, para revelar as respectivas chapas e películas, metia-se debaixo da cama do seu quarto de rapaz, de porta e janelas fechadas, calafetando o pequeno espaço com mantas e cobertores, o que constituiu o seu primeiro *quarto escuro ou câmara de revelação*.



MIGUEL MONTEIRO, FOTÓGRAFO PROFISSIONAL

Mais tarde, pôs-se em contacto com empresas da especialidade no nosso País, depois na França e na Alemanha, e foi assim ganhando a competência que o tornou famoso naquela arte, do que deixou muito rasto, sobretudo em magníficas colecções de postais, actualmente muito valiosas.

Interessou-se não só pelas paisagens, mas também por um tema muito popular, no primeiro quartel do século XX: *Usos e Costumes*.

Viu muitas das suas fotografias serem publicadas em diversa revistas, como a popular *Ilustração Portuguesa*, de *O Século*, e a mais artística *Ilustração Moderna*, editada no Porto, entre 1926 e 1932.

Foi, desde a primeira hora, colaborador de *O Dilúculo*, de Vila Real, enviando os seus clichés para essa auto-designada *Folha trimensal de literatura e instrução*, através da secção *Costumes regionais* (1920).

A sua colaboração como correspondente durou algum tempo, sendo muito regular entre 1918 e 1926. Com a sua saída de Vila Real, a paixão pela fotografia não desapareceu, mas as colaborações tornaram-se esporádicas, havendo ainda notícia de Paços de Ferreira, em 1931, e do Marco de Canavezes, em 1936.

Há quase nove dezenas de postais com identificação do Autor, sobre Vila Real e arredores, um de Pedras Salgadas e outro da Régua, vinte da Póvoa do Varzim, estes editados em blocos de dez unidades (made in France).

Os postais de Vila Real, embora de sua autoria, nem todos foram editados por ele: há uma edição da Ourivesaria Soares e outra da Papelaria Central.

Recentemente, no livro *Memórias das Cidades*, publicado pelo Diário de Notícias, foram reproduzidas três fotografias, das quais a mais interessante é *A Feira do Gado*, no cimo da Avenida Carvalho Araújo.

EM VILA REAL

Algum tempo depois, vemo-lo em Vila Real, como funcionário da Empresa Hidráulica. Na *Bila*, muito simpático e extremamente amável, arranjou conhecidos e amigos, com quem passeava nas horas de lazer pelas ruas mais centrais, e começou a olhar para as moças que se debruçavam das varandas das suas casas, a ver quem passava, que era assim que elas gastavam a maior parte dos seus ócios, ou à saída das missas e das novenas, a apreciá-las mais de perto... Até que se fixou numa jovem maneirinha, de tez muito branca, cabelo preto e buliçosos olhos castanhos, a *Zaurinda da Costa Oliveira* (17/12/1895-27/08/1992), cuja mãe, a D.^a Filomena de Jesus, era já viúva do jornalista *Domingos Eduardo de Oliveira*, fundador e proprietário do jornal *O Echo*, folha de vocação política, com sede na casa da Rua Central, onde a família continuou a viver e onde, até muito mais tarde, ficou guardada no rés-do-chão, uma enorme máquina impressora e várias caixas metálicas, cheias de caracteres metálicos de imprensa, facto de que fui testemunha, pois vivi nesse prédio até ao fim do meu 7.^o Ano, no Liceu Camilo Castelo Branco.

A casa da minha Bisavó materna, mãe do meu Avô jornalista, situada na Rua Nova, N.^o 16 a 24, também em Vila Real e onde, mais tarde, Miguel Monteiro, logo depois de se ter casado, instalou *A Fotografia Transmontana*, era uma ampla vivenda com um grande quintal e um jardim bem cuidado nas traseiras, onde cresciam plantas e flores de todas as épocas e uma enorme figueira que dava figos magníficos, de aspecto e sabor deliciosos, que tombavam de maduros e esborrachavam-se no chão e sobre o tampo redondo duma mesa de pedra, assente num grosso pé cilíndrico e também de pedra, onde, no Verão, tantas vezes era servida a merenda.

A paisagem que se avistava das traseiras era espectacular e, de longe, ouviam-se os apitos estridentes e podiam ver-se os comboios que iam e vinham da Estação dos Caminhos-de-Ferro de Vila Real; e, à direita, ao fundo, a Capela de S. Brás. Tinha, então, uma vista ampla, desanuviada, deslumbrante, o que já não acontece hoje, pela construção relativamente recente dum enorme edifício que lhe intercepta o horizonte, como um brutal tapume.

Esta vivenda tem vários baixos, um dos quais com lagar e lagareta onde, na altura própria, um grupo de homens, que eram contratados para pisarem as uvas que vinham da Quintinha da Vila Velha, também pertença da Bisavó, o faziam com cadência ao som de música, tocada em harmónica de beijos ou acordeão.

Esse sumo precioso era engarrafado para consumo da casa e tinha fama nas redondezas: era um vinho leve, perfumado e de sabor muito agradável. E fazia-se também água-pé de muito boa qualidade. E eu tinha um copinho de vidro grosso, quase um dedal, que me serviam às refeições, para fortalecer, como diziam.

No amplo baixo do lagar e da lagareta, guardavam-se batatas e cebolas, potes de barro com conservas de pimentos e azeitonas, sequeiro de frutas, como figos e cascas de pêssegos, cambadas de uvas pendentes dos tectos, presuntos, fumeiro, etc. Era uma fartura de louvar a Deus!

Nesse mesmo edifício, entrava-se pelo portão da frontaria para um pequeno pátio empedrado, recoberto por um caramanchão de lindas e perfumadas rosas brancas, subia-se pela escadaria, também de pedra e que levava ao pátio do primeiro andar, que tinha um banco incrustado, deparando-se, em frente, com a porta duma grande sala de visitas, para que dava o quarto de dormir principal e duas alcovas, com uma cama cada uma e cuja intimidade era preservada por cortinas de tecidos de Alcobaça, que então estavam na moda. Pois foi nesta aprazível vivenda que nasceu e prosperou a *Fotografia Transmontana*, fundada e dirigida por Miguel Monteiro, depois do seu casamento com a Zaurinda da Costa Oliveira, a neta mais nova da proprietária.

A ZAURINDA E A FRANCISCA

Depois da morte do Avô e Padrinho da Zaurinda e da sua irmã Francisca, naquela Vivenda, a Viúva sentiu-se muito só e depressa chamou para junto de si as suas duas netas, e isso também para aliviar a sua Nora, Filomena de Jesus da Costa Oliveira, que continuava a viver na Rua Central.

Extremamente alegre e extrovertida, gostando de conviver, a Zaurinda arranjava pretextos e mais pretextos para sair à rua e fugir ao trabalho doméstico que a sua Bisavó e Madrinha estipulava: ia visitar a Mãe à Rua Central ou algum

dos muitos parentes espalhados pela Vila e trazia novidades que a Madrinha gostava de ouvir, notícias de toda a família, que era numerosa; fez-se catequista na Igreja da Misericórdia, a dois passos de casa; com este e aquele pretexto, tinha artes de convencer a Velhota, que se deixava convencer, e lá ia ela pela porta fora! Muito apurada no vestir e no calçar, chegava a lixar as solas dos sapatos, antes de ir à Igreja, para que parecessem novos. Pelo contrário, as saídas eram muito poucas para a sua irmã Francisca, sempre empenhada em servir os outros, a sacrificar-se por todos, sem discutir e até de muito boa-vontade.

A Zaurinda gostava de andar à moda, não ia à rua sem pôr pó-de-arroz e água de cheiro e era tão risonha, faladora e exuberante, que captava imediatamente todas as atenções e simpatias. A Francisca, loira e de magníficos olhos verdes, era a modéstia personificada, tendo chegado a cortar à tesourada os canos altos e apertados com botões e presilhas dumas belas botas de inverno, que então estavam na moda, por lhe parecerem demasiado modernas e vistosas para o seu gosto singelo.

Esta Tia, Cunhada de Miguel Monteiro, foi a minha Madrinha de baptismo e, a bem dizer, foi ela quem me criou e, sempre que foi possível, acompanhou-me, tendo falecido em 03/01/1964, nos meus braços, na casa dos meus Pais, em Lisboa. E levámo-la em carro funerário para o Cemitério de S. Dinis, em Vila Real, onde foi sepultada, como ela queria, no Mausoléu da sua Família e que o meu Pai adquirira, havia anos, aquando de partilhas por morte da Bisavó, licitando-o em leilão judicial, e continua propriedade minha e dos meus dois irmãos, o Eugénio Eduardo, que vive em Coimbra, e o Malaquias Alberto, o mais novo de nós os três, já falecido, em Lisboa, deixando Viúva, duas Filhas.

O NAMORO DA ZAURINDA E DO MIGUEL

Voltando atrás no tempo e após o falecimento do Padrinho, em Vila Real, a Viúva continuou a dirigir o seu mundo com mãos de ferro. E tantas vezes a Zaurindinha saiu à rua e pôs-se à janela na casa da sua Avó, na Rua Nova, e à varanda da casa da sua Mãe, na Rua Central, quando a ia visitar (*Quem quer casar com a Carochinha, que é tão bondosa e bonitinha?*), que lhe apareceram vários pretendentes, que ela foi rejeitando, até que um dia cruzou os olhos pela primeira vez com os dum jovem bem parecido e janota, que a notou, que ela notou também, e não ficaram indiferentes.

Ele era deveras jeitoso e bem parecido, com laço preto ao pescoço, *papillon*, polainitos cinzentos no Inverno, chapéu de palhinha no Verão, uma flor na lapela e de olhos aveludados, castanhos e muito doces.

Depressa começaram a chegar cartas e postais para a Zaurindinha, o cerco

a apertá-la gostosamente cada dia mais, que ele sabia dizer coisas tão bonitas e parecia amá-la tanto!...

Já em fase mais adiantada, ela recebeu um postal, escrito à mão com letra miudinha, muito certinha e bonita, que tenho em meu poder:

Vila Real, 21-7-1918

Ex.^a Sr.^a

As flores nunca se maculam; são o símbolo da beleza, a querilidade, a revelação do amor. Repare na graça com que elas se sustentam neste ramo, no bendito Pôr-do-Sol que as ilumina, lá de longe, tornando-as de furta-cores, mais mimosas ainda. Pois são assim santas as vontades do meu coração, que lhe dedico sinceramente.

Dê-me licença, minha Senhora, que eu beije estas flores com devoção, somente por irem às suas mãos. Peça a Deus que nos abençoe.

Os meus respeitos.

Monteiro

P.S.- Para onde fugiu hoje? Procurei-a mas não a vi. M.

Namoraram como puderam, que a liberdade dela era controlada, sentiam-se bem um com o outro, ele era galante, delicado, sensível, sabia falar e escrever muito bem e teve poder de convencimento, porque era sincero, e insistência bastante para chegar ao ponto de ir pedir licença à Madrinha para namorar oficialmente com a moça.

No dia combinado, antes de Miguel Monteiro bater à porta da casa da Rua Nova, vieram as primas, que eram muitas, e as amigas mais chegadas, todas curiosas pelo que ia acontecer. Uma das presentes era a Prima Diamantina, que depois viveu em Lisboa e conviveu bastante connosco, que a princípio chegou a pensar que era a ela que ele requestava... Mas nunca foi, ele só amou a Zaurindinha!

Excitadíssimas, as moças assistiram ao pedido de licença de namoro, escondidas, todas em molho atrás da porta, que dava para o corredor, sufocando a galhofa e as risadas.

À hora marcada, a Madrinha recebeu, solenemente e sozinha na sala, o pretendente da Neta e pôde confirmar que, além do óptimo aspecto, ele era homem muito simpático e de bons princípios, tinha intenções sérias, estava então empregado com certa segurança, nos escritórios da Estação do Caminho de Ferro de Vila Real, de modo a poder garantir o trem de vida do futuro casal e que, além de falar e escrever muito bem, parecia amar a sério a sua Neta mais nova.

O Miguel soube cativar a Madrinha, fê-la chorar de emoção e gargalhar de

satisfação, gabou-a pela maneira como tinha educado as suas duas Netas, o que a encantou e conquistou de imediato, e deu logo, de bom grado, o seu consentimento ao namoro.

Também tenho em meu poder uma fotografia emoldurada que representa este meu Bisavô materno, que então já teria falecido, ao lado dessa Bisavó, a Madrinha, que Miguel Monteiro tinha conhecido pessoalmente há pouco tempo e fotografara, com a intenção gentil de a juntar à fotografia do Marido, para obsequiar a velha Senhora, Avó da sua Noiva, a Zaurinda. Este é o mais antigo trabalho fotográfico da autoria de Miguel Monteiro sobre esta família, assinado por ele, de que tenho conhecimento.

O CASAMENTO

Em *O Dilúculo* de 1 de Maio de 1919, pode ler-se a seguinte notícia:

«No dia 19 do mês passado, consorciou-se o nosso particular amigo, Sr. Miguel Monteiro, digno e inteligente empregado do escritório dos Caminhos de Ferro, com a Ex.^a Sr.^a D.^a Zaurinda da Costa Oliveira, simpática e bondosa menina cujo espírito, dotado de generosos predicados, é merecedor do nosso sincero elogio e da amizade de todas as pessoas que têm o prazer de a conhecer».

Depois de casados – e da cerimónia do casamento não tenho qualquer informação, pois nunca calhou lembrar-me de a pedir, enquanto era possível – a Zaurinda e o Miguel foram morar para um prédio que depois compraram, situado na Rua das Pedrinhas e que fica em frente da parede lateral esquerda da Capela Nova ou dos Clérigos. Nesse prédio, nasceu o primeiro rebento do casal, a Maria Eduarda, de quem resta um retrato, tirado e assinado por Miguel Monteiro, e uma ampliação, que a representa muito viva, de olhos escuros e de cabelo encaracolado como o do Pai, vestida apenas com uma linda camisinha bordada.

Foi nesse prédio que o meu irmão Eugénio Eduardo e eu nascemos, que o mais novo, o Malaquias Alberto, nasceu na Rua Nova, cinco anos depois.

Em *O Dilúculo* de 1 de Fevereiro de 1920, na página 3, pode ler-se a notícia da morte daquela menina, apenas com alguns meses de idade, que os meus Pais nunca esqueceram.

O POLÍTICO

Miguel Monteiro era republicano de alma e coração, e o seu irmão mais novo, o António Monteiro, contava que, por alturas da implantação da República,

viu o Miguel, muito jovem ainda, mal teria quinze anos, a fazer patrulha na Estação do Caminho de Ferro da Régua, com uma espingarda ao ombro!

Quando viveu em Vila Real e em época politicamente conturbada, ele também fora perseguido ou temia sê-lo, em virtude das suas ideias republicanas, pelo que, ainda solteiro, esteve escondido num alçapão, debaixo do soalho do quarto de dormir da Madrinha da sua Noiva, na Rua Nova, cuja abertura era escamoteada por um espesso tapete.

E, já em Lisboa, muito mais tarde, ele não dispensava a leitura diária de O Diário de Notícias e de outros periódicos, o que fazia sempre muito concentrado, para se inteirar do que ia pelo País e pelo Mundo.

Ele foi, em toda a sua vida, um republicano ferrenho e o seu lema era: *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, frase com que encabeçou várias cartas que me dirigiu, ao longo da sua vida.

Durante muitos anos e quando vivemos em terras diferentes, por motivo das nossas mútuas vidas profissionais, o meu Pai e eu trocámos muitas cartas, que ambos tínhamos a mesma apetência para escrever, numa correspondência bastante assídua, que impensadamente fui inutilizando, o que lamento imenso. Resta-me um pequeno bilhete, manuscrito e não datado, que mostra muito firmes as suas convicções políticas e que é encabeçado por aquela mesma frase.

A FOTOGRAFIA TRANSMONTANA, EM VILA REAL

Casado e com três filhos, a viver agora na Rua Nova, logo após a morte do Padrinho, que foi o Avô da sua Mulher, para fazerem companhia à Viúva, Miguel Monteiro já tinha feito muita fotografia, sobretudo de exterior e não só. Ainda a morarmos na Rua das Pedrinhas, eu vi-o fotografar uma magnífica *Casula*, vinda não sei de que Igreja, assim como a fazer estudos de combinações estéticas de conjuntos de *pucarinhos de barro preto de Bisalhães*, com que eu brincava muito, e que ele fotografava.

Foi nessa altura em que fomos viver para a Rua Nova, que o meu Pai começou a pensar montar um Salão fotográfico, embora continuasse a ser funcionário dos Caminhos-de-Ferro, em Vila Real. Para concretizar esse projecto, obteve licença da proprietária, e para lá foi o casal, a Francisquinha, o meu irmão Eugénio Eduardo e eu.

Foram então iniciadas obras muito grandes na Vivenda da Rua Nova, que consistiram em construir um amplo salão, compartimento acrescentado à grande parede das traseiras, que dava para o nosso jardim e que foi todo envidraçado com vidros foscos, a que depois foram aplicadas cortinas de correr, de bom tecido opaco, para obter a iluminação necessária. A entrada era por uma pequena escada

de meia dúzia de degraus que desciam do corredor do primeiro andar até esse salão, e o soalho foi totalmente coberto com alcatifa de juta, o que dava ao conjunto um aspecto confortável, até luxuoso.

Ao cimo do pequeno lance de escadas, que dava acesso ao salão, havia o tal corredor de entrada e saída, que servia também de acesso a um compartimento minúsculo, o *quarto escuro* ou *câmara escura*, que era o laboratório fotográfico, sem janelas e com luz eléctrica apropriada, branca ou vermelha, para a manipulação das chapas e películas, e onde havia frascos cheios de líquidos de cheiro acre, que eram emulsões sensíveis à imagem dos objectos ou pessoas, por meio da luz; pinças e molas para prender e pôr a secar os retratos, ainda a escorrer, suspensos em cordões presos de lado a lado do compartimento. As manipulações terminavam pelo embalo lento, cadenciado e paciente das cuvetes de esmalte, onde eram mergulhadas as chapas e onde depois surgiam as fotografias, como em passes de magia, numa atmosfera feérica e fechada.

Muito pequena ainda, eu insistia às vezes com o meu Pai para me deixar entrar nesse laboratório e para o ver trabalhar, e ele anuí-a, contanto que estivesse quieta e calada, e isso foi para mim um encantamento inesquecível, pois fiquei a conhecê-lo também nos segredos e manipulações fotográficas, no secreto *quarto escuro*.

Nas fotografias de mais estilo, como postais, ampliações e composições de junção de mais do que um retrato, as chapas tinham de passar por outras operações, como o *retoque*, que era já realizado no exterior. Ele possuía um pequeno móvel com uma face de vidro fosco, que colocava sobre uma mesinha apropriada, em qualquer parte da casa onde, com boa luz natural, todo o vagar, muita atenção e imensa concentração, paciência, habilidade manual e muito bom gosto, retocava as chapas, com estiletos e produtos apropriados, como o *carmim*, de cor vermelha e consistência cremosa, antes de passar a fotografia ao papel.

O *retoque* era, pois, outra fase da arte de fotografar, inerente a um artista experimentado, competente e com boas condições de trabalho, vocação natural, bastante diferente dos retratos *à la minute*, que Miguel Monteiro nunca executou, o que ele fazia era fotografia de arte.

No quarto escuro ou nas sessões de retoques, a sua atitude e gestos eram extremamente concentrados e controlados, muito seguros e precisos, intuitivos num artista conhecedor e hábil como ele, e os resultados mostravam bem a sua competência.

Miguel Monteiro apetrechou a sua galeria fotográfica com todo o material necessário e possuía, até, uma enorme máquina ampliadora.

No salão, tinha uma boa máquina de fole, que pousava sobre tripé regulável, cobria a cabeça e a máquina com uma flanela preta, para impedir qualquer entrada

de luz, calculava a distância, chamava a atenção do modelo a fotografar, que antes colocava cuidadosamente em pose (*Olhó passarinho!*) e só então disparava.

Ele também tinha uma máquina portátil de boa marca alemã, para fotografias de exterior, com que tirou os seus clichés de muitas paisagens sobre Vila Real, de que é o maior número de fotografias conhecidas, e fotografou outros locais e outras gentes, como já foi dito.

Foi na *História da Imagem Fotográfica em Portugal (1839-1997)* de António Sena, Porto Editora, 1998, que pudemos colher a panorâmica da Fotografia em Portugal, e isso pelo interesse que nos moveu de situar Miguel Monteiro e o seu respectivo percurso, como o fotógrafo da sua época.

Vila Real era uma moça vestida de branco e negro, como a fotografia do século passado, e a fotografia é um desafio à morte dos seres e das coisas, na medida em que faz durar o que por si é efémero.

As temáticas ligadas a Vila Real de Trás-os-Montes constituem uma área de eleição de Miguel Monteiro e as suas fotografias são como ficheiros da memória individual e colectiva que ultrapassam a imagem, são instantâneos dum tempo que passou, visto que fotografar é iluminar o instante, enquadrar esse instante decisivo e pintá-lo com luz.

Observamos as fotografias de Miguel Monteiro com a agradável sensação de ir ao encontro do tempo encerrado nas dobras da memória, na espuma de dias que passaram, à luz cintilante que banha Vila Real.

Ruth Rengarten escreve também: *Não é novidade para ninguém que as fotografias mentem tanto quanto dizem a verdade. Qualquer enquadramento, qualquer escolha de ponto de vista, qualquer decisão acerca da abertura do diafragma ou da velocidade é, simultaneamente, um acto de omissão e de exclusão. Isto em vez daquilo.*

Na mesma linha, inscreve-se o historiador Luís Farinha, que nos diz a propósito desta arte: *Não podemos ignorar o seu poder de sedução, o fascínio das emoções que transmite e o perigo da verdade que esconde ou da realidade que manipula* (Fotografia e História, Revista História, Ano 22, N.º 46, Junho de 2002, pág. 18).

Em *O Dilúculo*, Folha Mensal de Literatura e Instrução, Ano 1.º, com data de Domingo, 1 de Dezembro de 1918 e sob o título *Costumes Regionais*, na Secção *Bezas do Corgo*, a cargo de Miguel Monteiro, vem reproduzida a Sr.ª D.ª Julieta Oliveira Teixeira, que era prima direita da sua mulher.

No número 30, Ano 2.º, Terça-feira, 10 de Fevereiro de 1920, *Na vinha*, vem reproduzida a Sr.ª D.ª Maria da Conceição Duarte.

No número 35, Ano 2.º, Sábado, 1 de Maio de 1920, *Assadeira de castanhas*, vem reproduzia Sr.ª D.ª Maria José Portela Soares.

No número 37, Ano 2.º, Quinta-feira, 3 de Junho de 1920, *Buscando água*, vem reproduzida a Sr.ª D.ª Silvina Peres.

No número 43, Ano 2.º, Domingo, 10 de Outubro de 1920, *A Vindimadeira*, vem reproduzida a Sr.ª D.ª Preciosa Teixeira Coelho, da Vila da Régua, onde então continuavam a morar os Pais de Miguel Monteiro.

Pelo que se lê nos N.º 25 e 26 da mesma Revista, logo na primeira página, a Redacção anuncia e agradece a colaboração daquele artista, dizendo-o *Distinto fotógrafo, apreciado e imprescindível colaborador da Ilustração Portuguesa e da Ilustração Nacional* e dá conta do contrato de trabalho feito com ele, a quem são tecidos os maiores elogios, mostrando também satisfação por essa futura colaboração fotográfica.

Nessa mesma Revista, Ano 1.º, N.º 2, Quarta Feira, 1 de Fevereiro de 1919, que possuo no meu espólio, vem publicado um *Conto de Natal*, ao bom estilo romântico, que se transcreve a seguir, respeitando na íntegra a ortografia original, e que atesta a multiplicidade das suas capacidades e talentos, que não ficam por aqui.

CONTO DE NATAL

(Morreu a fome nesta abençoada noite)

A Lua sempre plácida e doirada ao cair da tarde, que vem lá das bandas do Marão, transformára-se primeiro num tom violáceo-laranja, e depois, a pouco e pouco, um entristecimento muito suave a amortecera, deixando aparecer uma noite serena e harmoniosa entre o murmúrio cantante das fôlhas sêcas e o mavioso resar das fontes! Tudo sorria e cantava: as fôlhas, as águas, os insectos! Verdadeira noite para seradanejar cantigas ao som da flauta e da guitarra!

Viam-se no Ceu milhares de estrelinhas a brilhar; pareciam, assim mortiças, querer alumiar as casinhas brancas como pombas da minha linda aldeia, em que pairava a alegria e era dôce o lar! Uma terna creaturinha, verdadeira flôr maciça, formosa como um anjo, encostada às portas da taberna, estendia a mãozita num silencio amargurado de súplica. Causava dó vê-la assim na bem-aventurada noite de Natal... Os rapazes travessos, em vez de lhe darem a esmola, cocegavam-lhe o pescocito entre propostas e caricias grosseiras. Pequenita, muito linda, os cabelos de oiro dispersos ao vento, grandes olhos negros a brilhar, que um humedecimento suavíssimo fazia enternecer. Quasi vestida de trapos meticulosamente lavados, o seiosito despontando no corpete justo, e um mimoso modo de baixar os olhos sempre que lhe diziam graçolas, eram dotes que lhe

faziam sobressair mais a sua beleza. Poucos lhe davam a esmola; porém jamais se ouvira da sua bôca rosada uma palavra desagradável ou qualquer vago pormenor da sua vida.

Ja já alta a noite. De quando em vez, as vozes roufenhas, vibrando sonidos de ensurdecer, canções em voga, os chamados cantares do Natal, vinham quebrar o silencio de cá de fóra, aparecendo ás portas dos habitantes. Depois, com o estomago satisfeito de fino dôce, a cabeça atordoada, espirituosa, esses môços alegres da minha aldeia, lá vinham tacteando pelas valetas, as pernas bamboando, lançadas á mercê no chão incerto, rir-se da miseravel rapariga, arremessar-lhe com um ou outro figo seco ou uma dentada de filhós, e ela, coitadita, sempre triste, a tremer de frio ás portas da taberna, limitava-se a passear os olhares de cobiça pelos pratos que passavam da cosinha, a transbordar de manjares. Pobre pequena!... Ninguem fazia caso dela e antes a escorraçavam das portas...

Bendita a noite de Natal, em que nasceu Jesus! Os canticos são intimos, as orações fervorosas! Não há tristeza na minha aldeia: até a cabana do pastor, sempre sem confôrto, tem hoje uma graça infinita, a alegria e o sorriso elevam-se ali!

Passou a noite e as estrelas vão-se sumindo. Começa a anunciar-se já a alva e sombras córadas, esmaecidas, lá por detrás da capelinha.

Dlão! Dlão! Lá vai o povo para a missa de Jesus, resar a oração santa!

Dlão! Dlão!Dlão!

Numa procissão respeitosa, lá vai ele cumprir a sua obrigação, devoto como é. Á passagem pela fonte, todos param e exclamam que morrera a fome. Estava na verdade estendida ali no chão, de bôca contorcionada num esgare de arripiar, com o rôsto cheio de amargôr, regelado e medonho, a miserável rapariga!...

“Acabou-se a miseria na nossa terra! Morreu a Fome!” exclamaram todos erguendo as mãos com devoção em sinal de graças a Deus.

Dlão! Dlão!

Vila Real, Dezembro de 1918.

Miguel Monteiro

Vimos ainda os seguintes clichés de Miguel Monteiro, de Vila Real, na página 222 da *Ilustração Portuguesa*, 2.^a série, 2.^o semestre, 3.^o volume, 1920, sob o título *Ecos do Congresso Transmontano*. Toda a página é preenchida com fotografias daquele Artista e tem por legenda *Vila Real: – 1.^o O cortejo de homenagem aos congressistas, desfilando na Ponte em direcção à Vila; 2.^o Aspecto da Corrida de bicicletas; 3.^o Um trecho da Exposição de objectos de culto católico; 4.^o Exercícios militares, a que assistiram todos os congressistas.*

São também deste fotógrafo os seguintes trabalhos:

A primeira página, inteira, da *Ilustração Portuguesa*, 2.^a série, n.º 782, Lisboa, 12 de Fevereiro de 1921-3.º volume, e *Em Vila Real, a festa da família, quadro regional*.

Nesta mesma *Ilustração Portuguesa*, edição semanal de *O Século*, série n.º 784, pág. 97, Lisboa, 26 de Fevereiro de 1921, há meia página com fotografias de Miguel Monteiro: *Pelas Províncias, festa elegante em Vila Real, quadro regional; A festa elegante da Sr.ª D.ª Saudade Correia de Matos, a que assistiu a melhor sociedade vila-realense; Capa de página inteira da Ilustração Portuguesa de 31 de Março de 1923, 2.^a série, n.º 89*.

Estas fotografias de Miguel Monteiro são notáveis pela escolha dos temas, excelente qualidade fotográfica e pelo enquadramento paisagístico de cada uma delas, o que mostra um gosto estético seguro e requintado.

Atente-se ainda que os postais fotografados e editados por Miguel Monteiro, no que sobretudo diz respeito aos de temática vila-realense, têm o mérito de nos mostrarem aspectos desta Cidade nos anos 20, pelo que eles são um contributo valioso para quem quiser dedicar-se ao cotejo de Vila Real de ontem e de hoje, em múltiplos aspectos.

Ele está representado nas mais selectas revistas de então e rivalizou com muitas outras empresas fotográficas da sua época, como *Cliché Salgado*, *A. Franco*, *C. Excelsior*, *André Moura*, *Joaquim Carvalho Júnior*, mais tarde a *Fotografia Beleza (Porto)*, etc. Também realizava retratos tipo passe, obra simples e sem grandes implicações mas que, com a pose em que colocava o retratado e com os retoques que entendia dever fazer nas chapas, eram verdadeiras obras-primas e, por tal, era muito apreciado, procurado, solicitado, e cada cliente transformava-se, frequentemente, num admirador e amigo.

OS AMIGOS

Miguel Monteiro tinha uma enorme facilidade em fazer amigos. Na época vila-realense, contactou com personalidades como o pintor *Heitor Cramez* e também o pintor *Albino Armando*, que ainda era seu parente pelo lado paterno e fez-lhe um bom retrato a carvão(cabeça), que assinou e que também é propriedade minha.

A certa altura da sua vida, Miguel Monteiro decidiu procurar um emprego efectivo e com reforma, como funcionário público, o que pressupunha uma mudança radical na sua vida. Ele frequentava muito o *Doutor Nuno Simões*, homem de Direito e de Letras que, além de conceituado jornalista, foi Governador Civil e Presidente da Câmara de Vila Real, Deputado e também Ministro no tempo

da 1.^a República, em que muito lutou pelos ideais republicanos, e foi por influência deste convívio e amizade, que Miguel Monteiro soube que estavam abertos concursos para Tesoureiros da Fazenda Pública e, então, agarrou-se ao Tio António, irmão da sua Sogra e a morar na Ponte de Baixo, que era Proposto na Tesouraria da Fazenda Pública do Concelho de Vila Real, e preparou-se intensamente para o concurso, que era a nível nacional, em Lisboa.

Ele tinha uma caligrafia muito bonita, uma cabeça matemática, redigia lindamente e possuía o dom da palavra. Era um homem muito inteligente e com muitos dons, uma personalidade verdadeiramente multifacetada.

Depois do concurso, em que ficou bem classificado, por mérito próprio e certamente também pela interferência do *Doutor Nuno Simões*, de quem ficou amigo para toda a vida e com quem continuou a corresponder-se, esperou a lista de vagas e, logo que estas foram postas a concurso, entregou a documentação necessária e o resultado foi que conseguiu o lugar de *Tesoureiro da Fazenda Pública* em Terras de Bouro, um concelho de terceira classe.

Foi entretanto a Zaurinda que ficou encarregada da Fotografia Transmontana, função que ela desempenhou satisfatoriamente, mais por simpatia, esperteza e boas maneiras, do que propriamente por competência na arte de fotografar, de que aprendera à pressa alguns rudimentos, antes da partida do Marido para Lisboa e para o substituir na sua ausência, que ela era muito simpática, expedita, despachada em tudo e ambos inseparáveis e coniventes.

EM TERRAS DE BOURO

Esta Vila, onde Miguel Monteiro fez a sua estreia como Tesoureiro de Finanças, era um concelho pequeno e sem grande movimento, mas serviu muito bem para ele se adaptar à nova profissão.

E foi nesta altura da sua vida, no começo deste percurso que ele escolheu, que foi encerrada para sempre *A Fotografia Transmontana*, uma vez que a sua Mulher, que nunca o largava, o quis acompanhar.

O casal hospedou-se numa pensão, tendo levado com eles o filho mais novo, o Malaquias Alberto, enquanto o Geninho e eu ficámos a estudar no Liceu Camilo Castelo Branco, em casa da Avó Filomena, na Rua Central à guarda da Tia Francisca, a quem todos devemos muito.

E, quando fomos de férias a Terras do Bouro, visitámos vários pomares de laranjeiras e outros citrinos, convidados pelos respectivos proprietários e lavradores, já amigos, que ele continuava a fazer amigos por onde quer que passasse, onde quer que estivesse, pois tinha muito boas maneiras, era simpático, insinuante, prestável e excelente conversador.

EM PAÇOS DE FERREIRA

Os seus primeiros contactos com a nova vida profissional como Tesoureiro da Fazenda Pública, num Concelho pequeno, modesto e sem grande movimento, como Terras de Bouro, deram-lhe a possibilidade de concorrer a Paços de Ferreira, Vila que fica perto do Porto, com camionetas frequentes para e daquela cidade, muito maior e mais desenvolvida do que Terras de Bouro.

Aí, foi-lhe possível alugar a casa do Professor primário, o *Sr. Coelho*, anexa à escola masculina oficial, o qual vivia numa localidade próxima, para onde ele ia e vinha de bicicleta, edifício que ficava mesmo no centro da localidade, em frente da Câmara Municipal, onde também estava instalada a Tesouraria da Fazenda Pública.

A família partiu então de Vila Real para lá, de comboio até à estação de Paredes e, depois, de táxi para a Vila, que eram os transportes daquela altura.

O edifício da Escola oficial era belíssimo e enorme. Tinha dez compartimentos, além do pátio da entrada, e uma grande escadaria descia para o quintal das traseiras, onde havia uma cabana com um forno do pão, que não era usado, cuja chave me foi atribuída e onde fiz a casinha das bonecas e onde guardava os meus pucarinhos de barro preto de Bisalhães, vindos de Vila Real, com que brinquei muito e de que possuía uma boa colecção.

Tinha também, à minha conta, um jardim bastante grande para o meu tamanho. Trazia-o bem tratado e era lindo de ver, fosse qual fosse a época do ano, pela variedade de arbustos e plantas que consegui plantar e semear, pois foi-me dada livre iniciativa e possibilidades, de modo a incutir-nos responsabilizações, como sempre os nossos Pais faziam connosco.

Ele passou, nessa altura, à criação de coelhos e galinhas de boas raças, animais por quem começou a interessar-se seriamente. Comprou os primeiros ovos num Aviário perto do Porto, onde se ia e vinha tomando as camionetas de carreira, que eram muito frequentes e de graça para o Sr. Tesoureiro e Família.

Para aquele efeito, mandou pôr grades num grande espaço dedicado a essas aves, muito bonitas e algumas até espectaculares, segundo as respectivas raças, todas especiais. Mandou também construir umas funcionais e higiénicas casotas para coelhos de raça, num dos outros baixos que davam para o terreiro, e contratou os serviços duma camponesa que ia regularmente cegar erva a um lameiro, situado do outro lado da Vila e que ele alugou, donde ela trazia à cabeça enormes molhos de erva, em equilíbrio instável, mas que conseguia arrear no chão das coelheiras, sem se desmancharem, o que sempre me causava admiração.

Ao chegar da Repartição, ainda de sapatos de sair à rua e em calças e camisa, de mangas arregaçadas e de colete de fazenda, ele ia logo para junto dos seus

queridos animais e distribuía a erva e rações especiais de farinhas, enriquecidas com sangue em pó, vitaminas, etc, o que fazia sempre muito concentrado. Eu assistia com frequência a essa distribuição de alimentos, ia fazendo perguntas a que o meu Pai respondia com agrado e sempre com imensa paciência, que ele tinha um temperamento muito calmo, simpático e afável.

Nessa mesma altura, recolheu boas receitas de culinária, com carnes de coelho e galinha e, de longe em longe, metia-se na cozinha, donde chutava o pessoal feminino (a Francisca, a Zaurinda e a criada (como se dizia então) e cozinhava pratos requintados, por receitas que ele experimentava e que quase sempre eram um sucesso, só que, no fim, depois da refeição, todas as mulheres da casa tinham de ir arrumar a cozinha, que ficava numa grande confusão.

Na sala de jantar, à volta da mesa, sobretudo às refeições dos domingos e dias de festa, havia um cerimonial: cada um dos presentes fazia menção de tocar um instrumento musical, em mímica, servindo-nos dos talheres, pratos e copos, com gestos apropriados e muito barulho. Eu enfileirava, à minha frente, alguns garfos e facas e tocava piano sobre esse teclado improvisado; o Geninho tocava violino com duas facas; o Beto simulava tocar flauta, com as duas mãos a fazer menção de segurá-la; o nosso Pai era o Chefe da Orquestra... e a nossa Mãe era cantora lírica, esganiçando-se nos agudos e subindo até para a cadeira para soltar o dó de peito, mimando a voz duma prima-dona que tinha ouvido num qualquer sarau de ópera a que tinham assistido no Porto, onde íamos com frequência.

Éramos uma família muito unida e activa, com regras a cumprir e todos sempre bem dispostos.

À hora das refeições, sobretudo ao jantar, ele também fazia prelecções temáticas, quer dizer, escolhia temas culturais, como por exemplo *o selo, a circulação fiduciária, as contribuições e impostos, os tribunais, etc.*, lançava problemas e charadas, fazia concursos culturais de Gramática, Significados, Geografia, História, Matemática, etc. , propunha temas de toda a ordem, o que nos ajudou a desenvolver intelectualmente e muito nos instruiu.

Aos domingos e feriados, o casal ia passear pela estrada fora, altura em que conversavam sobre a vida deles, os seus projectos e sonhos, deitando contas à vida e cortejando-se também, que eles nunca deixaram de ser namorados.

As horas das refeições eram sagradas, e duma vez em que os meus dois irmãos chegaram tarde ao almoço de domingo, porque tinham ido nadar no rio próximo, sem licença, apanharam um correctivo valente, que os dissuadiu de repetirem a façanha. E, de outra vez em que o nosso Pai se demorou, porque as contas do dinheiro recebido na Tesouraria não batiam certas até aos centavos... sentámo-nos à mesa sem ele... e, quando chegou a sobremesa, que era uma apetitosa travessa de leite-creme queimado, o nosso irmão mais novo não aguentou

a espera e, pegando na grande colher de o servir, e servindo-se para o seu prato, exclamou: – *Eu sou o Paizinho!* - o que nos deixou a todos estupefactos e numa grande risota.

De facto, naquele tempo, lá em casa, havia regras e precedências a respeitar, leis suave mas firmemente impostas por Miguel Monteiro, que só dava bons exemplos.

Ele também mandou curtir várias peles de coelhos, e eu tive um casaco comprido de fazenda de lã azul forte, com gola, bandas e punhos de magníficas peles brancas, que usei muito, quando andava no Liceu, em Vila Real.

E providenciou a construção dum baloiço, no meio do quintal: três fortes troncos de madeira, ferragens e cordas a segurar o assento, por meio de roldanas, tudo muito perfeito e seguro. Nós os três sentávamo-nos à vez no baloiço, a ver quem subia mais alto, fazíamos verdadeiras competições, e como a rapaziada dos arredores se apinhava ao portão de ferro do quintal para a estrada, a verem-nos nestas brincadeiras, permitíamos que lá fossem baloiçar-se, quando um de nós estivesse presente, o que foi bem aceite pelos nossos Pais, quando lhe anunciámos esta nossa resolução. Ficámos todos muito bem vistos, o que não impediu que me tivessem faltado uns *socos* que comprei na Feira e com que eu adorava andar no quintal. Nessa altura também tivemos *crossas*, que eram capas feitas de colmo, que os camponeses da localidade vestiam para se preservarem da chuva e que os meus irmãos e eu quisemos passar a usar... que também nos desapareceram.

E, não sei donde veio a ideia, o nosso Pai comprou-nos uma espingarda de pressão de ar e distribuía-nos setas, umas tantas por semana, com o que nos divertíamos muito, em sessões de tiro ao alvo, isso sempre na presença dele, que se divertia connosco.

Nas épocas próprias, ele mandava semear batatas, nabos e cenouras, tomates, favas e ervilhas, pepinos, beringelas, chicória, hortelã e salsa, várias espécies de couves, galega, couve-flor, tronchuda, repolho e também tupinamba ou girassol batateiro, cujas flores, sobressaindo de toda aquela verdura, transformavam os nossos campos em autênticos jardins, quando vistos a uma certa distância.

Também havia videiras e várias árvores de fruta nesse terreno e, ao fundo, uma frondosa cerejeira, a que estava encostada uma escada de madeira que eu subia, para me regalar com barrigadas de cerejas, e pregava um ramalhete delas no meu chapéu de palha de abas largas, da região, e punha brincos de cerejas nas orelhas. Sentia-me, então, rainha e feliz, como o meu Pai desejava que eu fosse, de tanto bem que nos queria, aos meus irmãos e a mim, embora nunca deixando de ser exigente, naquilo que ele considerava ser verdadeiramente prioritário.

UM PATINHO E UMA VACA!

Punham-se regularmente ovos de galinha no choco, em ninhos de palha fofa, e cada um de nós os três, os miúdos, costumávamos escrever os nossos nomes na casca do ovo que escolhêssemos e, depois, o pintainho que nascesse era propriedade nossa.

Numa das ninhadas, do ovo marcado com o nome do meu irmão Eugénio Eduardo, em vez dum pintainho, saiu um patinho, o que foi uma paródia para nós, e o animalzinho passou a ser especialmente cuidado pelo miúdo que, por vezes, o levava a um lameiro próximo para o pôr a nadar, atravessando o centro da Vila e tocá-lo com uma vara de cana. E era curioso e engraçado de ver: o Menino e o seu Patinho!

Também mais ou menos nesta altura, o Geninho apareceu com um desejo singular: queria uma vaca, uma vaca verdadeira! E para que a quieria ele? Então passou a insistir, a insistir, o que eu considerava uma exigência incrível... mas o nosso Pai levou o caso a sério e comprou-lhe uma, que estava à venda no dia da feira semanal, que se realizava mesmo à frente da nossa casa, com o que o miúdo ficou radiante e eu perplexa, muito perplexa mesmo! Como fora possível comprar uma vaca para um miúdo?!

Com dificuldade, tocaram o animal até ao nosso quintal, nas traseiras da nossa casa, só que, poucas horas depois, nessa mesma tarde, a vaca caiu morta, porque já estava muito doente quando a puseram à venda por um preço muito baixo, o que penso que o nosso Pai não saberia. O Geninho ficou desolado, mas teve a alegria, passageira embora, de ter sido dono duma vaca, como tanto desejou. Foi um desejo satisfeito, o que não lembra ao Diabo, mas prova que Miguel Monteiro era um pai e homem excepcional, preocupado com a educação, instrução e bem-estar, não só dos seus três filhos, mas de toda a gente que dele se aproximasse para solicitar qualquer favor.

VERSÁTIL, BONDOSO E CARINHOSO

O percurso de Miguel Monteiro comportou várias fases, todas bem distintas e por vezes coincidentes, mas a fotografia esteve sempre presente nos seus interesses mais profundos, mesmo quando já era só um passatempo, o que aconteceu por algum tempo, o que foi talvez uma pena, dada a alta qualidade das suas produções.

Também sou testemunha de que, em Paços de Ferreira, ele encarreirou e ajudou um rapaz, que tinha sido empregado na sua Tesouraria, a montar uma Fotografia na freguesia do Sobrão, para onde depois fomos morar, também em boa

casa alugada, que era de novo uma grande e confortável vivenda.

Da sua correspondência, muitos anos mais tarde, há que destacar muitas cartas e bilhetes dirigidos à sua primeira Neta (de seis netos que teve), a minha única Filha, a Elsa Maria, que ele adorava e mimava muito, pois viveu muito tempo em casa dos Avós, em Lisboa, na sua primeira infância. Na minha função de professora do Ensino Secundário, fui colocada em várias escolas do País e, quando podia, levava-a comigo, como, por exemplo, para Santarém, Évora, Caldas da Rainha, Porto, Almada, Cacém, etc, para onde o meu Pai lhe escrevia cartas deliciosas, em que desancava o *Geraldo Geraldes Sem Pavor* e outras figuras históricas, celebradas nessas terras, porque lhe queriam roubar *o amor da sua Netinha*, simulando muitos ciúmes! Mas o mais curioso é que ele, não sendo professor, ia contando assim, a brincar e com muita criatividade, passagens da História de Portugal ao alcance de uma criança, maneira lúdica de fazer Didáctica!

O TIO ANTÓNIO DA RÉGUA

Quando ganhou, por concurso, a Tesouraria da Fazenda Pública de Paços de Ferreira, Miguel Monteiro chamou para sua casa o irmão mais novo, o *António*, que foi empregado na mesma repartição, à experiência, na tentativa de lhe arranjar uma possível colocação efectiva.

Ele era já um moço espigado, que se escapava sempre que podia e fazia garotices que acabavam por chegar ao conhecimento do Irmão. As mais queixosas eram as Freirinhas do Colégio feminino, onde eu andava a aprender piano. Ele tanto as importunava – tinha o sangue na guelra e molestava-as com cantilenas ofensivas, do lado de fora das grades do jardim fronteiro ao Colégio, com outros rapazes – que elas mandaram recado ao meu Pai que, por essas e algumas outras picardias, recambiou-o para a Régua, para casa dos pais, os meus Avós paternos. O tempo foi passando e mostrou que esse meu Tio e amigo teve muita sorte, muita inteligência e muitas qualidades de trabalho, como produtor de afamado Vinho do Porto.

NO MARCO DE CANAVEZES

Logo que a Tesouraria do Marco de Canavezes foi posta a concurso, Miguel Monteiro concorreu e ganhou-a, aproximando-se um pouco mais de Vila Real, onde os seus dois filhos mais velhos estudavam, continuando o Beto a viver com os Pais.

Como fez sempre, alugou o primeiro andar duma magnífica vivenda que estava totalmente devoluta, porque tinha falecido recentemente a idosa

proprietária, que morava no andar de cima, sendo voz corrente que o espectro dela assombrava a casa, aparecendo a horas mortas, sempre com uma capinha sobre os ombros, que muito usara em vida, pelo que lhe chamavam a *Sr.^a da Capinha*.

Quando lá fomos passar as férias grandes, idos de Vila Real, o nosso cão ladrava com toda a força do patamar do 1.º andar, mesmo do lado de lá da porta do meu quarto, amedrontando e acordando a nossa Mãe. A mim e aos meus Irmãos não nos incomodava nada, nem nos fazia qualquer medo, tínhamos todos bom sono.

Com o passar do tempo, descobrimos que o *White*, o nosso cão, ficava furioso contra a rataria que havia tomado conta do andar de cima. Eu fui para lá muitas vezes, via a ninhadas de ratos aqui e ali e aparecia vestida com a roupa da defunta, mais a sua capinha pelos ombros, metendo sustos medonhos à Mãezinha e à criada.

Já nesse tempo, a Zaurinda não largava o *Mi*, como afectuosamente ela chamava ao seu Marido, sempre juntos, mesmo nos cafés da Vila, o que mereceu um certo reparo das senhoras marcoenses, que mal saíam de casa, mas estavam sempre à janela. No entanto, acabaram por aceitá-la como ela era, extrovertida, conversadora, muito alegre e extremamente honesta e feliz no seu casamento.

Naquela altura, andaria eu pelos 15 anos e para me preparar para a vida, foi decidido pelos meus Pais que devia aprender a governar a casa e a cozinhar, ajudando a criada, pelo que comecei a poupar muito, apresentando como sobremesa os figos, as uvas e as nêspers que colhia das árvores do nosso enorme quintal, em vez de comprar bananas e morangos à mulher que vendia fruta porta a porta, contra o que os meus Irmãos protestavam com violência, fazendo acabar o meu mandato.

Os meus Pais passaram a receber, na nossa casa, os funcionários públicos que estavam em hotéis e pensões, como o Juiz, o Delegado do Ministério Público, o Secretário de Finanças, etc., que vinham muitas vezes ao serão com as mulheres para jogos de cartas, então na moda, e eu fui incumbida de lhes servir bebidas e aperitivos, ou chá, se havia senhoras, o que era uma estopada e uma grande prisão para mim, que estava em férias.

O Geninho tinha os seus amigos, e o Beto andava estrada abaixo, estrada acima, mesmo em frete da nossa casa, em grandes correrias sobre carrinhos de madeira de quatro rodas, guiador e travão, que mandava constantemente fazer ou arranjar ao carpinteiro, que apresentava contas chorudas ao Paizinho, que as pagava, dando um grande raspanete ao filho caçula, que no fundo foi sempre o mais amimado e o que mais tempo acompanhou os nossos Pais.

A casa em que vivíamos era a última duma freguesia do Marco de Canavezes e a primeira de outra e isso fazia que, na Páscoa, onde eu e o Geninho passávamos

as férias, idos de Vila Real, os *Compassos* das duas freguesias encontravam-se na nossa e a nossa Mãe dispunha-se a receber os dois Párcos e as suas comitivas, com um ligeiro beberete, que era muito bem recebido, assim ao fim da tarde. Numa das mesas sobressaía sempre uma grande rosca de pão de ló, especialidade de fabrico regional. E eu vi, certa vez e por essa altura festiva, o meu Pai embalar, cuidadosamente, uma dessas enormes roscas e endereçá-la para Lisboa ao seu amigo *Doutor Nuno Simões*, que ele nunca tinha esquecido e sempre se corresponderam. É que ele era também imensamente grato a quem um dia lhe fizesse um favor.

MIGUEL MONTEIRO PUBLICA UM LIVRO E ADQUIRE UM RÁDIO

Com muita experiência sobre as Finanças da Fazenda Pública, bem instalado no Marco de Canavezes, os dois filhos mais velhos a estudar no Liceu de Vila Real, só o mais novo ainda vivia com eles, Miguel Monteiro abalançou-se à aventura de escrever um livro sobre temas inerentes ao seu emprego, as Finanças Públicas, empenhando-se fortemente, como fez com tudo aquilo que empreendeu.

Montou um escritório bem montado, num dos compartimentos da grande casa que habitávamos e entregou-se apaixonadamente à tarefa que se propôs realizar e que passou a ocupar todas as suas horas vagas, durante uns tempos, o que acontecia sempre com os seus passatempos. O produto de todo esse labor foi *O Aspirante de Finanças*, livro que foi publicitado no sector das Finanças e que alcançou tal fama, que rapidamente esgotou a primeira edição e várias outras se lhe seguiram.

Em resultado de todo o trabalho que foi necessário para esta publicação, começou lá em casa a aparecer uma avalanche de cartas de muitos funcionários das Finanças, mesmo muitas, com o relato de situações reais, pormenorizadamente expostas e soluções ambíguas, difíceis de aplicar, perguntas sobre a solução de casos controversos à luz da legislação vigente, a exposição de casos resolvidos de maneiras diferentes, etc, e a todas Miguel Monteiro procurava responder, interpretando a legislação inerente com tão bom senso e competência, que conseguiu que alguns aspectos daquela fossem modificados, pelas chamadas de atenção ao Ministério das Finanças sobre pontos duvidosos ou menos claramente expressos.

Nessa mesma época, começaram a aparecer os aparelhos de rádio e o meu Pai comprou um. A minha Mãe punha-o no volume máximo de som, quando saíam à rua, o que era muito frequente, e deixavam-no a funcionar, o que eu achava de mau gosto, desligando-o ou baixando o volume. Mas logo houve

protestos de alguns vizinhos que se entretinham a ouvi-lo, o que quebrava a pasmaceira nos dias em que não havia feiras, que eram muito movimentadas, barulhentas e realizavam-se no grande largo muito próximo da casa onde morávamos, no centro da Vila, portanto.

EM CANTANHEDE

Miguel Monteiro concorreu depois para Cantanhede, muito próxima de Coimbra e para onde foi com a Mulher e o filho Beto. Logo após os meus exames do 7.º Ano, fomos passar as férias grandes com eles, naquela Vila.

Mais uma vez tinham alugado uma boa vivenda devoluta, situada em pleno largo onde se realizavam as feiras semanais, muitíssimo concorridas e barulhentas, tendo eu podido assistir a contendas entre feirantes, armados de varapaus, que era assim que frequentemente se resolviam os seus litígios que, a maior parte das vezes, terminavam com cabeças rachadas, em jorros de sangue e com a intervenção da Guarda Republicana.

O meu Pai foi então a Coimbra saber o resultado do meu Exame de Admissão a Direito e, vendo que com o N.º 82 eu não teria entrada e conhecendo-me bem, tomou a iniciativa de se ir informar na Secretaria Geral da Universidade e ficou a saber que ia haver Exames de Admissão da segunda época para o *Curso de Filologia Românica*, na Faculdade de Letras, onde ainda havia vagas e até estaria mais de acordo com as minhas aptidões, o que foi uma grande sorte para mim!

Triste mas esperançada nesta nova possibilidade de tentativa, fiquei muito dinamizada e passei a agarrar-me à Língua Francesa, à Gramática e à Literatura, tendo-me de novo apresentado às provas escritas do Exame de Admissão, e consegui entrar na Universidade, tinha eu 17 anos, feitos em três de Junho.

Ao relembrar estes episódios, quis fazer sobressair o empenhamento e a capacidade de iniciativa do meu Pai na nossa educação e instrução, naturalmente e sempre secundado pela nossa Mãe, com quem estava em perfeita sintonia, sempre coniventes em tudo.

Eles foram felicíssimos um com o outro, era como que uma só alma em dois corpos e fizeram muito pelos seus três filhos.

NO FUNCHAL

De Cantanhede, Miguel Monteiro pôde concorrer para o Funchal, já Tesouraria de 1.ª Classe, para onde o acompanharam a Mulher, a Cunhada Francisquinha e o Filho Beto.

Como ele esteve sempre a par dos meus estudos e dos meus anseios, depois da minha Licenciatura em Filologia Românica e para o começo do ano lectivo seguinte, conseguiu arranjar-me emprego como professora provisória do Ensino Secundário, na Escola Industrial e Comercial do Funchal, indo falar com o respectivo Director, que era Advogado e teve todo o gosto em o atender.

Como professora de Português e Francês, o que constituiu a minha estreia no campo do professorado no Ensino Secundário, embora sem estágio pedagógico, que fiz tempos depois, já no Continente, eu tive de preparar bem cada lição. E, como era do Programa a rubrica *Correspondência Comercial*, em que eu estava em branco, o meu Pai ajudou-me muito, elaborando um folheto que continha os exemplos de todas as modalidades possíveis de tais cartas, o que foi verdadeiramente precioso para mim e muitos colegas meus.

Fiquei admirada com mais esta competência de Miguel Monteiro, que não sei onde ele teria desenvolvido, certamente nas andanças da sua vida, que ele nunca esteve ligado ao Comércio propriamente dito, mas aquando da sua fase de fotógrafo, correspondeu-se com muita gente e muitas empresas portuguesas e estrangeiras daquela especialidade, e assim ganhou a experiência que o tornou perito também nesta área.

EM LISBOA E NA MALVEIRA

Em devido tempo, vagou o lugar de Tesoureiro da Fazenda Pública no 7.º Bairro Fiscal de Lisboa, a que Miguel Monteiro concorreu, tendo ganho o concurso, com a melhor classificação dos concorrentes.

Alugou então um belíssimo andar na Rua de Buenos Aires, no ainda hoje aristocrático Bairro da Lapa. Por uns tempos, fez a vida normal de funcionário público, agora no topo da sua carreira profissional.

Já bem instalado em Lisboa, tempos depois comprou uma linda vivenda na Malveira, Vila situada nos arredores, cercada de socalcos de terreno de que providenciou o cultivo de batatas, legumes e árvores de que colhia a fruta, tudo muito aprazível. E deu-lhe o nome de *Vivenda Zaurinda* que mandou moldar em ferro forjado e pregar na frontaria da casa, sempre em homenagem à sua Mulher.

Foi contratado então um cavador de enxada para o plantio ou sementeira de hortaliças e batatas, e ele dedicava-se sobretudo à jardinagem, pelo que os diversos socalcos estavam literalmente plantados de magníficos pés de hortênsias, roseiras, cameleiras, etc., etc., o que dava um aspecto maravilhoso à moradia, que parecia emergir dum mar de flores.

Então, ele resolveu dedicar-se ao cultivo de cravos, segundo as leis de Mendel, conseguindo assim uma belíssima colecção. E, uma vez, semeou uma

espécie rara de craveiros, como dizia, muito embevecido, indo todos os dias apreciar o rebentar dessas plantas, que depressa começaram a brotar da terra. Mas quando, uns tempos depois, ele se debruçou sobre os vasos para observar os esperados rebentos de craveiros preciosos, o hortelão que trabalhava para nós declarou que se tratava de pés de couves galegas... o que nos pôs a todos a rir às gargalhadas, excepto ele, que ficou decepcionado e encabulado, com um sorriso amarelo, mas acabou por aderir à risota geral.

Entretanto eu casei-me, fui viver para uma rua próxima da dos meus Pais em Lisboa, e tive uma Filha, a Elsa Maria, que foi o enlevo dos Avós, sobretudo o do meu Pai, que a adorava, que ela foi a sua primeira Neta e quem o tornou Avô.

Nas minhas deslocações como Professora do Ensino Secundário, sacrificando-me a sair de Lisboa à espera da efectivação, deixava-a em casa deles, em Lisboa, e sobretudo o Avôzinho, contava-lhe histórias que ia inventando à medida da compreensão da miúda e brincava com ela como se fosse um menino, chegando a deixar-se pentear, por brincadeira, com o que ele ria até às lágrimas... Ou de pé, agarrando nas pontas dos suspensórios dele como se fossem rédeas dum cavalinho e as sacudia, hip, hip, hip... Duma vez, em que ele chorava de tanto rir das brincadeiras dela, deixando-se pentear e remexer no cabelo, muito entretida, quando ela deu conta das lágrimas, deu-lhe uma bofetadinha e disse: - *Ora toma, meu malandro! Então eu estou a pôr-te bonito para ires ao tuntum e tu estás a chorar?!*

Ele foi, na verdade, um Avô afectuoso dos seis netos que teve, atento e muito sensível.

NA RECTA FINAL DA VIDA

Entretanto, já tinha falecido a Francisquinha, em Lisboa, na casa da Zaurinda, que sempre tinha acompanhado, e foi decidido levarmos a sua urna para o nosso mausoléu de família, situado no Cemitério Velho de Vila Real, o qual tinha sido propriedade da Madrinha Francisca Margarida, e que Miguel Monteiro havia licitado aos outros herdeiros, aquando de partilhas judiciais pela morte daquela. E lá fomos em carro funerário, gelados de corpo e alma...

Algum tempo depois, os anos já começavam a pesar-lhe e, um dia, caiu doente, tendo sido internado no Hospital Particular em Lisboa. Melhorou um pouco mas recaiu e, desta vez, foi internado numa Clínica em Coimbra, pelos bons ofícios do seu filho Eugénio que acolheu então a Zaurinda em sua casa.

Em 20/04/1977, na visita ao Marido, com 83 anos, ele, já muito debilitado, faleceu-lhe nos braços... e ela começou a gritar tão aflitivamente, que uma

Enfermeira veio tentar reprimi-la, dizendo que aquele local não era próprio para tais manifestações. A Zaurinda teve um imenso desgosto, assim como todos nós!

Acompanhámos a sua urna funerária, que foi depositada no Jazigo de Família do seu filho Eugénio, no Cemitério da Conchada em Coimbra, onde, tempos depois, em 27/08/1992, também deu entrada a da Zaurinda, ficando assim ambos juntos, como sem dúvida quereriam, juntos na vida e na morte.

No entanto e pensando bem, sinto muita pena de que os meus Pais não repousem também naquele mesmo mausoléu, em Vila Real, o que seria mais consentâneo com o desenrolar da vida de ambos, uma vez que esse mausoléu era propriedade deles e tem inscrito, na respectiva tampa funerária, o nome de Miguel Monteiro.

Nota: Apresentamos, no fim deste trabalho, o Índice da obra fotográfica de Miguel Monteiro, que foi sendo impressa em revistas da época, desde 21/05/1917 até 2001, com Observações. Trata-se duma compilação minuciosa, elaborada pelo seu Neto por afinidade, o Eng.º Agrónomo António Campeã da Mota, casado com a Eng.ª Agrónoma Maria da Graça Monteiro Campeã da Mota, filha do filho mais novo de Miguel Monteiro, o Malaquias Alberto Oliveira Monteiro, falecido em 15/01/2004, e que são admiradores e colecionadores dos trabalhos fotográficos do Avô Miguel Monteiro, com quem conviveram muito.

Data	Revista	Tema	Obsv.
21-05-1917	I.P. nº 587	A Festa da Flor na Régua	pag. 416: " <i>As damas da melhor sociedade regoense</i> "
13-08-1917	I.P. nº 599	Vista Geral do Pocinho com a ponte sobre o Rio Douro Ermidinha de N. Sª Da Veiga, banhada pelo Rio Douro	pag. 138: Paisagem do Douro
08-04-1918	I.P. nº 633	Idílio (CAPA)	"... <i>distinto amador da Ponte, Régua...</i> "
12-08-1918	I.P. nº 651	Portugal Pitoresco: 4 Fotografias- Rio Varosa Lavadeira no Douro; Douro na Régua; Ribeiro em Vila-Real Ao centro tem foto de M. Monteiro	pag. 136
28-08-1918	I.P nº 653	No Pasto (Margens do Tanha) (CAPA)	solta. Há fotocópia
02-09-1918	I.P. Nº 654	4 clichês: O Corgo; Tanha; V. Pouca de Aguiar; Penajóia	Págs.185 e186
28-04-1919	I.P nº 688	Costumes Portugueses: Na volta do Trabalho (CAPA) Reportagem Fotográfica:Monárquicos vs. Republicanos (Miguel Monteiro foge de V.-Real) pag. 336	solta. Há fotocópia Há fotocópia
28-05-1919	I.P nº 692	Na Margem do Corgo-Lavadeira (CAPA) Reportagem Fotográfica:Homenagem a um morto ilustre: Carvalho Araújo. pag. 417	solta. Há fotocópia
16-06-1919	I.P. nº 695	Flôres da Primavera (CAPA)	solta. Há fotocópia
01-09-1919	I.P. nº 706	Belezas do Corgo. Enchendo a cantarinha (CAPA)	solta. Há fotocópia (D. Julieta da Costa Oliveira)
03-11-1919	I.P. nº 715	Rústica (CAPA)	solta. Há fotocópia (D. Maria da Conceição Duarte)
10-01-1920	Dil.nº 25/26	Belezas do Corgo (D. Julieta da Costa Oliveira)	O Dilúculo. V.Real
10-02-1920	Dil.nº 30	Na Vinha (D. Maria da Conceição Duarte)	
23-02-1920	I.P. Nº 731	Assadeira de Castanhas (CAPA)	solta. Há fotocópia (D. Maria José Portela Soares)
08-03-1920	I.P. nº 733	Ponte da Timpeira (CAPA)	solta. Há fotocópia

Data	Revista	Tema	Obsv.
01-05-1920	Dil.nº 35	Assadeira de castanhas (D. Maria José Portela Soares)	
01-06-1920	Dil.nº 37	Buscando água (D. Silvina Peres)	
27-09-1920	I.P. nº 762	Congresso Transmontano: Diversas fotografias de Vila-Real e da Régua.	encadernada; pags.204/205
04-10-1920	I.P. nº 763	Ecoss do Congresso Transmontano: 5 clichés.	encadernada; pag.222
10-10-1920	Dil.nº 43	A Vindimadeira (D. Preciosa Teixeira Coelho da Vila da Régua)	
12-02-1921	I.P. nº 782	Festa de família em Vila-Real.	encadernada pag.97
19-02-1921	I.P. nº 783	Os bombeiros de Vila-Real.	encadernada pag 125
26-02-1921	I.P. nº 784	Festa elegante em Vila-Real.	encadernada pag 141
31-03-1923	I.P. nº 893	Margens Penhascosas do Corgo. (CAPA)	encadernada
14-07-1923	I.P. nº 908	O Sport Club de Vila-Real.	encadernada pag. 33
11-08-1923	I.P. nº 912	A Feira de Sto António em Vila Real.	encadernada pag. 203
27-10-1923	I.P. nº 923	Monumento a Carvalho Araújo.	encadernada pag 541
29-04-1924	I.P. nº 945	Nevão em Vila-Real. Pag 396	ainda não encadernada
15-03-1926	Al. N nº 1	A ceifa do centeio e a vindima.	Alma Nova, pag 18
01-04-1926	Al. N nº 2	Festa de Beneficência em V.-Real, 2 clichés.	pag 12
01-05-1926	Al. N nº 4	Convento de Sta. Clara, vista parcial da cidade	
		Jardim público, pag 8	
15-05-1926	Al. N nº 5	Monumentos Transmontanos. 4 clichés	pag 3
01-06-1926	I.M nº 2	Congresso Litúrgico de Vila-Real:2 clichés	encadernada; pag.56
01-06-1926	Al. N nº 6	A Sé Catedral.	pag 11
01-07-1926	I.M nº 3	Congresso Litúrgico de Vila-Real:3 clichés, A procissão,	encadernada; pag. 79 (2); pag 80 (1)

Data	Revista	Tema	Obsv.
		A benção do Santíssimo e a Igreja do Conv. de S Francisco	
01-08-1926	I.M nº 4	A Feira de S. Pedro e cerâmica tradicional	encadernada; pag. 101; pag. 102 (2); pag.103
01-08-1926	Al. N nº 9	A Feira de S. António, 3 clichés, pag 14	
Ano 1926	RÉGOA	Vista geral de Vila Real; pag. 33 O castelo de Quintela; pag. 37	Pequena brochura sobre a Régua, s/ indicação do autor das fotos. Esta brochura foi oferecida a M.M por António Teixeira em 10-05-1926
01-03-1927	I.M nº 11	Regresso do Arcebispo-Bispo de V.-Real	pag. 263; 264; 265(2)
01-05-1928	I.M nº 23	Maquette da estátua de Carvalho Araújo	
Ano 1929		Vista geral de Vila Real; pag. 115	Guia oficial da Exposição Portuguesa em Sevilha
Ano 1929		Vila Real Quedas no Corgo; pag. 6	"Trás-os-Montes" Padre F. Manuel Alves (Abade de Baçal). Exposição Portuguesa em Sevilha
01-01-1930	I.M nº 39	A casula da paróquia de S. Pedro: 4 clichés	encadernada
01-12-1931	I.M nº 53	A escola de Freamunde. 3 clichés	encadernada
18-07-1936	nº 165	Fotografias de Marco de Canavezes	"O Marcoense"
Ano 1993		Vila Real-O Mercado, reprodução do postal	"O Douro" - de António Barreto, pg.153
Nov. 2000		Reprodução de 2 postais: Vindimas e e Ceifa do centeio	"Costumes Portugueses" - nºs 26 e 155
Ano 2001		3 Reproduções: Feira do Gado no topo da av. Carvalho Araújo; O convento de S.ta Clara; Igreja do Calvário e Capela de S.to António	Livro de Ouro - Portugal - Memória das cidades. Diário de Notícias. Pags.182/183/186

I.P.- Ilustração Portuguesa (Lisboa)

I.M. - Ilustração Moderna (Porto)

DIL. - Dilúculo (Vila Real)

AL. N. - Alma Nova (Lisboa)



COSTUMES PORTUGUEZES: Na volta do trabalho

(Clicô do sr. Miguel Monteiro, de Vila Real)

II SERIE—N.º 688

ASSINATURAS—Portugal, Colónias portuguezas e Espanha: Trimestre, 1000 cts. Semestre, 2000 cts.—Ann., 7000 cts.

Numero avulso, 15 centavos

Numero avulso em todo o Brazil, 200 rs.

Ilustração Portuguesa

Edição semanal do jornal

O SÉCULO

Lisboa, 28 de Abril de 1919

Director—J. J. de Silva Graye
Propriedade de J. J. de Silva Graye, Lda.
Editor—Jorge Graye

Endereço, administração e oficinas: Rua do Sésamo, 6—LISBOA



NA MARGEM DO COROÇO

(Cidade de destino fotografado amador, sr. Miguel Monteiro, de Vila Real)

II SERIE—N.º 692

ASSINATURAS—Portugal, Colónias portuguesas e Espanha: Trimestre, 1800 cts.; Semestre, 3275 cts.—Ano, 7800 cts.

Numero avulso, 15 centavos

Numero gratis em todo o Brasil, 200 cts.

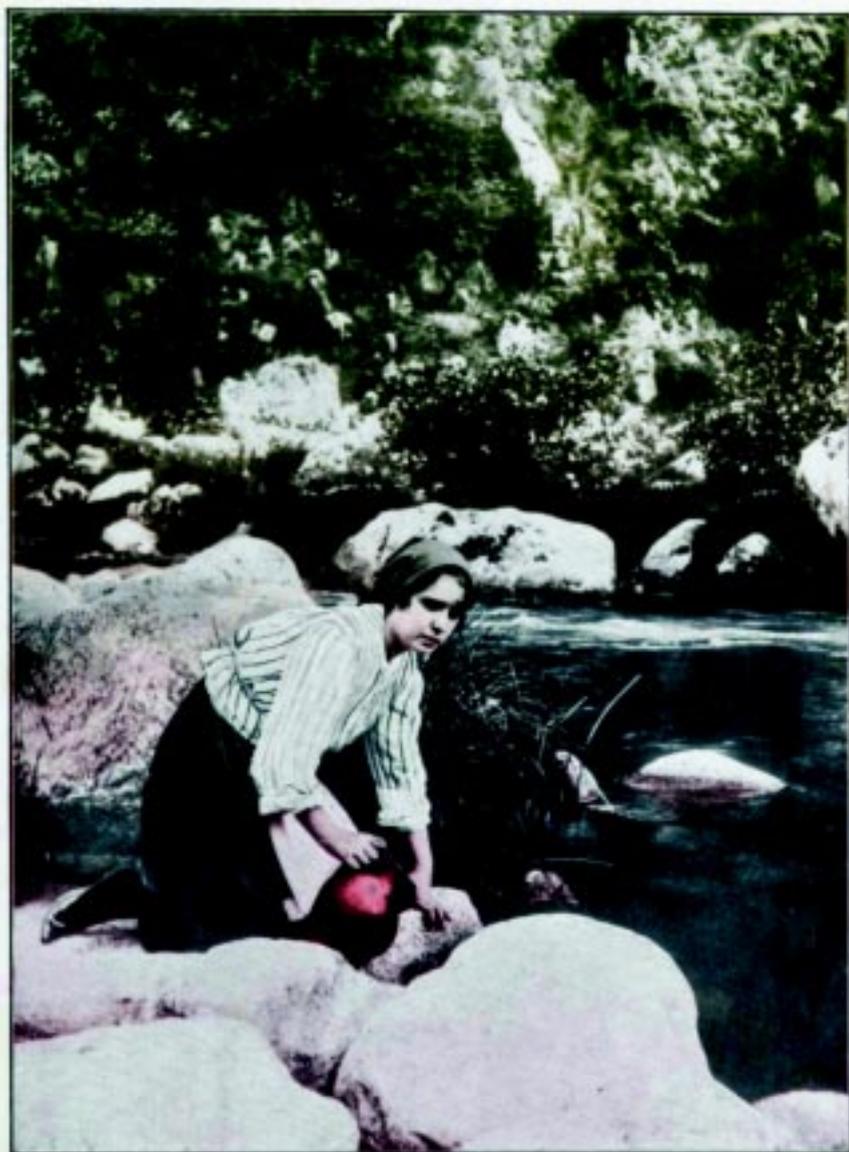
Ilustração Portuguesa

Edição semanal do jornal

— O SÉCULO —

Lisboa, 26 de Maio de 1919

Director—J. J. de Silva Gago
Propriedade de J. J. de Silva Gago, Ltd.
Editor—Antonio Maria Lopes
Redacção, administração e oficinas: Rua do Século, 42—LISBOA



BELEZAS DO CORGO

(Ciclo de pinturas aquarel de Miguel Monteiro, 1914)

II SERIE — N.º 706

Director — J. J. de Silva Graça
 Propriedade de Silva Graça, Ltd.
 Editor — Antonio Maria Lopes

Redacção, administração e oficinas:
 Rua do Saco, 41 — LISBOA

**ILUSTRAÇÃO
 PORTUGUEZA**

Edição semanal do jornal "O SECULO"

Lisboa, 1 de Setembro de 1919

ASSINATURAS: Portugal, Colónias portuguesas e Espanha:
 Trimestre, 1800 cts.
 Semestre, 3675 cts. — Ano, 7350 cts.

NUMERO AVULSO, 18 cts.
 Remo antes de todo o dia, 100 réis.

The cover of the magazine 'Ilustração Portuguesa' features a central illustration of a woman in traditional Portuguese attire. She is seated in a courtyard, wearing a red and white patterned shawl over a white checkered skirt. To her left is a stone wall with a basket of red fruit and a small stove. In the background, a white building with a wooden balcony is visible. The title 'ILUSTRAÇÃO PORTUGUEZA' is printed in a stylized font in the upper left corner.

ILUSTRAÇÃO PORTUGUEZA

II SERIE—N.º 731

23 DE FEVEREIRO DE 1920

20 cent.

Sumário

- O povo e a música
Adérito Silveira 1

- Judeus originários de Trás-os-Montes
na construção da França moderna (sécs. XVI-XIX)
António Cravo 7

- Bairro de St.^a Margarida
– Fotografias de Duarte Carvalho 24

- Da Judiaria ao Rossio (segundo deste nome)
e Rua do Açogue – Achegas para a toponímia vila-realense
Elísio Amaral Neves 41

- O vínculo de morgado de Arroios e a sua capela
de St.º António: Subsídios para o seu estudo
Joaquim C. Barreira Gonçalves 49

- Miguel Monteiro – Homem de vários talentos
Maria de Lourdes Oliveira Monteiro 87

Tellus, n.º 48

Revista de cultura trasmontana e duriense

Director: A. M. Pires Cabral

Edição: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real

Tiragem: 500 exemplares

Junho de 2008

ISSN: 0872 - 4830

Composto e impresso: Minerva Transmontana, Tip., Lda. - Vila Real

Os artigos assinados são da responsabilidade dos respectivos autores.

Embora dispensando-lhes a melhor atenção, TELLUS não se obriga a publicar quaisquer originais.

Autoriza-se a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

TELLUS encara favoravelmente quaisquer modalidades de permuta e/ou colaboração com outras publicações nacionais ou estrangeiras.

TELLUS faculta aos seus colaboradores a tiragem de separatas dos seus artigos, correndo as despesas por conta daqueles.